



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº: 1 / 2023

PROJETO DE:

Denúncia: 1 / 2023

Data de entrada: 11 de Dezembro de 2023

Autor: Mario Pires de Oliveira

AUTOR: _____

Ementa: Denúncia com pedido de averiguação de infração político administrativa do Prefeito Municipal que pode resultar na Cassação do Mandato, em decorrência da gestão e aplicação dos Recursos do Fundeb - Lei 14.113/2020 no Município de Ibiúna.

Despacho Inicial:

ASSUNTO: _____

VOLUME I

_____**NORMA JURIDICA**_____

EXMO. SR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA
TURISTICA DE IBIUNA

REJEITADO
CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA
TURISTICA DE IBIUNA
EM 04 DE 02 DE 2024
PRESIDENTE 1º SECRETARIO


MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, advogado OAB/SP 183635, domicílio eleitoral em Ibiúna, com endereço na Avenida Maria La Farina Milani, 671, sala 01, centro, Ibiúna, SP, CEP 18 150 000, atualmente exercendo o cargo de presidente do CACS-FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação, regido Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de Março de 2021, cujo conselho foi formado com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023, vem, respeitosamente a Vossa Senhoria, apresentar este pedido de **REPRESENTAÇÃO para averiguação de INFRAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL que pode resultar na CASSAÇÃO DO MANDATO**, nos moldes do artigo 66 da Lei Orgânica do Município c/c Lei 9394/1996 – LDB, em decorrência da gestão e aplicação dos **RECURSOS DO FUNDEB – LEI 14.113/2020** no **MUNICIPIO DE IBIUNA**, o qual passamos a expor;

1 – INTRODUÇÃO.

1.1 – SOBRE O FUNDEB.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado em 2006,

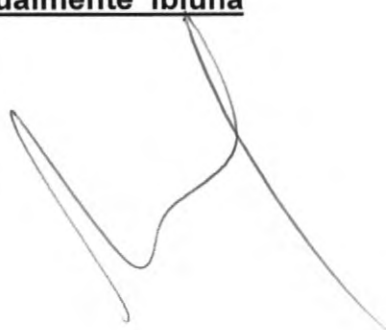
Câmara Municipal da Estância
Turística de Ibiúna
Recebido em, 11/12/2023
Secretaria Administrativa

por meio da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, regulamentado, à época, pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelo então Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, para vigorar por 14 anos. 

O Fundeb teve sua implantação programada de forma gradativa nos quatro primeiros anos (2007-2010), encerrando a sua vigência no final do exercício de 2020, quando então, através da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, criou-se o novo Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), agora permanente (art. 212-A, da Constituição Federal – CF), objetivando estabelecer comandos de exclusivo interesse da Educação brasileira, disposição esta vigente desde o dia 1º de janeiro de 2021, caracterizando-se pela ampliação do investimento e pela maior eficiência na alocação de recursos.

Regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e pelo Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021, além de disciplinar a forma de apurar o complemento federal para Estados e municípios, estabeleceu critérios de ponderação entre as várias etapas e modalidades da educação básica, bem como a fiscalização exercida pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social – CACS, de acordo com o que preceitua o art. 212-A, inciso X, da CF. Referida lei foi alterada pela Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021.

No Município de Ibiúna o Fundeb foi reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de Março de 2021.

O repasse do FUNDEB é realizado em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, conforme dados obtidos no censo escolar mais atualizado, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno (VAAF, VAAT ou VAAR) entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino e consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade, atualmente Ibiúna conta com aproximadamente 8600 alunos. 

1.2 – Sobre os recursos do FUNDEB.

Os recursos do Fundeb são distribuídos de forma automática e periódica (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim), mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal, na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil (art. 20 da Lei nº 14.113/2020).

É importante destacar que, como conta pública, **as contas do Fundeb estão sujeitas ao princípio da publicidade que rege a Administração Pública** (consagrado no art. 37 da CF), motivo pelo qual a Lei nº 14.113/2020, nos §§ 6º e 8º do art. 21, dispõe sobre a disponibilidade ao público, de forma permanente, em sítio da internet, de dados da conta do Fundeb¹.

1.3– DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB.

Nos termos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, os recursos do Fundo, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, devem ser gastos no exercício financeiro em que foram creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), assim entendidos aqueles que se destinam a:

1. remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

¹ Art. 21. Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim, e serão nelas executados, vedada a transferência para outras contas, sendo mantidas na instituição financeira de que trata o art. 20 desta Lei. [...]

§ 6º A instituição financeira disponibilizará, permanentemente, em sítio na internet disponível ao público e em formato aberto e legível por máquina, os extratos bancários referentes à conta do Fundo, incluídas informações atualizadas sobre:


I - movimentação;

II - responsável legal;

III - data de abertura;

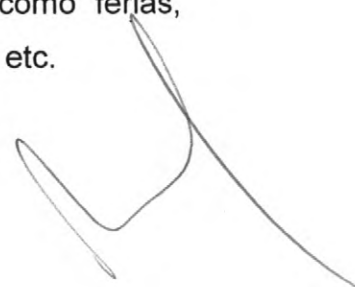
IV - agência e número da conta bancária. [...]

§ 8º Sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, serão disponibilizados pelos Poderes Executivos de todas as esferas federativas, nos sítios na internet, dados acerca do recebimento e das aplicações dos recursos do Fundeb

- 
2. aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
 3. uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
 4. levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
 5. realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
 6. concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas (ainda que na LDB esteja prevista essa despesa, comum no Ensino Superior, ela não poderá ser realizada com recursos do Fundeb, cuja vinculação é exclusiva à educação básica pública);
 7. aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar;
 8. amortização e custeio de operações de crédito destinados a atender às despesas acima elencadas.

Dos recursos anuais totais destinados ao Fundo, excluída a complementação da União contida no art. 5º da Lei nº 14.113/2020, **no mínimo 70% devem ser gastos no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício em cada rede de ensino.**

Considera-se como “em efetivo exercício” a atuação efetiva no desempenho das atividades dos profissionais da educação básica associada à regular vinculação contratual, temporária ou estatutária com o ente governamental que o remunera, não descaracterizada por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente, tais como férias, licença-gestante ou paternidade, licença para tratamento de saúde etc.



206

O restante, no máximo 30% dos recursos do Fundo, deverá ser gasto com as demais despesas da educação básica, dentre elas a remuneração dos portadores de diploma de curso superior na área de psicologia ou de serviço social, desde que integrantes de equipes multiprofissionais que atendam aos educandos, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, observado o disposto no caput do art. 27 da Lei nº 14.113/2020. (Art. 26-A, incluído pela Lei nº 14.276/2021).

2. DA ATUAÇÃO E LEGITIMIDADE DO CACS-FUNDEB.

As funções básicas do Conselho do Fundeb estão definidas no artigo 33 da Lei 14.113/2020, a seguir elencadas:

- apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;
- convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:
 - licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;
 - folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

- convênios com as instituições a que se refere o art. 7º desta Lei;
- outras informações necessárias ao desempenho de suas funções.

- realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

- o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;
 - a adequação do serviço de transporte escolar;
 - a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.
- emitir parecer acerca da prestação de contas a ser enviada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP;
- supervisionar a realização do censo escolar anual;
- supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos;
- acompanhar a aplicação dos recursos relacionados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

JCB

Aos Membros do Conselho compete somente o acompanhamento e controle social da gestão dos recursos do Fundo, o que não se confunde com gerir ou administrar os mesmos.

A administração dos recursos é de **responsabilidade do Chefe do Poder Executivo** e do Secretário de Educação (ou cargo equivalente), que têm o encargo legal de aplicá-los em favor da educação básica, na forma legal estabelecida.

Os conselhos atuarão com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local, e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

Ademais, cabe ao Poder Executivo local garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à sua criação e composição, assegurando, também, o acesso a todos os relatórios financeiros e contábeis atinentes ao Fundeb, incluindo licitações, notas de empenho, folhas de pagamento e outros registros, além de possibilitar visitas às obras escolares e aos serviços de transporte escolar.

Os membros do Conselho podem comunicar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público toda irregularidade detectada na movimentação dos recursos do Fundeb. Esta possibilidade se estende aos casos em que haja dificuldades de acesso às informações de tal movimentação, inclusive pela eventual sonegação das mesmas por parte da Administração Pública.

3 - Implicações legais pela aplicação irregular dos recursos do Fundeb.

O não cumprimento das disposições legais relacionadas à movimentação dos recursos do Fundeb, bem como sua irregular aplicação, poderá acarretar sanções administrativas, civis ou penais, àquele que lhe deu causa, dentre as quais destacamos:

a) emissão, pelo TCESP, de **Parecer Prévio desfavorável à aprovação das contas do Poder Executivo**, com o consequente

encaminhamento ao Poder Legislativo para julgamento e poderá sujeitar o **Prefeito Municipal à inelegibilidade pelo prazo de oito anos, nos termos do disposto no art. 1º, inciso I, alínea "g" e § 4º-A da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, e pela Lei Complementar nº 184, de 29 de setembro de 2021.**

b) impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes federados, exceto para as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social (art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

c) impossibilidade de contratar empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (exceto ARO – Antecipação da Receita Orçamentária), conforme artigo 10, inciso II, alínea "b", da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

d) perda da assistência financeira concedida pelo Estado aos municípios, conforme previsto nos artigos 76 e 87, § 6º, da Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB);

e) imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (art.5º, § 4º, LDB);

f) intervenção do Estado nos municípios, nos termos previstos no art. 35, inciso III, da Constituição Federal.

5 – CACS-FUNDEB IBIUNA – ANULAÇÃO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO E DIFICULDADE NO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

A escolha dos integrantes do CACS-FUNDEB ocorrida no mês de Janeiro de 2023, foi anulada por ato do executivo. O Edital SME 02/2023, convocou nova formação e no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Desde então a atuação do CACS-FUNDEB vem sendo prejudicada pela administração local que insiste em não fornecer as informações contábeis e suas justificativas de forma adequada. Além das informações contábeis o CACS-FUNDEB também precisa ter ciência de onde

está sendo gasto o dinheiro do fundo e atuando de forma a colaborar com o executivo.

Sendo o FUNDEB um fundo de natureza contábil² e tendo a instituição gestora ocultando informações sobre a correta e transparente aplicação do fundo, chega a ser impossível a atuação do CACS-FUNDEB.

Assim dentre as prerrogativas traçadas na Lei 14.113/2020 em seu artigo 30 e 33 **não há outro caminho senão encaminhar tais fatos aos órgãos fiscalizadores.**

Da Fiscalização e do Controle

Art. 30. A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos dos Fundos, serão exercidos:

I - pelo órgão de controle interno no âmbito da União e pelos órgãos de controle interno no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, perante os respectivos entes governamentais sob suas jurisdições;

III - pelo Tribunal de Contas da União, no que tange às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União;

IV - pelos respectivos conselhos de acompanhamento e controle social dos Fundos, referidos nos arts. 33 e 34 desta Lei.

Art. 31. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo

² Art. 1º Fica instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), **de natureza contábil, nos termos do art. 212-A da Constituição Federal.**

respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no **caput** deste artigo.

Art. 32. A defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, relacionada ao pleno cumprimento desta Lei, compete ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público Federal, especialmente quanto às transferências de recursos federais.

§ 1º A legitimidade do Ministério Público prevista no caput deste artigo não exclui a de terceiros para a propositura de ações a que se referem o inciso LXXIII do caput do art. 5º e o § 1º do art. 129 da Constituição Federal I, assegurado a eles o acesso gratuito aos documentos mencionados nos arts. 31 e 36 desta Lei.

§ 2º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados para a fiscalização da aplicação dos recursos dos Fundos que receberem complementação da União.

Art. 33. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, perante os respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos de âmbito estadual, distrital e municipal poderão, sempre que julgarem conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

Por isso, como o **CACS-FUNDEB** vem: apontado sistematicamente a ausência de informações transparentes que vem dificultando a análise do fluxo financeiro e aplicações; bem como a real efetividade da prestação de serviços de pessoas que recebem pelo FUNDEB; utilização de prédios da Educação por outras Secretarias sem a devida mudança de finalidade; valores exorbitantes de contratações sem a aparente prestação dos serviços e/ou entregas de bens; acréscimos exorbitantes na folha de pagamento sem a aparente contratação de colaboradores.

pe

diferença de aproximadamente R\$9 milhões. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB, ficando desde já autorizada a comunicação aos órgãos de fiscalização. Nesse período de atuação vimos alertado sistematicamente a administração pública local para que apresente uma forma mais clara e precisa de como estão sendo gasto os recursos do FUNDEB, mas a administração não consegue dar uma explicação precisa e clara, o que levará o CACS-FUNDEB a valer-se das comunicações aos órgãos de fiscalização, expostos na Lei 14.113/2020, com a imediata expedição de OFÍCIOS ao: - Tribunal de Contas do Estado – artigo 30, II da Lei 14.113/2020; - Câmara Municipal de Ibiúna – artigo 30, I e artigo 33, I, da Lei 14.113/2020; - Ministério

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Público Estadual – artigo 32 da Lei 14.113/2020, quanto aos interesses sociais; - Ministério Público Federal – artigo 32 da Lei 14.113.2020, quanto às transferências de recursos federais e sua adequada utilização. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, *Renan Aranha da Silva*, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

O CACS-FUNDEB se sente impotente pois há ofícios e solicitações não respondidos, por isso, tudo nos leva a crer que há graves indícios de irregularidades na gestão do fundo.

DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES.

O qual passamos a apontar, não limitadas a essas, mas sendo essas até o presente momento conhecidas.

A - MUDANÇA DE FINALIDADE DE PREDIO PUBLICO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGAL.

No ofício de n.º 13/2023, datado de 20/06/2023 o CACS-FUNDEB solicitou esclarecimentos sobre transferência de finalidade do prédio do Arco Iris, da seguinte forma;

“A – SOLICITAR esclarecimentos com o envio dos documentos pertinentes (atos, decretos, leis, contratos, etc) sobre a transferência de finalidade do prédio

[Assinatura]

que abriga o PROJETO ARCO IRIS, atualmente sob a gestão da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, já que referido prédio estava vinculado à Secretaria de Educação e qual a contrapartida ofertada à SME por ceder tal prédio.”

Ofício 13/2023
Assunto: Informações e envio de documentos

Ibiúna, 20 de Junho de 2023

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 27/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo.

Venho por meio desta **SOLICITAR**

A – SOLICITAR esclarecimentos com o envio dos documentos pertinentes (atos, decretos, leis, contratos, etc) sobre a transferência de finalidade do prédio que abriga o PROJETO ARCO IRIS, atualmente sob a gestão da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, já que referido prédio estava vinculado à Secretaria de Educação e qual a contrapartida ofertada à SME por ceder tal prédio.

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Cláudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Informamos que nossa próxima reunião será no dia 27 de Junho de 2023 às 9h00.

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente,


MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.
DD Secretária de Educação de Ibiúna
Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

RECEBIDO – SME
24.06.2023
Vivian Juliana Machado

Referido prédio está vinculado à **Secretaria de Educação** e foi cedido à **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência** sem a devida autorização legislativa ou qualquer outra contrapartida.

Na contramão disso a SME, mesmo tendo prédio destinado à educação que poderia acomodar a dita creche, **possui vários contratos de locação na área central da cidade para acomodar outras creches, onerando desnecessariamente** a gestão dos recursos do FUNDEB.

Em outras palavras é como “*você ter uma CASA, emprestar para um parente e PAGAR ALUGUEL DE UMA OUTRA CASA para si*”.

Até que se comprove o contrário, não há qualquer procedimento de transferência de finalidade do referido prédio em desrespeito ao procedimento adotado na Lei Orgânica do Município.

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Art. 29. Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I – legislar sobre tributos municipais;

II – autorizar isenções e anistias e a remissão de dívidas;

III – votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV – deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V – autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI – autorizar a concessão de serviços públicos;

VII – autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

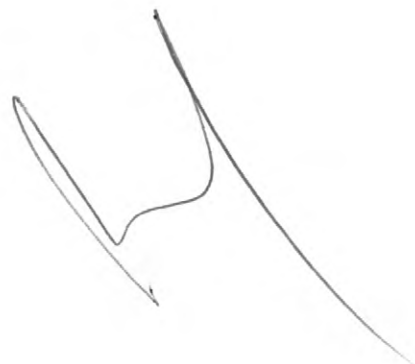
VIII – autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

Por isso, solicitamos através dessa representação a averiguação de tais fatos, que vem impactando na gestão dos recursos do FUNDEB.


B - PAGAMENTO DE LOCAÇÃO (Contrato 12/2022) EM RECIBO SIMPLES.

No Ofício de n.º 14/2023 datado de 20 de Junho de 2023 o CACS-FUNDEB solicitou esclarecimentos **sobre uma atitude recorrente** do Executivo em pagar o aluguel de **R\$ 18.000,00** do prédio da Rua XV de Novembro, 220, sede da SME, **em recibo simples, em moeda corrente, à pessoa não pertencente ao quadro social da Locatária e sem o devido arquivamento de procuração**, da seguinte forma;.

“**A – SOLICITAR** esclarecimentos sobre o contrato 12/2022 que tem como objeto a locação do prédio da Rua XV de Novembro, 220, pelo valor de R\$ 18.000,00 para abrigar a SME, já que o pagamento é realizado à pessoa distinta daquelas que compõe o quadro social da empresa MECHETTI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA – CNPJ 08.109.727/0001-13, ou seja, à pessoa de ADRIANA JUSSARA DE OLIVEIRA, sem arquivamento de procuração e cujo recibo sequer a forma que tal quantia foi paga (se por cheque, se por moeda corrente).



JS

<p style="text-align: center;"><u>RECIBO</u></p> <p>Recebemos da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna a quantia de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) referente ao pagamento do aluguel do Imóvel localizado na Rua XV de novembro, 220, Centro, Ibiúna/SP.</p> <p style="text-align: right;">Ibiúna, 28 de fevereiro de 2023.</p> <p style="text-align: center;"> Mechetti Administração e Participações Ltda</p>


O Ofício jamais foi respondido e tal atitude se repete mês a mês, levando incerteza quanto a correta aplicação do fundo e se realmente os aluguéis estão sendo quitados normalmente. E se a pessoa que assina os recibos possui poderes para tanto.

C - EXPLICAÇÕES SOBRE O CONTRATO LICITATÓRIO 18/2022 – CONTRATAÇÃO DA EMPRESA WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA.

No Ofício de n.º 14/2023 datado de 20 de Junho de 2023 o CACS-FUNDEB solicitou esclarecimentos sobre o contrato 18/2022, da seguinte forma;

B – SOLICITAR esclarecimentos sobre o contrato 18/2022 realizado com a empresa WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA tendo como objeto a “reforma das quadras poliesportivas em diversas escolas municipais”, disponibilizando para consulta a listagem completa de quais escolas foram contempladas com a exibição dos respectivos memoriais descritivos e seus anexos.

Em nossas análises detectamos uma serie de pagamentos realizados à empresa WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA, por exemplo;



26

GCASPP		PEDIDO DE COMPRA PARCIAL - ANALÍTICO		Exercício: 2022	
Pedido Parcial: 246/3-2022		Modalidade: Convite Obras Nr.: 3/2022			
Processo/Ano:	163 / 2022	Requisição Nro.:	5780/2022	Contrato: 18/2022	
Id. Licitação AUDESP:	2022000000039				
Usuário Requisição:	MIRIAN.SANTOS				
Tipo de Compra:	ADMINISTRATIVA	Prioridade:	NORMAL		
Unid. Orçamentária:	02.0009 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Ficha:	173 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL				
Fonte de Recurso:	1 TESOIRO				
Aplicação FR.:	220 ENSINO FUNDAMENTAL				
Varição FR.:	0 ENSINO FUNDAMENTAL				
Elemento:	51 OBRAS E INSTALAÇÕES				
Sub-Elemento:	99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES				
Aplicação:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.				
Observação:					
Tipo de Objeto:	Obras e Serviços de Engenharia				
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Local de Entrega:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AVENIDA SÃO SEBASTIÃO Nº 192 - 4º ANDAR				
Fornecedor:	19604 - WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA				
Fantasia:					
Contato:	Fone:		Fone: (11)2680-9625		Fax: 11-94032-2909
Endereço:	E-mail:				
Cidade:	AVENIDA QUEIMADA, Nº269, SALA 41,42 E 44		RESIDENCIAL MORADA DOS LAGOS - ALDEIA DA SERRA		
Cnpj/Cpf:	BARUERI		Cep: 06429215		Estado: SP
Validade:	21365236000100		Inscrição Estadual: 206.464.516.110		Inscrição Municipal:
Cond. Pagto.:	Garantia:		Prazo Entrega:		
	Dt. Vencimento:				
	Cred/Inf: 46.634.531/0001.37		Cnpj: 18150.000		Bairro: CENTRO

GCASPP		PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA SECRETARIA DE FINANÇAS CONTABILIDADE NOTA DE EMPENHO PARCIAL - (SUBEMPENHO)		905/003	2022	
				DATA DE EMISSÃO	FICHA	
				20/12/2022	173	
Fonte de Recurso:	1 TESOIRO					
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL					
Varição:	0 ENSINO FUNDAMENTAL					
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA					
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL					
Função:	12 EDUCAÇÃO					
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL					
Programa:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDA					
Projeto/Atividade:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL					
Categ. Econômica:	4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS					
Elemento Despesa:	51/OBRAS E INSTALAÇÕES					
Sub-Elemento Desp:	99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES					
Vínculo:	O ORDINÁRIO					
Convênio:						
CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL			
19604	WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA	21.365.236/0001-00	206.464.516.110			
ENDEREÇO	BAIRRO		TELEFONE			
AVENIDA QUEIMADA, Nº269, SALA 41,42 E 44	RESIDENCIAL MORADA DOS LAGOS - ALDEIA		(11)2680-9625			
CIDADE	UF	CEP	TIPO CONTA			
BARUERI	SP	06429215				
BANCO	AGÊNCIA	CONTA				
APLICACÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.						
Entrega: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AVENIDA SÃO SEBASTIÃO Nº 192 - 4º ANDAR						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS	UN	0,2861	317.918,13	317.918,1300	90.963,62
RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	90.963,62	VL. BRUTO →	90.963,62


Porém, ao analisar as pastas onde estão arquivados os documentos não encontramos nenhum memorial descritivo e seus anexos, o que gera dúvidas se realmente o serviço foi prestado.

Diante da omissão da Municipalidade em responder os Ofícios é necessário averiguar o vínculo com a empresa WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA, os respectivos contratos, as obras realizadas e tudo mais para que possamos preservar os bons modos na aplicação do FUNDEB.

D - EXPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO 10224/2021 – CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.

O mesmo pedido de esclarecimentos sobre o relacionamento contratual existente com a empresa anterior, também identificamos com a empresa **ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Em nossas análises detectamos uma serie de pagamentos realizados à referida empresa, por exemplo;

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE COMPRAS PEDIDO DE COMPRA DIRETO - ANALITICO																																																
ISOFT		Exercício: 2022																																														
Ides: 642/0-2022		Modalidade: Concorrência Obras Nr.: 5/2021 - Ata de Registro																																														
Processo/Ano: 10224 / 2021		Requisição Nro.: 918/2022																																														
Licitação AUDESP: 2021000000210																																																
Município: MIRIAN SANTOS																																																
Objeto da Compra: ADMINISTRATIVA		Prioridade: NORMAL																																														
Id. Orçamentária: 02.0009 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		Usuário Pedido: MIRIAN SANTOS																																														
Despesa: 173 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL																																																
Fonte de Recursos: 1 TESOURO																																																
Classificação FR.: 220 ENSINO FUNDAMENTAL																																																
Classificação FR.: 0 ENSINO FUNDAMENTAL																																																
Elemento: 51 OBRAS E INSTALAÇÕES																																																
Sub-Elemento: 99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES																																																
Aplicação: ESCOLA ISAUARA MARTINHO																																																
Observação:																																																
Tipo de Objeto: Obras e Serviços de Engenharia																																																
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.																																																
Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51																																																
Fornecedor: 15982 - ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA		Fone: (11)4191-3641 Fax: (11)4205-0909																																														
Endereço: ALAMEDA MADEIRA, Nº 162 - 12º ANDAR EDIFÍCIO QUEBEC - ALPHAVILLE - CONJ. 1204 SALA 1		E-mail: cepi@engez.com.br																																														
Cidade: BARUERI		Cepi: 06453027 Estado: SP																																														
Cnpj/Cpf: 06996838000199		Inscrição Estadual: 206.276.445.119																																														
Validade: 06/09/2022		Inscrição Municipal: 12313/2014																																														
Condiç. Pagto.: 46.634.531/0001-37		Garantia: 1R150-000																																														
Endereço: AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51		Prazo Entrega: 30 dias																																														
Favor anexar a Nota Fiscal a este Pedido.		Bairro: CENTRO																																														
<table border="1"><thead><tr><th>Item</th><th>Quantidade</th><th>Unidade</th><th>Cd. Produto</th><th>Descrição do Produto</th><th>Valor Unitário</th><th>Valor Total</th></tr></thead><tbody><tr><td>0001</td><td>0,013635</td><td>SERV</td><td>059.00322-0</td><td>MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.</td><td>3.019.113,1800</td><td>41.043,20</td></tr><tr><td colspan="5">Valor Total:</td><td>41.043,20</td><td></td></tr><tr><td colspan="5">Valor Desconto:</td><td>0,00</td><td></td></tr><tr><td colspan="5">Valor Imposto:</td><td>0,00</td><td></td></tr><tr><td colspan="5">Valor Líquido:</td><td></td><td>41.043,20</td></tr></tbody></table>							Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total	0001	0,013635	SERV	059.00322-0	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.	3.019.113,1800	41.043,20	Valor Total:					41.043,20		Valor Desconto:					0,00		Valor Imposto:					0,00		Valor Líquido:						41.043,20
Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total																																										
0001	0,013635	SERV	059.00322-0	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.	3.019.113,1800	41.043,20																																										
Valor Total:					41.043,20																																											
Valor Desconto:					0,00																																											
Valor Imposto:					0,00																																											
Valor Líquido:						41.043,20																																										
IBIUNA, 15 de Março de 2022																																																
 KELVIN CHRISTIAN RODRIGUES ALVES SECRETÁRIO DE OBRAS																																																

AB

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA SECRETARIA DE FINANÇAS CONTABILIDADE NOTA DE EMPENHO				NOTA 2115/000	ANO 2022
RESOFT				DATA DE EMISSÃO 23/03/2022	FICHA 173
Fonte de Recursos:		1 TESOURO		FUNDO	
Aplicação:		220 ENSINO FUNDAMENTAL		DÍVIDA	
Variação:		0 ENSINO FUNDAMENTAL		PROCESSO	
Órgão:		02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA		10224/2021	
Unid. Orçamentária:		09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		CONTRATO Nº	
Unid. Executora:		03 ENSINO FUNDAMENTAL		VENCIMENTO	
Função:		12 EDUCAÇÃO		23/04/2022	
Subfunção:		361 ENSINO FUNDAMENTAL		MODALIDADE	
Programa:		1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDA		Concorrência Obras 5/2021	
Projeto/Atividade:		1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL		FUNDAMENTO LEGAL	
Categ. Econômica:		4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS		Lei 8666/93	
Elemento Despesa:		51 OBRAS E INSTALAÇÕES		PEDIDO	
Sub-Elemento Despesa:		99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES		00644/000-2022	
Vínculo:		0 ORDINÁRIO		CENTRO DE CUSTO	
CÓDIGO		NOME DO FORNECEDOR		CNPJ / CPF	
15982		ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA		08.996.838/0001-99	
ENDEREÇO		ALAMEDA MADEIRA, Nº 162 - 12º ANDAR EDIFÍCIO QUEBEC		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
CIDADE		SARJERI		206.276.445.119	
BANCO		AGÊNCIA		BAIRRO	
				ALPHAVILLE - CONJ. 1204 SALA 1	
				UF	
				CEP	
				06453027	
				TELEFONE	
				(11) 4191-3641	
				TIPO CONTA	
APLICACÃO: ESCOLA HORA ALEGRE					
Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO
001	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS - EM HORA ALEGRE	SERV	0,0474	3.010.113,21	3.010.113,1600
RETENÇÃO				VL. RETIDO →	0,00
				VL. LÍQUIDO →	142.819,86
				VL. BRUTO →	142.819,86
DOTAÇÃO ATUAL		EMPENHADO ATÉ A DATA		VALOR DO EMPENHO	
2.427.895,82		2.066.240,52		142.819,86	
PREFEITO MUNICIPAL		CONTADOR		SALDO ATUAL	
/ /		/ /		218.835,44	
PAULO KENJI SASAKI		AGENCIADOR DE CAMARGO		Banco:	
CPF 122.549.228-90		CRC 15P15880/0-0		30P1, V3	
Recibo da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a importância de:				Conta:	
(cento e quarenta e dois mil, oitocentos e dezanove reais e oitenta e seis centavos)				130113-6	
Referente ao Valor da Nota acima discriminada.				Cheques:	
IBIUNA, 23 de março de 2022				293730	
ASSINATURA DO FORNECEDOR				Documento	
[Assinatura]				Número	
				37.448.345.7	
<p>113-6</p> <p>26/04/2022</p> <p>142.819,86</p> <p>155 = R\$ 55.705,50</p> <p>1255 = R\$ 7855,39</p> <p>TL: R\$ 131.394,27</p>					

Porém, ao analisar as pastas onde estão arquivados os documentos não encontramos nenhum memorial descritivo e seus anexos, o que gera dúvidas se realmente o serviço foi prestado.

Diante da omissão da Municipalidade em responder os Ofícios é necessário averiguar o vínculo com a empresa **ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA**, os respectivos contratos, as obras realizadas e tudo mais para que possamos preservar os bons modos na aplicação do FUNDEB

889

**E - PAGAMENTO INTEGRAL DE OBRA INACABADA -
EXPLICAÇÕES SOBRE LICITAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE MURO NA
ESCOLA CLELIA CARMELO DA SILVA.**

No Ofício de n.º 14/2023 datado de 20 de Junho de 2023 o CACS-FUNDEB solicitou esclarecimentos sobre o contrato 18/2022, da seguinte forma;

SOLICITAR esclarecimentos sobre a construção do muro de arrimo na ESCOLA CLELIA CARMELO DA SILVA, já que constatamos que o muro está inacabado e os pagamentos e medições foram concluídas integralmente.

Esse caso é mais uma atitude estranha da Municipalidade que insistiu em não responder os Ofícios do CACS-FUNDEB.

O CACS-FUNDEB constatou que esse muro estava inacabado no momento da expedição do ofício, mas seu pagamento ocorrera integralmente.

PREFEITURA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE
NOTA DE EMPENHO PARCIAL (SUBEMPENHO)

DATA DE EMISSÃO: 22/12/2022
ANO: 2022
FOLHA: 181

FUNDO: 220 ENSINO FUNDAMENTAL
DÉBITO: 03 ENSINO FUNDAMENTAL
PROCESSO: 0512/2022
CONTRATO Nº: 120/2022
VEREAMENTO: 17/12/2022
RECEBIMENTO: 02/16/001-2022
CONTINÚE OBRAS 17/2022
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8056/93
PREÇO: 2022000000668
CENTRO DE CUSTO:

CÓDIGO: 20039
NOME DO FORNECEDOR: GLEDO HENRIQUE BARBOSA DE SOUZA
EMPENHO: R. PEDRO ANDRÉ SALESSE
CIDADE: VALPARAÍSO
BANCO:
AGÊNCIA:
CORR:
CNPJ / CPF: 19.679.478/0001-55
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
BAIRRO: RIF. COVILLE
UF: SP
CEP: 13600000
TELEFONE:
TIPO CONTRA:

APLICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NA ESCOLA MUNICIPAL CLELIA CARMELO DA SILVA
EMPENHO: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAETANO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

ITEM	PARCIAL	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL	
001	CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO	UP	1,0000	218.500,00	218.500,0000	218.500,00	
RETENÇÃO		VL. RETIDO	0,00	VL. LÍQUIDO	218.500,00	VL. BRUTO	218.500,00

DOTAÇÃO ATUAL: 218.500,00
EMPENHADO ATÉ A DATA: 0,00
VALOR DO EMPENHO: 218.500,00
SALDO ATUAL: 0,00

RECEBI DA(º) PREFEITURA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA, a importância de:
(dezenas e centos mil e quinhentos reais)
Assomem-se ao Valor da Nota acima descrita.

IBIUNA, de de
ASSINATURA DO FORNECEDOR:
DOCUMENTO:
Número:

O CACS-FUNDEB mais uma vez foi ignorado pela Municipalidade.

E - MATERIAL DE EXPEDIENTE – CONTRATAÇÃO E ENTREGA NÃO VERIFICADA.

Na reunião do CACS-FUNDEB que analisou as contas do 3º Trimestre de 2023, constatamos um lançamento que chamou a atenção do colegiado.

É publico e notório que em Ibiúna, quase na integralidade do tempo são os professores e gestores que precisam providenciar os materiais para desenvolver atividades ou ainda usar na própria gestão da escola.

Mesmo assim constatamos uma despesa empenhada de R\$ 1.524.247,49!!!

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA SECRETARIA DE FINANÇAS CONTABILIDADE DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE						Exercício: 2023
Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores						Página: 1/9
Função: 12 - EDUCAÇÃO - SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO	96.811.940,00	89.990.208,75	72.448.502,96	69.658.306,75	56.903.389,63	
Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	82.525.440,00	77.525.040,00	63.939.463,67	62.781.955,03	53.151.699,50	
Fte. Recurso: 01 - TESOUREIRO	16.403.540,00	20.219.140,00	16.911.971,31	15.754.462,67	8.895.265,29	
Cd. Aplicação: 000.0000 -	16.403.540,00	20.219.140,00	0,00	0,00	0,00	
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	420.000,00	1.915.500,00	0,00	0,00	0,00	
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	
31909400 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	
33503900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	
33504100 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	44.400,00	0,00	0,00	0,00	
33901400 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.510.000,00	4.993.700,00	0,00	0,00	0,00	
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	300.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.303.540,00	6.058.540,00	0,00	0,00	0,00	
33904600 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	2.800.000,00	2.795.000,00	0,00	0,00	0,00	
33904800 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	
33904900 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.100.000,00	1.067.000,00	0,00	0,00	0,00	
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	3.510.000,00	2.610.000,00	0,00	0,00	0,00	
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	
45906100 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
Cd. Aplicação 220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	16.911.971,31	15.754.462,67	8.895.265,29	
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	1.223.095,92	1.223.095,92	0,00	
31901131 - GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO DE CARGO	0,00	0,00	4.825,55	4.825,55	0,00	
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	50.132,20	50.132,20	0,00	
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	39.667,11	39.667,11	0,00	
31901301 - FGTS	0,00	0,00	101.532,08	101.532,08	0,00	
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	280.246,39	280.246,39	7.146,29	
33503999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	43.400,00	43.400,00	0,00	
33504100 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	44.400,00	43.200,00	43.200,00	
33903001 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	0,00	68.227,00	68.227,00	59.664,08	
33903004 - GÁS ENGARRAFADO	0,00	0,00	217.235,00	169.625,00	163.185,00	
33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	4.368,00	3.468,00	2.916,00	
33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	1.524.247,49	1.502.259,29	1.378.806,50	
33903022 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	0,00	357.261,13	357.261,13	211.861,76	
33903024 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	65.712,80	54.710,31	44.162,07	
33903025 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	631,20	0,00	0,00	
33903026 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	3.778,00	3.739,00	3.739,00	
33903039 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	27.125,50	27.125,50	27.125,50	


Sobre esse lançamento nada mais foi explicado, devendo ser averiguado a referida questão e aberta uma investigação.

F - MATERIAL DIDÁTICO – PNLD X COMPRA PRÓPRIA – DECRETO 9099 de 18/07/2017.

Tudo indica que o material didático enviado pelo FNDE/PNLD não foi utilizado pela administração atual sendo necessário adquirir livremente no mercado a compra de outro material didático.

E mesmo optando por comprar o material por conta própria deveria a municipalidade comunicar o PNLD e ou demonstrar a sua não adesão. (DECRETO 9099 de 18 de julho de 2017)

Nas análises do 3º trimestre identificamos o lançamento do valor de R\$ 2.048.919,17.



GCASPP

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA

SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Exercício: 2023

Página: 2/9

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

33903042 - FERRAMENTAS	0,00	0,00	1.534,35	0,00	0,00
33903044 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS	0,00	0,00	180,00	180,00	180,00
33903060 - MATERIAL DIDÁTICO	0,00	0,00	2.048.919,17	2.048.919,17	659.542,54
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	4.227,76	4.227,76	4.227,76
33903119 - MATERIAL DE MANUTENÇÃO	0,00	0,00	54.406,83	12.466,76	33.481,11

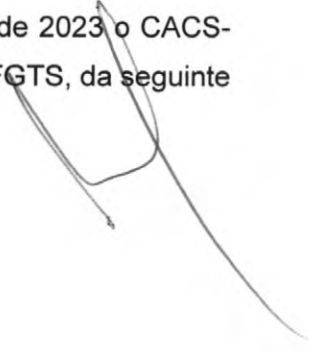
Tomando informações dos próprios professores nos foi dito que a municipalidade adquiriu um segundo material didático, não utilizando o material enviado pelo FNDE/PNLD.

Se houve adesão ao PNLD, e tudo indica que houve, até porque o material foi entregue na SME, a compra de outro material didático se revela uma nítida vontade de onerar ainda mais os gastos do FUNDEB **atuando com nítido caráter de IMPROBIDADE.**

Salvo uma justificativa muito concreta e razoável, essa contratação, revela nítido comportamento de má gestão do recurso do Fundeb, onerando desnecessariamente o FUNDO, tudo indica que a compra não era necessária além de ser totalmente dispensável, pois, já havia feita a adesão ao PNLD.

G - AUSENCIA DE DEPOSITO DE FGTS DOS FUNCIONARIOS CONCURSADOS E COMISSIONADOS.

No Ofício de n.º 15/2023 datado de 08 de Novembro de 2023 o CACS-FUNDEB solicitou esclarecimentos sobre a ausência de depósito do FGTS, da seguinte forma;



Ar

A – Esclarecimento da Secretaria de Finanças para esclarecimento da ausência de depósitos do FGTS dos funcionários concursados e comissionados, além de solicitar justificativa ante o aumento de despesas com funcionários;

Na reunião extraordinária do dia 27/11/2023 o Secretário de Negócios Jurídicos Sr. Euzébio da Silva, assumiu que realmente os depósitos do FGTS não estão ocorrendo.

Cd. Aplicação 220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	16.911.971,31	15.754.462,67	8.895.265,29
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	1.223.095,92	1.223.095,92	0,00
31901131 - GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO DE CARGO	0,00	0,00	4.825,55	4.825,55	0,00
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	50.132,20	50.132,20	0,00
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	39.667,11	39.667,11	0,00
31901301 - FGTS	0,00	0,00	101.532,08	101.532,08	0,00
31901301 - CONTRIBUIÇÃO RECURSAMENTÁRIA - INSS	0,00	0,00	7.144,30	7.144,30	7.144,30

Isso revela nítida má gestão e atitude COMISSIVA do executivo em não depositar a verba fundiária, o que precisa ser investigado.

H – PAGAMENTO DE SERVIDORES DE OUTRO SETOR COM VERBAS DA EDUCACAO – FUNDEB – INDÍCIOS DE CRIME

A Secretaria de Educação de Ibiúna – SME, possui em seu setor de RH a anotação de 850 funcionários efetivos e 417 contratados temporariamente, **totalizando 1.267 funcionários**.

Essa é a folha que é enviada para o Executivo.


A análise da folha de pagamento analítica dos pagamentos efetivamente realizados no mês de 09/2023 nos informa que temos 427 cargos (organograma 700 infantil 700% fundeb) + 288 cargos (organograma 699 fundamental 70% Fundeb) + 222 cargos (organograma 684 fundeb 30%) + 1102 cargos (organograma 683 fundeb 70%) totalizando 2039 cargos.

	PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA	
	RH	
	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Exercício: 2023
GCASPP	FOLHA DE PAGAMENTO - ANALÍTICA - MENSAL - REF. AO MÊS: 09/2023	Página: 1/417
Organograma: 683 FUNDEB 70%		

[Handwritten signature]

Total do Organograma							
Total:						1.678.985,67	432.965,28
Líquido:						1.246.020,39	
Base Prev. União	Base Prev. Munic.	Rem Servidor	Base FGTS	Valor FGTS	Contr. FGTS	Base IRRF	
1.414.159,99	0,00	1.678.985,67	1.454.026,16	116.322,17			1.190.039,92
Total de Funcionários com Remuneração:		1102					
Total Geral de Funcionários:		1102					

IBIUNA, 3 de Outubro de 2023.



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
RH
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Exercício: 2023

GCASPP

FOLHA DE PAGAMENTO - ANALÍTICA - MENSAL - REF. AO MÊS: 09/2023

Página: 1/86

Organograma: 684 FUNDEB 30%

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA

RH

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Exercício: 2023

GCASPP


FOLHA DE PAGAMENTO - ANALÍTICA - MENSAL - REF. AO MÊS: 09/2023

Página: 1/116

Organograma: 699 FUNDAMENTAL 70%

Total do Organograma

Total:						1.386.207,80	417.566,52
						Líquido:	968.641,28
Base Prev. União	Base Prev. Munic.	Rem Servidor	Base FGTS	Valor FGTS	Contr. FGTS	Base IRRF	
1.230.622,92	0,00	1.386.207,80	1.263.934,69	101.114,64		1.068.281,89	



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
RH

Exercício: 2023

Página: 116/116

GCASPP


ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

FOLHA DE PAGAMENTO - ANALÍTICA - MENSAL - REF. AO MÊS: 09/2023

Total de Funcionários com Remuneração:	288
Total Geral de Funcionários:	288


IBIUNA, 3 de Outubro de 2023.

24



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
RH
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Exercício: 2023
 Página: 1/166



FOLHA DE PAGAMENTO - ANALÍTICA - MENSAL - REF. AO MÊS: 09/2023

Organograma: 700 INFANTIL 70%

Total do Organograma						
Total:						1.678.985,67
Líquido:						432.965,28
Base Prev. União	Base Prev. Munic.	Rem Servidor	Base FGTS	Valor FGTS	Contr. FGTS	Base IRRF
1.414.159,99	0,00	1.678.985,67	1.454.026,16	116.322,17		1.190.039,92

Total de Funcionários com Remuneração: 427

Total Geral de Funcionários: 427

IBIUNA, 3 de Outubro de 2023.

Ao que tudo indica a folha emitida pelo RH da Educação sofre já nas dependências do Executivo um incremento de mais 800 cargos.

Esses números foram extraídos dos próprios documentos enviados pelo Executivo.


Por mais que haja um equívoco na relação desses funcionários, não é aceitável que funcionários lotados em outro setor sejam remunerados com as verbas do FUNDEB, independentemente do número.

Deve ser aberta uma investigação para apurar o seguinte;

- Identificar realmente junto ao RH da SME o número de funcionários lotados na respectiva secretaria com os respectivos cargos e local de trabalho.

- identificar junto ao RH da Prefeitura o número de funcionários que são realmente pagos com a verba do FUNDEB, com seus cargos e nomes.

CERTAMENTE, constatarão que a verba do FUNDEB destinado ao nosso Município está sendo vilipendiada e negligenciada pelo chefe do Executivo.

Comprovado que há pessoas lotadas em outras secretárias e recebendo pelo FUNDEB estaríamos diante de um nítido comportamento de infração político administrativa e ocorrência de crime de responsabilidade (artigo 5º, § 4º da LDB – LEI 9394/1996). 

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)


§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

A previsão de arrecadação do FUNDEB em Ibiúna para o exercício de 2023 é de R\$ 55 milhões e mesmo assim o EXECUTIVO argumenta que está usando 100% do fundeb para pagar funcionários mais 16% do orçamento próprio, apenas para pagar funcionários!!!! Isso e, além de absurdo, a comprovação de algo muito grave está sendo realizado.

DA LEI ORGANICA E DO PROCESSO NO LEGISLATIVO.

O procedimento estipulado no artigo 67 e ss da Lei Orgânica está devidamente preenchida, devendo o Presidente da Câmara realizar a devida inscrição, leitura e votação sobre o recebimento e a consequente formação da comissão processante.

Esta Câmara está apta a fazer o julgamento, pois, delineado em sua competência (artigo 30 LOM) a presente situação.

O Sr. Prefeito vem de forma consciente negando acesso as folhas de pagamento e do comprometimento financeiro do FUNDEB, havendo fortes indícios de irregularidades na gestão. (artigo 66, II da LOM). 

Art. 66. São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

- I – impedir o funcionamento regular da Câmara;
- II – **impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;**
- III – desatender, sem motivo justo, os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;
- IV – retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- V – deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;
- VI – descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;
- VII – **praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;**
- VIII – **omitir-se ou negligenciar-se na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;**
- IX – ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara de Vereadores;
- X – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;
- XI – fixar residência fora do Município.

A verba do FUNDEB existe para investir na educação e não usar tal verba para outros fins.



CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O CACS FUNDEB vem tentando de forma tenaz cumprir o seu papel mas sem sucesso.

Em todas as **atas e pareceres apontamos nossa insatisfação** com os números apresentados. A falta de clareza inibe a atuação do conselho, a falta de respostas de ofícios revela IRRESPONSABILIDADE DO EXECUTIVO.

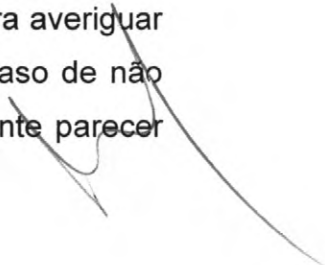
A atuação do CACS-FUNDEB deve se pautar na aplicação dos RECURSOS DO FUNDEB em cooperação com instâncias de controle interno, com Tribunais de Contas e com o Ministério Público, e na realização de fiscalização de gestão dos recursos do Fundo, na forma prevista no art. 30 da Lei nº 14.113, de 2020.

As atitudes aqui reveladas nos dão uma noção inicial de que a forma de gestão dos recursos do FUNDEB deve ser fiscalizada profundamente e apurada a ocorrência de atos de improbidades (princípio da legalidade).

Os órgãos que receberão esta representação serão;

(a) Ministério Público para averiguar possíveis ilegalidades nos referidos contratos e apontamentos realizados podendo carrear ao Chefe do Poder Executivo: sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizados os tipos penais previstos no art.1º, III (aplicar indevidamente verbas públicas) e XIV (negar execução à lei federal) do Decreto-Lei nº 201, de 1967. A condenação definitiva por estes crimes de responsabilidade acarreta a perda do cargo, a inabilitação para exercício de cargo ou função pública, eletivos ou de nomeação e sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizada a negligência Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no oferecimento do ensino obrigatório (art. 5º, § 4º, LDB); sujeição a processo penal se caracterizado que a aplicação de verba pública foi diversa à prevista em lei (art. 315 – Código Penal).

(b) ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para averiguar a adequada gestão e aplicação dos recursos do FUNDEB e em caso de não satisfatórias as justificativas a possível rejeição das contas, mediante parecer



prévio do Tribunal de Contas competente, com o consequente encaminhamento da questão ao respectivo Poder Legislativo e, caso a rejeição seja confirmada, à autoridade competente e ao Ministério Público; impossibilidade de celebração de convênios junto às administrações federal e estadual, quando exigida certidão negativa do respectivo Tribunal de Contas; impossibilidade de realização de operações de crédito junto a instituições financeiras (empréstimos junto a bancos); perda da assistência financeira da União e do Estado, conforme art. 76 e 87, § 6º, da LDB; e ainda emissão, pelo TCEP, de **Parecer Prévio desfavorável à aprovação das contas do Poder Executivo**, com o consequente encaminhamento ao Poder Legislativo para julgamento e poderá sujeitar o **Prefeito Municipal à inelegibilidade pelo prazo de oito anos, nos termos do disposto no art. 1º, inciso I, alínea "g" e § 4º-A da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, e pela Lei Complementar nº 184, de 29 de setembro de 2021**

(c) Poder Legislativo de Ibiúna para averiguar a possível infração POLITICO ADMINISTRATIVO do chefe do executivo capitulado no artigo 30, IV, 66 da Lei Orgânica do Município, podendo gerar a CASSAÇÃO DE MANDATO

Diante do exposto, REQUER;

A – A devida instauração do procedimento para realizar a devida averiguação e penalização ao responsável na prática de infração POLITICO ADMINISTRATIVO do chefe do executivo capitulado no artigo 30, IV, 66 da Lei Orgânica do Município, com a consequente CASSAÇÃO DE MANDATO.

P. Deferimento.

Ibiúna, 11 de Dezembro de 2023.

MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

OAB/SP 183635

**DECRETO**

DECRETO Nº 3101
DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.

"Dispõe sobre a anulação da reunião e eleição para presidente do Conselho do FUNDEB ocorrida no dia 27/01/2023 na Secretaria de Educação de Ibiúna".

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito Municipal de Ibiúna, no uso das atribuições legais,

Considerando o edital 001/2023 publicado em 20/01/2023 na Imprensa Oficial de Ibiúna;

Considerando impugnação a reunião e eleição para presidente do Conselho do FUNDEB ocorrida no dia 27/01/2023 na Secretaria de Educação de Ibiúna, por em tese os presentes à reunião realizada não terem respeitado os termos do edital 001/2023 publicado em 20/01/2023 na Imprensa Oficial de Ibiúna, conforme Processo Administrativo n.º 1687/2023;

Considerando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas;

Considerando que no Processo Administrativo n.º 1687/2023 foi verificado através da documentação juntada que não houve obediência ao edital 001/2023 tendo as Organizações da Sociedade Civil e os seguimentos pais de alunos e professores apresentado suas indicações fora do prazo editalício;

Considerando que não se observou o princípio da publicidade ao deixar de atender o disposto no edital 001/2023, não tendo sido no dia 26/01/2023 dada ampla divulgação dos nomes dos candidatos, data, horário e local de eleição, conforme previsto VII- "a", do edital já mencionado;

Considerando que a reunião realizada no dia 27/01/2023, às 17hs na Secretaria da Educação elegeu presidente e demais membros do Conselho do CACS/FUNDEB sem os mesmos terem sequer sido nomeados ou de terem sido verificadas as formalidades legais;

Considerando o VII, "C" do edital 001/2023 que prevê (...em caso de erro ou vício não sanável, haverá anulação e nova eleição dos respectivos seguimentos será divulgada".

Considerando o princípio da autotutela no qual a administração pode rever os seus atos a qualquer momento, quando os mesmos forem elvidos de vício;

Considerando a Lei Federal 4.717/65, em seu 2º artigo, parágrafo único, "b";
DECRETA:

Art. 1º- Ficam considerados nulos, para todos os seus efeitos, todos os atos praticados na eleição do CACS/FUNDEB, realizada no dia 27/01/2023, na Secretaria da Educação de Ibiúna, na Rua XV de Novembro 220 - Centro - Ibiúna/SP, CEP: 18150-000.

Art. 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS
02 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2023.

PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura e afixado no local de costume em 02 de fevereiro de 2023.

WAGNER BOTELHO CORRALES
Secretário de Administração

EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO SME Nº 004/2023
DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre o Processo de Atribuição de Jornada de Trabalho aos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital Nº 001/2023, de 27 de janeiro de 2023, em caráter excepcional, para contratação temporária nas funções de Auxiliar de Professor e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, em atendimento a Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Ibiúna, ano letivo de 2023.

A Secretária Municipal de Educação, considerando a necessidade de definir critérios e procedimentos para o atendimento da demanda nas Unidades Escolares, em caráter excepcional e no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação tomar as providências necessárias à divulgação, execução e acompanhamento do Processo de Atribuição de Jornada de Trabalho aos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital Nº 001/2023, com prazo de validade correspondente ao ano letivo de 2023, em caráter excepcional, nas funções de Auxiliar de Professor e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, da Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Ibiúna.

Artigo 2º. Compete à Equipe da Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Comissão de Atribuição, Conselho Municipal de Educação e Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna, resolverem situações não previstas nesta resolução.

Artigo 3º. Os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado, Edital Nº 001/2023, serão classificados na seguinte ordem:

I - Em lista única por segmento, observada a Classificação Geral:

a) Auxiliar de Professor (AP), como serviço de apoio pedagógico, com a Jornada de Trabalho obrigatória constituída de 40h/semanais.

b) Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), como serviço de apoio pedagógico, com a Jornada de Trabalho obrigatória constituída de 40h/semanais.

§1º - Deverão ser oferecidas aos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital Nº 001/2023, as vagas remanescentes da última etapa do Processo de Atribuição de Classes/Jornadas.

§ 2º - A atribuição para a constituição da jornada de trabalho obedecerá a lista classificatória iniciando do 1º colocado respeitando a sequência até o final da lista. O candidato que escolher sua jornada de trabalho deve efetivamente assumi-la ou ministrá-la, não podendo encontrar-se em afastamento de qualquer espécie, após exame admissional realizado por médico do trabalho.

Artigo 4º. O candidato classificado por segmento, poderá escolher dentro do campo de atuação de cargos vagos, ou em substituição nos impedimentos legais e temporários de titulares municipais, afastados para assumirem a função de Vice-Diretor de Escola, de Professor Coordenador Pedagógico, Coordenador de Área, Professor Formador, ou nos afastamentos para atuação junto a SME (Art. 17 da Lei Complementar nº84 de 20/12/2010):

a) O candidato contratado que escolher vaga livre, terá o seu contrato interrompido no final do ano letivo, no decorrer do ano letivo quando houver escolha de profissionais concursados para efetivo exercício, quando sua avaliação de desempenho não for satisfatória, por conveniência da Administração Pública ou a qualquer tempo se não corresponder às atividades laborativas.

b) O candidato contratado que escolher vaga em substituição, terá o seu contrato interrompido no final do ano letivo, no decorrer do ano letivo quando houver retorno do titular afastado, quando sua avaliação de desempenho não for satisfatória, por conveniência da Administração Pública ou a qualquer tempo se não corresponder às atividades laborativas.

c) O candidato contratado diante da volta do titular de cargo, ou ingresso por concurso público, permanecerá com contrato vigente por um período de 15 dias consecutivos, ficando o mesmo à disposição da Secretaria Municipal de Educação para substituir nas Unidades Escolares que precisarem.

d) Decorrido os 15 dias e não havendo o surgimento de vagas livres ou outros afastamentos de quaisquer espécies, o contrato será rescindido iniciando-se o período de interstício do mesmo a partir da data de rescisão.

**PORTARIAS**

PORTARIA Nº 15354.
DE 13 DE MARÇO DE 2023.

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Exonerar a Sra. **BENEDITA ROSANA DE FREITAS**, portadora do RG nº 17.393.490-0, do cargo de Auxiliar de Serviços Escolares, de acordo com a Lei nº 2583, de 13/01/2023, aderindo ao Programa de Demissão Voluntária – PDV.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2023.

PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e afixada no local de costume em 13 de março de 2023.

WAGNER BOTELHO CORRALES
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 15355.
DE 15 DE MARÇO DE 2023.

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Designar a servidora **DAIANE RODRIGUES SIMÕES**, portadora do R.G. nº 42.729.182-3, para exercer a função de **PROFESSOR COORDENADOR PEDAGÓGICO**.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 15 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2023.

PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Geral da Administração e afixada no local de costume em 15 de março de 2023.

WAGNER BOTELHO CORRALES
Secretário de Administração

LICITAÇÃO

Tomada De Preços Nº 01/2023
Edital Nº 08/2023
Processo Administrativo Nº P3901/2023

A Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna, estado de São Paulo, através do Departamento de Licitações e Contratos, por autorização do Senhor Prefeito, torna-se público que se acha aberta licitação cujo objeto: Contratação de empresa especializada para construção do Centro de Saúde do Idoso, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, e anexos do edital. Data/Hora/Local Da Sessão Pública: Dia 05/04/2023 às 09h00min, na Sala de Abertura de Processos Licitatórios, Paço Municipal, sito à Avenida Capitão Manoel de Oliveira Carvalho nº51- Centro – Ibiúna/SP - Informações pelo telefone (15) 3248-1825.

MIRIAN GABRIELE ARAUJO DOS SANTOS
Presidente da CPL

Pregão Eletrônico Nº 02/2023
Edital Nº 06/2023
Processo Administrativo Nº P3018/2023

A Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna, estado de São Paulo, através do Departamento de Licitações e Contratos, por autorização do Senhor Prefeito, torna-se público que se acha aberta licitação cujo objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanente para unidade básica de saúde – proposta nº 15822.319000/1210-17, conforme termo de referência do edital. O prazo de entrega das propostas eletrônicas é de 21/03/2023 até o dia 03/04/2023 às 09h20min, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual do ComprasBR (<http://www.comprasbr.com.br>). O edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do ComprasBR e no www.ibiuna.sp.gov.br/. Informações pelo telefone (15) 3248-1825.

EDSON LUIZ SOARES
Pregoeiro

EDUCAÇÃO

EDITAL SME Nº 002/2023
CONVOCAÇÃO PARA INDICAÇÃO E ELEIÇÃO DO CACS/FUNDEB

A Secretária Municipal de Educação de Ibiúna/SP, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital que CONVOCA e estabelece as regras para a indicação e eleição de membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS/FUNDEB, Gestão 2023/2026.

Pelo presente instrumento convocatório, com base na Lei Federal Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, edita:

I - DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto normatizar a indicação e a eleição para a escolha, por meio de voto direto e nominal, dos membros que integrarão o CACS/FUNDEB para o mandato no período 2023/2026.

II - DA REPRESENTAÇÃO NO CACS/FUNDEB

Conforme o disposto na Lei Federal Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, deverão ser eleitos e indicados os membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, para compor o CACS/FUNDEB, na gestão 2023/2026, as seguintes representações:

- 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) deve ser da Secretaria Municipal de Educação;
- 01 (um) representante dos Professores da Educação Básica Pública;
- 01 (um) representante dos Diretores de Escola, das Escolas Públicas de Educação Básica do Município de Ibiúna;
- 01 (um) representante dos Servidores Técnico-Administrativos (Escriturário) das Escolas Públicas de Educação Básica do Município de Ibiúna;
- 02 (dois) representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública;
- 01 (um) representante dos Estudantes da Educação Básica Pública, emancipado, da modalidade



EDUCAÇÃO

de Educação de Jovens e Adultos – EJA;

g) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

h) 01 (um) representante do Conselho Tutelar do Município de Ibiúna e

i) 02 (dois) representantes das Organizações da Sociedade Civil.

Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do final do mandato. A candidatura à representação dos Pais de Alunos requer que os candidatos sejam responsáveis legais de estudantes regularmente matriculados na Educação Básica em Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Ibiúna.

A candidatura à representação da categoria dos Estudantes restringe-se aos maiores de 18 (dezoito) anos, ou que sejam comprovadamente emancipados e regularmente matriculados na EJA, em escolas pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Ibiúna.

Quanto as Organizações da Sociedade Civil:

a) São pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos;

b) Devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, contado da data de publicação do Edital, com atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos, no âmbito do Município de Ibiúna;

c) Não devem figurar como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo CACS/FUNDEB, ou como contratadas da Administração Municipal a título oneroso.

III - DOS IMPEDIMENTOS

São impedidos de integrar o CACS/FUNDEB:

I - Os titulares dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e de Secretário Municipal de Educação, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III - Estudantes que não sejam emancipados;

IV - Pais de Alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

c) sejam membros de entidades que já tenham vaga garantida no CACS/FUNDEB.

IV - DA FORMA DE ELEIÇÃO E INDICAÇÃO DOS MEMBROS DO CACS/FUNDEB

Serão eleitos ou indicados, membros dos CACS/FUNDEB, para o mandato do quadriênio 2023/2026, conforme segue:

I - Os representantes do Poder Executivo, titulares e suplentes serão indicados pelo chefe do Poder Executivo, por meio de ofício destinado a Secretaria Municipal de Educação;

II - Os representantes do Conselho Municipal de Educação, titular e suplente, serão escolhidos em reunião do referido colegiado, convocada especificamente para este fim e indicados ao CACS/FUNDEB, por meio de ofício destinado a Secretaria Municipal de Educação, acompanhado da respectiva ata da reunião, devidamente assinada;

III - Os representantes do Conselho Tutelar, titular e suplente, serão escolhidos em reunião do referido colegiado, convocada especificamente para este fim e indicados ao CACS/FUNDEB, por meio de ofício destinado a Secretaria Municipal de Educação, acompanhado da respectiva ata da reunião, devidamente assinada;

IV - Os representantes dos Servidores Técnico-Administrativos e Professores das Escolas de Educação Básica Públicas do Município de Ibiúna, titulares e suplentes, serão eleitos pelos filiados da entidade de classe das referidas categorias, por meio de ofício destinado a Secretaria Municipal de Educação, acompanhado da respectiva Circular Interna da SME, devidamente assinada;

V - Os representantes de Diretores das Escolas Públicas de Educação Básica Pública do Município de Ibiúna, serão escolhidos pelos seus pares;

VI - Os representantes de Pais de Alunos, titular e suplente, serão escolhidos pelos seus pares;

VII - Os representantes dos estudantes emancipados da Educação Básica Pública, do Ensino Fundamental, titulares e suplentes, serão escolhidos pelos seus pares;

VIII - Os representantes das Entidades da Sociedade Civil Organizada, serão escolhidos pelos seus pares.

Na ausência de filiados da entidade, na classe de professores, terão direito à participação no processo de eleição do representante de professores, todos os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, em exercício do cargo.

Na ausência de filiados da entidade, na classe Servidor Técnico-Administrativo, terão direito à participação no processo de eleição do representante de Servidor Técnico-Administrativo, todos os servidores (Escriturários da Educação) em efetivo exercício do cargo;

Cada eleitor poderá escolher no máximo, 01 (um) representante do respectivo segmento;

V - DO CRONOGRAMA DE INDICAÇÕES E ELEIÇÕES

1 - Eleição para Pais de Alunos:

Os Diretores das Escolas Municipais, deverão dar ampla divulgação à comunidade escolar sobre o

cronograma de eleição do segmento "pais de alunos", conforme segue:

a) A candidatura do Pai de Aluno interessado, deverá ser registrada em ficha de inscrição datada, fornecida pelos Gestores de Escola e preenchida na própria Unidade Escolar, no período de 20 e 21/03/2023. Podem se candidatar os Pais, que são ou não, membros do Conselho de Escola, os quais serão identificados com nome, RG, CPF, endereço, telefone.

2 - Eleição para Diretores de Escola:

a) As inscrições para Diretores de Escola ocorrerão no dia 21/03/2023, em reunião presencial com todos os Diretores Efetivos da Rede Pública Municipal de Ensino, a ser realizada na Secretaria Municipal de Educação, no horário das 16h. Nesta reunião ocorrerão as etapas descritas nos itens "b" e "c" abaixo:

b) Inscrição e divulgação dos nomes dos candidatos deste segmento;

c) Eleição do referido segmento.

3 - Eleição para Estudantes da EJA:

a) A candidatura do estudante interessado deverá ser registrada em ficha de inscrição datada, pelos Gestores de Escola, na própria Unidade Escolar e preenchida na própria Unidade Escolar, no período de 20 e 21/03/2023. Podem se candidatar os Estudantes regularmente matriculados, os quais serão identificados com nome, RG, CPF, endereço e telefone.

4 - Eleição para as Organizações da Sociedade Civil

De 20 e 21/03/2023, as Organizações da Sociedade Civil, indicarão os nomes dos candidatos, através do e-mail apoiopedagogicosmeibiuna@hotmail.com, anexando ofício, devidamente assinado com as indicações dos representantes ao CACS/FUNDEB, contendo: Nome, RG, CPF, endereço, telefone e data da inscrição de cada um.

Ressalta-se para todos os segmentos a observância do respeito as datas e horários, sendo que o horário máximo reservado para o dia 21/03/23, será até as 16h. Todas as indicações que chegarem posterior a este horário estabelecido serão rejeitadas e consequentemente anuladas.

VI - DA APURAÇÃO

Serão considerados eleitos e ocuparão os cargos de membros titulares e suplentes do CACS FUNDEB, os candidatos mais votados de cada segmento, respectivamente. No caso de empate de votos entre o primeiro e o segundo candidato, aquele que possuir maior idade será considerado o primeiro eleito, portanto o titular.

a) No dia 22/03/2022 a Secretaria Municipal de Educação dará ampla divulgação dos nomes dos candidatos;

b) A eleição de todos os segmentos acontecerá no dia 23/03/2023, às 17h, na Secretaria Municipal de Educação (Rua XV de Novembro, Nº 220, Centro, Ibiúna);

c) Qualquer irregularidade ocorrida no processo eleitoral será averiguada pela Secretaria Municipal de Educação e em caso de erro ou vício não sanável, haverá anulação e nova eleição dos respectivos segmentos será divulgada;

d) O resultado final das eleições dos segmentos deverá ser homologado pelo Poder Executivo e publicado no dia 27/03/2023, no Diário Oficial da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna.

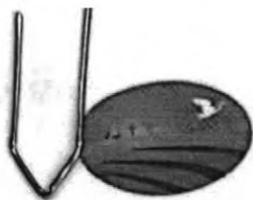
VII - DA HOMOLOGAÇÃO, POSSE E MANDATO

A posse dos novos eleitos ocorrerá no dia 28/03/2023, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Rua XV de Novembro, Nº 220, Centro, Ibiúna, às 17 horas, em reunião ordinária do CACS/FUNDEB, sendo a primeira reunião subsequente a data de publicação da homologação da eleição, na qual será realizada entre os membros titulares a escolha por eleição, do Presidente e Vice-Presidente do CACS/FUNDEB.

O mandato dos membros do CACS/FUNDEB, eleitos e indicados, será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Ibiúna, 17 de março de 2023.

Rosa Claudia Bello de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Educação



232

Ibiúna, 27 de março de 2023.

Ofício SME - Nº 254/2023

Assunto: Homologação da Eleição do CACS/FUNDEB, Gestão 2023/2026

Exmo. Sr. Prefeito

Venho por meio deste, em conformidade com o EDITAL SME Nº 002/2023, CONVOCAÇÃO PARA INDICAÇÃO E ELEIÇÃO DO CACS/FUNDEB, informar o resultado final das eleições por segmentos, o qual deve ser homologado pelo Poder Executivo e publicado na data de hoje 27/03/2023, no Diário Oficial da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna.

Realizadas as etapas para indicações e eleições por segmentos os resultados finalizados são os que seguem abaixo:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

TITULAR		
1	Nome	Edson Luiz Soares (TITULAR)
	RG	21.810.577-0
	CPF	110.441.348-52
	Endereço	Rua Marcolino José Leite, S/Nº
	Telefone	15 99679-9067
TITULAR		
2	Nome	Nerli dos Santos (TITULAR)
	RG	17.174.817-4
	CPF	090.826.688-07
	Endereço	Rua Capitulina dos Santos, nº 193, Pavão, Canguera, São Roque
	Telefone	15 99609 0121

3	Nome	Luciane Domingues da Silva (SUPLENTE)
	RG	33.952.018-8
	CPF	322.655.648-77
	Endereço	Rua Flávio Rolin Granjeiro, nº 38, CDHU Sta. Lúcia
	Telefone	15 99735 3690
SUPLENTE		
4	Nome	Esperidiana de Siqueira (SUPLENTE)
	RG	21.900.450-X
	CPF	128.115-438-56
	Endereço	Residencial Europa
	Telefone	15 997062076

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

TITULAR		
1	Nome	Ronaldo Aparecido Oliveira (SINPRO)
	RG	17.985.664-9
	CPF	842.659.229-53
	Endereço	Rua João Campos Bueno, nº 263, Jardim Morada do Sol
	Telefone	11 98947-4134
SUPLENTE		
2	Nome	Marcelo de Almeida Alves (SINPRO)
	RG	42.312.595-3
	CPF	322.134.588-71
	Endereço	Rua Represa, nº 12, Bairro Recreio
	Telefone	15 99836 1401

Ar.

Representantes dos Diretores de Escola, das Escolas Públicas de Educação Básica do Município de Ibiúna:

TITULAR		SUPLENTE	
01	Nome	Sebastião Lataulio (TITULAR)	
	RG	28.763.010-9	
	CPF	177.232.478-77	
	Endereço	Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves, Km 18	
	Telefone	15 99785 5408	
02	Nome	Viviane Fernanda Vilar (SUPLENTE)	
		(E.M. "Vereador Lourival Correia de Araújo")	
	RG	32.789.717-X	
	CPF	281.756.128-78	
	Endereço	Rua Paschoal Belmont, nº 151, Jardim Brasil, São Roque	
	Telefone	11 97098 5969	

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos (Escriturário) das Escolas Públicas de Educação Básica do Município de Ibiúna:

TITULAR						
01	Nome	Renan Aranha da Silva				
	RG	46.819.976-7				
	CPF	439.308.798-40				
	Endereço	Rua Antonio Pedro de Camargo, s/nº, Bairro Gabriel				
	Telefone	15 99743 5230				
	SUPLENTE					
02	Nome	Vivian Juliana Nogueira Domingues Machado				
	RG	32.507.658-3				

CPF	304.861.008-12
Endereço	Rua Francisco Alberto Peres, nº 35, Centro Ibiúna
Telefone	15 99705 9865

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

TITULAR

01	Nome	Fabiana Cardoso de Oliveira
	RG	33.706.635-8
	CPF	294.029.888-23
	Endereço	Rodovia Tancredo Neves, s/nº, Bairro Feital
	Telefone	15 99623-1785

TITULAR

02	Nome	Elaine Cristina Pedreira de Oliveira Borba
	RG	34.497.126
	CPF	318.080.558-70
	Endereço	Rodovia Júlio Dal Fabro, km 08, em frente ao mercadinho do Marcão
	Telefone	15 99806 2658

SUPLENTE

03	Nome	Andreia Gabriel Vieira Ramalho
	RG	35.045.302-0
	CPF	300.062.688-38
	Endereço	Rua Teruo Konishi, s/nº, próximo ao condomínio Sete Lagos, Bairro Cupim
	Telefone	11 99738 5880

SUPLENTE

04	Nome	Geane do Nascimento Rocha
	RG	60.732.433-8
	CPF	620.975.042-72
	Endereço	Rua Além do Sol, nº 18, Bairro Morro Grande
	Telefone	11 4821 6879

Assinatura

36

representante dos Estudantes da Educação Básica Pública,
emancipado, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos
– EJA:

TITULAR		
01	Nome	Maria de Lourdes Rodrigues
	RG	25.274.612-0
	CPF	155.728.718-00
	Endereço	Bairro Sorocamirim, s/nº
	Telefone	15 99631 4270
SUPLENTE		
02	Nome	Marcelo Pereira da Silva
	RG	25.433.701-6
	CPF	231.162.038-06
	Endereço	Estrada Municipal, Bairro dos Paes, s/nº
	Telefone	15 9793 0632

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

TITULAR		
01	Nome	Paulo Dias do Carmo
	RG	27.375.339-3
	CPF	182.194.938-28
	Endereço	Rua Maria Cândida de Oliveira, Nº 28, Real Parque Morumbi
	Telefone	15 99717-5868
SUPLENTE		
02	Nome	João Adão Moreira Leal
	RG	65.832.491-3
	CPF	153.447.228-26

[Assinatura]

Endereço Bairro Piratuba

Telefone 15 997195992

38

Representantes do Conselho Tutelar do Município de Ibiúna:

TITULAR		
01	Nome	Eli Valentin Viana
	RG	45.554.872-9
	CPF	318.212.488-99
	Endereço	Rua Itália, Nº 22, Residencial Europa, Ibiúna
	Telefone	15 99718-1903
SUPLENTE		
02	Nome	Jamil Marcicano
	RG	14.436.926-6
	CPF	032.545.368.35
	Endereço	Rua José Carlos Marcicano, Nº 234, Bairro Ressaca
	Telefone	15 99794-9749

Representantes das Organizações da Sociedade Civil:

TITULAR		
01	Nome	Mário Pires de Oliveira Filho (ACE)
	RG	28.911.528-0
	CPF	197.422.898-32
	Endereço	Avenida Maria La Farina Milani, nº 671, Centro
	Telefone	15 99779 2016
TITULAR		
02	Nome	Claudia de Camargo Prestes de Andrade (OAB)
	RG	22.573.213-0
	CPF	141.988.968-01
	Endereço	Rua Venezuela, nº 191, Jardim Nova Ibiúna

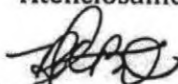
[Assinatura]

138

	Telefone	15 99777 6485
03	Nome	Mariana Arantes Rollo de Moraes (OAB)
	RG	48.868.089-X
	CPF	428.071.968-37
	Endereço	Rodovia Prefeito Quintino de Lima, nº 184, Jardim Gemima
	Telefone	15 99789 1921
SUPLENTE		
04	Nome	Almir da Silva (ACE)
	RG	11.068.449
	CPF	035.570.708-08
	Endereço	Rua Francisco de Barros, nº 203, Centro
	Telefone	15 99733 9898

Segue em anexo as atas correspondentes.

Atenciosamente



Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Educação

Exmo. Sr. Prefeito
Paulo Kenji Sasaki

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

HOMOLOGO O PRESENTE



[Signature]

2008

Alameda Graefes da Silva

81. Janyan

de Presidente do Conselho CACS/FUNDEB, e também pelos demais que desejarem assinar.

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS/FUNDEB

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três (29/03/2023) com início às treze horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Primeira Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiuna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do Presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e a Secretária conselheira Cláudia de Camargo Prestes de Andrade. O Sr. Presidente esclareceu que em toda a sessão será disponibilizada a lista de presença e uma minuta da ata contendo os principais assuntos e suas deliberações, onde todos os presentes assinarão. Estiveram presentes nesta reunião, além de membros titulares e suplentes, a Sra. Viviane Villar, conselheira Presidente da gestão anterior deste conselho; bem como a Sra. Iraci Pedroso Oliveira, Assistente Educacional da Secretaria Municipal de Educação, representando a Secretária Sra. Rosa Claudia Bello de Oliveira Silva. Em seguida iniciou-se a transição do referido Conselho com a gestão anterior (2019/2022), gerido anteriormente pela então Presidente supracitada, que entregou as pastas contendo Atas de reuniões, folhas de presença das reuniões, ofícios expedidos e recebidos, balançes, transferências, liberações do FNDE, informações sobre o SIOPE e SIGECON. A Sra. Viviane informou que não tem acesso ao armário do FUNDEB, que está na Secretaria de Educação e contém documentos da gestão anterior a 2019, sendo assim, será solicitada a chave desse armário para averiguação. Na presente reunião também foi discutido sobre a nova lei do Piso Salarial dos Professores, visto que o Município considera gratificações (ALE, Exclusividade, ATS, Evolução Acadêmica) como parte do piso salarial. A Sra. Viviane também informou sobre apontamentos do Tribunal de Contas a respeito do excesso de profissionais contratados pela Educação, havendo necessidade de realização de Concurso Público, além de erros nas folhas de pagamento que vêm ocorrendo constantemente. Foi sugerido que o Conselho do FUNDEB trabalhe em conjunto com o Conselho Municipal da Educação para acompanhar os Processos Licitatórios. Na presente reunião foi discutida também sobre o prazo para cadastro da nova composição do CACS/FUNDEB, por parte do Poder Executivo Municipal, sendo solicitada ao Sr. Agenor, da Secretaria de Finanças, por intermédio da Sra. Iraci, os balançes referentes aos primeiros meses de 2023, que serão apresentados em reunião marcada para o dia 30/03/2023, na Prefeitura Municipal. Sem mais a tratar, encerro a presente ata a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de Secretário da reunião e Mario Pires de Oliveira Filho, na qualidade de Presidente do Conselho CACS/FUNDEB, e também pelos demais que desejarem assinar.

Renan Aranha da Silva

Mário Pires



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

43

LEI Nº 2391.

DE 31 DE MARÇO DE 2021.

“Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020; e dá outras providências.”

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município da Estância Turística de Ibiúna – CACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei nº 14.666, de 10 de janeiro de 2008, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, fica reestruturado de acordo com as disposições desta Lei.

Art. 2º - O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhes:

I – elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II – supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III – acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA;

IV – acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V – receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do “caput” deste artigo, formulando pareceres conclusivos



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

VI – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII – atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta Lei.

Art. 3º - O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I – apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II – convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III – requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos serviços em efetivo exercício na educação básica e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV – realizar visitas para verificar, “in loco”, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Art. 4º – A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º - O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo Único – O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 6º - O CACS-FUNDEB será constituído por:

I – membros titulares, na seguinte conformidade:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;
- e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
- g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação-CME;
- h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, indicado por seus pares;
- i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

II – membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Para fins da representação referida na alínea “i” do inciso I do “caput” deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

16

I – ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II – desenvolver atividades direcionadas ao Município da Estância Turística de Ibiúna;

III – estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV – desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V – não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 2º - Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º - Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I – o Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III – estudantes que não sejam emancipados;

IV – responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) Prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º - Os membros do CACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

16

I – pelo Prefeito, quando se tratar de representante do Poder Executivo;

II – pelo Conselho dos Conselhos de Escola, por meio de processo eletivo organizado para esse fim, no caso dos representantes dos estudantes e dos responsáveis por alunos;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

III – pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de diretores de escola, professores e servidores administrativos;

IV – pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 6º desta lei, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis.

Parágrafo Único – As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º – Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art. 10 – O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo Único – Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11 – A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I – não será remunerada;

II – será considerada atividade de relevante interesse social;

III – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV – será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V – veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) A exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atua;

b) O afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

VI – veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12 - O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo Único – Caberá aos atuais membros do CACS-FUNDEB exercer as funções de acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta lei.

Art. 13 - A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 14 - As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I – na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II – extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º - As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º - As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presente, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15 – O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I – dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II – do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III – das atas de reuniões;

IV – dos relatórios e pareceres;

V – outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16 – Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo


I – infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II – profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.


Art. 17 – O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.


Art. 18 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei nº 2026, de 05 de novembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 31 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2021.


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura e afixada no local de costume em 31 de março de 2021.


WAGNER BOTELHO CORRALES
Secretário de Administração

 PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA SECRETARIA DE FINANÇAS CONTABILIDADE GCASPP	NOTA 21/002		ANO 2023
	DATA DE EMISSÃO 02/02/2023		FICHA 188

Fonte de Recurso:	1 TESOIRO		
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL	FUNDO	
Variação:	0 ENSINO FUNDAMENTAL	DÍVIDA	
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA	PROCESSO	CONTRATO Nº
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12069/2022	121/2022
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL	VENCIMENTO	
Função:	12 EDUCAÇÃO	MODALIDADE	
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	Dispensa 12/2022	
Programa:	2003 ENSINO FUNDAMENTAL - MANUTENÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL	
Projeto/Atividade:	2028 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Art. 24, X, Lei 8666/93	
Categ. Econômica:	3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	PEDIDO	AJUSTE AUDESP COMPRAS
Elemento Despesa:	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00015/002-2023	2022000000669
Sub-Elemento Desp:	10 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	CENTRO DE CUSTO	
Vínculo:	0 ORDINÁRIO		
Convênio:			

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
20247	MECHETTI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.109.727/0001-13	
ENDEREÇO		BAIRRO	
ALAMEDA GUARUJÁ, 167, RESIDENCIAL 3		ALPHAVILLE	
CIDADE		UF	CEP
SANTANA DE PARNAIBA		SP	06542095
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA
APLICAÇÃO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA XV DE NOVENBRO, Nº220, CENTRO-IBIUNA, PARA A MUDANÇA E INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.			
Entrega	PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51		

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	LOCAÇÃO DO IMÓVEL RUA XV DE NOVENBRO, Nº220 PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - JANEIRO 2023	UN	1,0000	18.000,00	18.000,0000	18.000,00
RETENÇÃO		VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	18.000,00	VL. BRUTO →
					18.000,00	

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
144.000,00	18.000,00	18.000,00	108.000,00
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR		
_____/_____/_____	_____/_____/_____	_____/_____/_____	
PAULO KENJI SASAKI CPF 122.549.228-90	AGENOR PEREIRA DE CAMARGO CRC 15P118800/O-0		
Recebi da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a importância de:			
(dezoito mil reais)			

Referente ao Valor da Nota acima discriminada.

IBIUNA, 28 de Fevereiro de 2023	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número: 26.591.481-X

113-6

S/Retenções
Embruno
28/02

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

PEDIDO DE COMPRA PARCIAL - ANALÍTICO

Exercício: 2023

Parcial: 15/2-2023		Modalidade: Dispensa Nr.: 12/2022	
/Ano: 12069 / 2022		Requisição Nro.: 594/2023	Contrato: 121/2022
Requisição AUDESP: 2022000000262			
Requisição: CARINA.LEITE			
Compra: ADMINISTRATIVA		Prioridade: NORMAL	
Orçamentária: 02.0009 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		Usuário Pedido: CARINA.LEITE	
Recurso:	188 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
	1 TESOIRO		
FR.:	220 ENSINO FUNDAMENTAL		
FR.:	0 ENSINO FUNDAMENTAL		
nto:	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
emento:	10 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS		
ção:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA XV DE NOVEMBRO,Nº220, CENTRO-IBIUNA, PARA A MUDANÇA E INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.		
vação:			
de Objeto:	Locação de Imóveis		
to:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA XV DE NOVEMBRO,Nº220, CENTRO-IBIUNA, PARA A MUDANÇA E INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.		
l de Entrega:	PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51		
cedor:	20247 - MECHETTI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA		
tasia:		Fone:	Fax:
tato:		E-mail:	
ereço:	ALAMEDA GUARUJÁ, 167,RESIDENCIAL 3 ALPHAVILLE		
ade:	SANTANA DE PARNAIBA		
oj/Cpf:	08109727000113	Inscrição Estadual:	Cep: 06542095 Estado: SP
		Inscrição Municipal:	
lidade:	Garantia:	Prazo Entrega:	
nd. Pagto.:	Dt. Vencimento:		
Informações para o Preenchimento da Nota	Cnpj/Cpf:	46.634.531/0001-37	Cep: 18150-000
	Bairro:	CENTRO	
	Endereço:	AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51	
Favor anexar a Nota Fiscal a este Pedido.			

Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
001	1,000000	UN	069.00161-0	LOCAÇÃO DO IMÓVEL RUA XV DE NOVEMBRO,Nº220	18.000,0000	18.000,00
Valor Total:					18.000,00	
Valor Desconto:					0,00	
Valor Imposto:					0,00	
Valor Líquido:						18.000,00

IBIUNA, 2 de Fevereiro de 2023

Jm

RCS

ROSA CLÁUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
 SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

52

RECIBO

Recebemos da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna a quantia de **R\$18.000,00 (dezoito mil reais)** referente ao pagamento do aluguel do imóvel localizado na Rua XV de novembro, 220, Centro, Ibiúna/SP.

Ibiúna, 28 de fevereiro de 2023.



Mechetti Administração e Participações Ltda

1903632859
VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

GCASPP

NOTA DE EMPENHO PARCIAL - (SUBEMPENHO)

NOTA	ANO
21/001	20
DATA DE EMISSÃO	FICHA
03/01/2023	1

Fonte de Recurso:	1 TESOIRO	FUNDO
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL	DÍVIDA
Varição:	0 ENSINO FUNDAMENTAL	PROCESSO
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA	12069/2022
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CONTRATO Nº
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL	121/2
Função:	12 EDUCAÇÃO	VENCIMENTO
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	03/01/2023
Programa:	2003 ENSINO FUNDAMENTAL - MANUTENÇÃO	MODALIDADE
Projeto/Atividade:	2028 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Dispensa 12/2022
Categ. Econômica:	3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	FUNDAMENTO LEGAL
Elemento Despesa:	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Art. 24, X, Lei 8666/93
Sub-Elemento Desp:	10 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	PEDIDO
Vínculo:	0 ORDINÁRIO	00015/001-2023
Convênio:		AJUSTE AUDESP COMPI
		202200000006
		CENTRO DE CUSTO

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
20247	MECHETTI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.109.727/0001-13	
ENDEREÇO	Bairro	UF	CEP
ALAMEDA GUARUJÁ, 167, RESIDENCIAL 3	ALPHAVILLE	SP	06542095
CIDADE	TELEFONE		
SANTANA DE PARNAIBA			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA

APLICAÇÃO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 220, CENTRO-IBIUNA, PARA A MUDANÇA E INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	LOCAÇÃO DO IMÓVEL RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 220 PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DEZEMBRO 2022	UN	1,0000	18.000,00	18.000,0000	18.000,00

RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	18.000,00	VL. BRUTO →	18.000,00
----------	--------------	------	---------------	-----------	-------------	-----------

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
144.000,00	0,00	18.000,00	126.000,00
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR		
_____/_____/_____	_____/_____/_____	_____/_____/_____	
PAULO KENJI SASAKI CPF 122.549.228-90	AGENOR PEREIRA DE CAMARGO CRC 1SP118800/O-0		
Recebi da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a importância de:			
(dezoito mil reais)			

Referente ao Valor da Nota acima discriminada.


IBIUNA, 07 de 02 de 2023	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número: 26.574.481-7

155

RECIBO

Recebemos da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna a quantia de **R\$18.000,00 (dezoito mil reais)** referente ao pagamento do aluguel do imóvel localizado na Rua XV de novembro, 220, Centro, Ibiúna/SP.

Ibiúna, 03 de fevereiro de 2023.




Mechetti Administração e Participações Ltda

Q56

RECIBO

Recebemos da Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna a quantia de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) referente ao pagamento do aluguel do imóvel localizado na Rua XV de novembro, 220, Centro, Ibiúna/SP.

Ibiúna, 28 de dezembro de 2022.



Mechetti Administração e Participações Ltda

157

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 ADRIANA JUSSARA DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 26579481 SSP/SP

CPF
 155.566.258-75

DATA NASCIMENTO
 13/03/1975

FISSÃO
 AURELIO DE OLIVEIRA

EDVIRGES RIBEIRO DE OLIVEIRA

PERMISSÃO
 B

NCE
 CAT. HAB.

SP REGISTRO
 01356138638

VALIDADE
 15/08/2024

1ª HABILITAÇÃO
 29/02/2000

OBSERVAÇÕES

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1903632859

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1903632859

ASSINATURA DO TITULAR
 COTIA, SP

DATA EMISSÃO
 16/08/2019

20148148249
 SP987205153

SÃO PAULO



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

NOTA DE EMPENHO PARCIAL - (SUBEMPENHO)

NOTA

6712/001

ANO

2022

DATA DE EMISSÃO

22/12/2022

FICHA

181

Fonte de Recurso:	1 TESOIRO	FUNDO
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL	DÍVIDA
Variação:	0 ENSINO FUNDAMENTAL	PROCESSO
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA	9632/2022
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CONTRATO Nº
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL	120/2022
Função:	12 EDUCAÇÃO	VENCIMENTO
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	22/12/2022
Programa:	2003 ENSINO FUNDAMENTAL - MANUTENÇÃO	MODALIDADE
Projeto/Atividade:	2028 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Convite Obras 17/2022
Categ. Econômica:	3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS	FUNDAMENTO LEGAL
Elemento Despesa:	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Lei 8666/93
Sub-Elemento Desp:	99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PEDIDO
Vínculo:	0 ORDINÁRIO	02166/001-2022
Convênio:		AJUSTE AUDESP COMPRAS
		2022000000668
		CENTRO DE CUSTO

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
20039	DIEGO HENRIQUE BARBOSA DE SOUZA	18.679.478/0001-55	
ENDEREÇO	Bairro	UF	CEP
R PEDRO ANDRE SALESSE	RES ECOVILLE	SP	16880000
CIDADE	TELEFONE		
VALPARAISO			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA

APLICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NA ESCOLA MUNICIPAL CLÉLIA CARMELO DA SILVA

Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO	UN	1,0000	218.500,00	218.500,0000	218.500,00
RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	218.500,00	VL. BRUTO →	218.500,00

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
218.500,00	0,00	218.500,00	0,00
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR		
_____/_____/_____	_____/_____/_____		
PAULO KENJI SASAKI CPF 122.549.228-90	AGENOR PEREIRA DE CAMARGO CRC 1SP118800/O-0		
Recebi da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a importância de:			
(duzentos e dezoito mil e quinhentos reais)			
Referente ao Valor da Nota acima discriminada.			

IBIUNA, ____ de ____ de ____	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número:

23/12/2022
218.500,00

113-6

ISS = R\$ 5462,50
INSS = R\$ 9614,00

MUNICIPAL DE VALPARAÍSO
Secretaria Municipal da Fazenda
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número da Nota
450

Data de Emissão
23/12/2022

Data e Hora da
Competência
23/12/2022 às 15:07:25

Código de Verificação
1016-4482-8281

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CNPJ 18.679.476/0001-65 Cód. Mobiliário 19056 Insc. Mun. 19056
Nome: DIOGO HENRIQUE BARBOSA DE SOUZA RG/IE 71001627118
Logradouro: RUA PEDRO ANDRÉ SALEGSE Número 51
Bairro: RESIDENCIAL ECOVILLE CEP 16880-000
Município: VALPARAÍSO UF SP

Autenticação



Situação: Optante do Simples Nacional
Telefones:
E-Mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ 46.634.531/0001-37 RG/IE ISENTO
Inscrição Mun. Cód. Mobiliário 0
Nome: MUNICIPIO DE IBIUNA
E-mail: Telefone:
Inf. Comp. Número 51
Logradouro: AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO CEP 18150-000
Bairro: CENTRO UF SP
Município: IBIUNA País BRASIL
Complemento:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço	Descrição	Vlr. Unitário	Qtd	Desconto	Total
1	SERVIÇO	218.500,0000	1,00	0,00	218.500,00

Valor Total dos Serviços - R\$218.500,00

INFORMAÇÕES REFERENTES A DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

PEDIDO DE COMPRA PARCIAL - ANALÍTICO

PEDIDO PARCIAL: 2186/1-2022 MODALIDADE: CONVITE OBRAS NR: 17/2022

PROCESSO/ANO: 9032/2022 REQUISIÇÃO Nro: 5875/2022

ID Licitação AUDESP: 2022000000264

Aplicação: Contratação de Empresa para Construção de Muro de Alvenaria na Escola Municipal Clelia Carmelo de Silva


Kelvin Christian de Alencar
Secretário de Obras
CREA 506993163/1

Eng. Clayton Marum Ribeiro
CREA 5069126217

MATERIAL 60 % / 131.100,00
MÃO DE OBRA 40 % / 87.400,00

TRIBUTOS

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)	Outros Tributos (R\$)
CTDE (R\$)	IOF (R\$)	IPF (R\$)	ICMS (R\$)			

 PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA SECRETARIA DE FINANÇAS CONTABILIDADE NOTA DE EMPENHO PARCIAL - (SUBEMPENHO)	NOTA	ANO
	905/003	2022
	DATA DE EMISSÃO	FICHA
	20/12/2022	173

Fonte de Recurso:	1 TESOIRO		
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL	FUNDO	
Variação:	0 ENSINO FUNDAMENTAL	DÍVIDA	
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA	PROCESSO	CONTRATO Nº
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	163/2022	18/2022
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL	VENCIMENTO	
Função:	12 EDUCAÇÃO	20/12/2022	
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	MODALIDADE	
Programa:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDA	Convite Obras 3/2022	
Projeto/Atividade:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL	FUNDAMENTO LEGAL	
Categ. Econômica:	4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	Lei 8666/93	
Elemento Despesa:	51/ OBRAS E INSTALAÇÕES	PEDIDO	AJUSTE AUDESP COMPRAS
Sub-Elemento Desp:	99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	00246/003-2022	2022000000056
Vínculo:	0 ORDINÁRIO	CENTRO DE CUSTO	
Convênio:			

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
19604	WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA	21.365.236/0001-00	206.464.516.110
ENDEREÇO	BAIRRO		
AVENIDA QUEIMADA, Nº269, SALA 41,42 E 44	RESIDENCIAL MORADA DOS LAGOS - ALDEIA		
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE
BARUERI	SP	06429215	(11)2680-9625
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA
APLICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.			
Entrega	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AVENIDA SÃO SEBASTIÃO Nº 192 - 4º ANDAR		

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS	UN	0,2861	317.918,13	317.918,1300	90.963,62
RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	90.963,62	VL. BRUTO →	90.963,62

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
317.918,13	182.180,62	90.963,62	44.773,89
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR		
_____/____/____	_____/____/____		
PAULO KENJI SASAKI CPF 122.549.228-90	AGENOR PEREIRA DE CAMARGO CRC 1SP118800/O-0		
Recebi da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a importância de:			
(noventa mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos)			
Referente ao Valor da Nota acima discriminada.			

IBIUNA, ____ de ____ de ____	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número:

22/12/2022

90 963,62

113-6

ISS: R\$ 2.274,09

INSS: R\$ 4002,40

T.I.: R\$ 84687,13

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS
PEDIDO DE COMPRA PARCIAL - ANALÍTICO

GCASPP

Exercício: 2022

Pedido Parcial: 246/3-2022

Modalidade: Convite Obras Nr.: 3/2022

Processo/Ano: 163 / 2022 Requisição Nro.: 5780/2022 Contrato: 18/2022
 Id. Licitação AUDESP: 2022000000039
 Usuário Requisição: MIRIAN.SANTOS
 Tipo de Compra: ADMINISTRATIVA Prioridade: NORMAL
 Unid. Orçamentária: 02.0009 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Ficha: 173 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL Usuário Pedido: MIRIAN.SANTOS
 Fonte de Recurso: 1 TESOURO
 Aplicação FR.: 220 ENSINO FUNDAMENTAL
 Variação FR.: 0 ENSINO FUNDAMENTAL
 Elemento: 51 OBRAS E INSTALAÇÕES
 Sub-Elemento: 99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES
 Aplicação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.
 Observação:
 Tipo de Objeto: Obras e Serviços de Engenharia
 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS
 Local de Entrega: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AVENIDA SÃO SEBASTIÃO Nº 192 - 4º ANDAR

Fornecedor: 19604 - WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA
 Fantasia:
 Contato: Fone: (11)2680-9625 Fax: 11-94032-2909
 Endereço: AVENIDA QUEIMADA, Nº269, SALA 41,42 E 44 Fone: E-mail:
 Cidade: BARUERI RESIDENCIAL MORADA DOS LAGOS - ALDEIA DA SERRA
 Cnpj/Cpf: 21365236000100 Inscrição Estadual: 206.464.516.110 Cep: 06429215 Estado: SP
 Inscrição Municipal:

Validade: Garantia: Prazo Entrega:
 Cond. Pagto.: Dt. Vencimento:

Informações para o Preenchimento da Nota	Cnpj/Cpf: 46.634.531/0001-37 Cep: 18150-000 Bairro: CENTRO
	Endereço: AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51
	Favor anexar a Nota Fiscal a este Pedido.

Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
0001	0,286123	UN	032.05242-0	REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS	317.918,1300	90.963,62

Valor Total:	90.963,62	Valor Desconto:	0,00	Valor Imposto:	0,00	Valor Líquido:	90.963,62
---------------------	-----------	------------------------	------	-----------------------	------	-----------------------	-----------

IBIUNA, 20 de Dezembro de 2022


KELVIN CHRISTIAN RODRIGUES ALVES
 SECRETÁRIO DE OBRAS



NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFE A autenticidade desta Nota Fiscal Eletrônica de Serviços poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: < http://www.barueri.sp.gov.br/nfe >	Data Emissão 22/12/2022	Hora Emissão 15:57	NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E FATURA	
	Código Autenticidade 137Q.3421.2413.3637399-W		Número da Nota 000548	Série da Nota
			Número RPS	Série RPS

Prestador de Serviços WINTER GARDEN CONSTRUTORA LTDA AVENIDA QUEIMADA, 269 - Sala 41, 42, 44 RESIDENCIAL E COMERCIAL MORADA DOS LAGOS / ALDEIA DA SERRA CEP 06429-215 - BARUERI - SP CNPJ/CPF 21.365.236/0001-00 Telefone Inscrição Municipal 4.72326-4 e-mail
--

Nome Tomador de Serviços PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA	CPF/CNPJ 46.634.531/0001-37
--	--

Endereço AVENIDA CAPITAO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51	Complemento
---	--------------------

CEP 18150-000	Bairro CENTRO	Cidade IBIUNA	UF SP
--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	------------------------

E-mail sonia@wintergarden.com.br

Item 1	Descrição do Serviço REFORMA DE IMÓVEIS	Código Serviço 070501213	Alíquota 0,00	Valor Unitário 90.963,62	Valor Total 90.963,62
-------------------------	--	---	--------------------------------	---	--

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

CONTRATO Nº 18/2022 - PROCESSO/ANO: 163/2022 - REQUISICÃO: 5780/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.

MATERIAL APLICADO: R\$ 54.578,17 (60%) - MÃO DE OBRA: R\$ 36.385,45 - 11% DE INSS = R\$ 4.002,40

BANCO PARA PAGAMENTO
BRADESCO - AG 0975 - CC 06277-4

Handwritten signature and text: "Kelvin Alves Soc 25/12/22"

VALORES DE REPASSE A TERCEIROS R\$ 0,00	Observações ISSQN devido a: IBIUNA-SP
--	--

IRRF 0,00	PIS/PASEP 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00
----------------------------	---------------------------------	------------------------------	----------------------------

VALOR TOTAL DA NOTA	90.963,62
----------------------------	------------------

Fatura Nº	Valor da Fatura R\$	Forma Pagamento
Valor por Extensão		

A autenticidade desta Nota Fiscal Eletrônica de Serviços poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: http://www.barueri.sp.gov.br/nfe	Código Autenticidade 137Q.3421.2413.3637399-W
--	--

RECEBEMOS DA EMPRESA WINTER GARDEN CONSTRUTORA LTDA OS SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS	Número da Nota 000548	Série da Nota
Local	Data	Assinatura

São Paulo, 28 de outubro de 2022.

À
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA
IBIÚNA – SP.

At.: **Secretaria de Obras**
Sr. Kelvin Christian Rodrigues Alves

Ref.: CONTRATO: 018/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO: P163/2022
Contratação de empresa especializada reformas de quadras – IBIÚNA – SP.

Assunto: **MEDIÇÃO 03.**

Prezados Senhores,

WINTER GARDEN EIRELI EPP., situada na Avenida dos Patos, 59 –
Sala, Aldeia da Serra, Barueri, SP, inscrita no CNPJ nº. 21.365.236/0001-00, executora do contrato
acima vem encaminhar anexo, medição 02 dos serviços executados no período.

Atenciosamente,

WINTER GARDEN EIRELI EPP
CNPJ nº. 21.365.236/0001-00

Avenida dos Patos, 59 – Sala, Aldeia da Serra, Barueri, SP

18530/2022



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITABORAÍ
OBRA: REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS
LOCAL: ITABORAÍ - SP

CONVITE N.º 03/2022 - PROCESSO N.º P163/2022

E.M. PREFEITO SEMEISSA - E.M. VEREADOR LOURIVAL CORREA DE ARAUJO - E.M. MOYSES JOSÉ GODINHO - E.M. PROF. CALIL RAHAL NETO - E.M. JOANA MARIA DE GÓES - E.M. LUIZ GONZAGA SOARES - E.M. PROF. YOLANDA AGOSTINHO DE LIMA - E.M. BAIRRO MANOEL CLEMENTE - E.M. RAIMUNDO VIEIRA BASTOS - E.M. BAIRRO MORRO GRANDE

REF.	CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTID.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	MEDIDAÇÃO 01		MEDIDAÇÃO 02		MEDIDAÇÃO 03		TOTAL MEDIDO	SALDO À MEDIR		
								QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR				
			SERVIÇOS														
CDMU	05.01.140	1.1	Tábua completa com suporte e rede para basquete	M2	28,00	4.396,06	120.373,63	4,00	17.196,23		20,00	85.961,37		4,00	17.196,23	120.373,63	
CDMU	05.01.150	1.2	Trava oficial completa com rede para futebol de salão	M2	28,00	3.820,77	45.381,63	4,00	6.483,09		20,00	32.415,45		4,00	6.483,09	45.381,63	
CDMU	05.01.170	1.3	Poste oficial com rede para vôleibol	V8	14,00	1.553,62	21.750,71	2,00	3.107,24		10,00	15.536,22		2,00	3.107,24	21.750,71	
FIDE	15.04.980	1.4	PINTURA DE QUADRAS ESP. - LINHAS DEMARCATÓRIAS (R004Q)	V8	8,00	1.891,82	15.134,55	2,00	3.383,64					4,46	8.217,16	11.600,80	
CDMU	03.06.020	1.5	Acrílico para quadras e placas orientadas	V8	4.647,00	22,56	104.845,93	663,85	14.978,40					3.430,15	77.394,23	92.372,63	
CDMU	04.21.140	1.6	Remoção de poste metálico	V8	14,00	234,49	3.282,81							13,00	3.048,33	3.048,33	
CDMU	04.21.130	1.7	Remoção de poste de concreto	M2	14,00	234,49	3.282,81							13,00	3.048,33	3.048,33	
CDMU	12.01.041	1.8	Banco de concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	M3	56,00	73,84	4.135,04				24,00	1.772,56		28,00	2.067,52	234,49	
CDMU	12.09.020	1.9	Abertura de furo mecanizado diâmetro de 5 cm	M	42,00	31,60	1.327,02				42,00	1.327,02				295,36	
TOTAL							R\$ 317.218,13	R\$ 48.348,40	R\$ 137.082,02	R\$ 128.562,33						R\$ 302.242,25	R\$ 15.175,38

171305236/0001-00
MINISTER GARDEN REIT EPP
AV. DOS PIRATINIS, 59 SALTA 82
MORADA DAS ESTRELAS
CEP. 06429-120
BARUERI-SP
ALBEA DA SERRA



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BIRUJÁ

OBRA: REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS

LOCAL: BIRUJÁ - SP

CONVITE N.º 03/2022 - PROCESSO N.º P163/2022

E.M. PREFEITO SEME ISSA - E.M. VEREADOR LOURIVAL CORREA DE ARAUJO - E.M. MOYSES JOSÉ GODINHO - E.M. PROF. CAUL RAHAL NETO - E.M. JOANA MARIA DE GÓES - E.M. LUIZ GONZAGA SOARES - E.M. PROF. YOLANDA AGOSTINHO DE LIMA - E.M. BAIRRO MANOEL CLEMENTE - E.M. RAIMUNDO VIEIRA BASTOS - E.M. BAIRRO MORRO GRANDE

REF.	CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTID.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	MEDIÇÃO 01		MEDIÇÃO 02		MEDIÇÃO 03		TOTAL MEDIDO	SALDO A MEDIR
								QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR		
SERVIÇOS															
CDHU	35.01.140	1.1	Tabela completa com suporte e rede para basquete	M2	28,00	4.299,06	120.373,63	4,00	17.196,33	20,00	85.981,17	4,00	17.196,33	120.373,63	
CDHU	35.01.150	1.2	Trevo oficial completa com rede para futebol de salão	M2	28,00	1.620,77	45.381,63	4,00	6.483,09	20,00	32.415,65	4,00	6.483,09	45.381,63	
CDHU	35.01.170	1.3	Poste oficial com rede para vôleibol	VB	14,00	1.553,42	21.750,71	2,00	3.107,24	10,00	15.536,22	2,00	3.107,24	21.750,71	
POE	15.04.080	1.4	PINTURA DE QUADRAS ESP - LINHAS DEMARCATÓRIAS (600M2)	VB	8,00	1.691,82	13.534,55	2,00	3.383,64			4,86	8.217,16	11.600,80	1.933,75
CDHU	33.06.020	1.5	Ancoragem para quadras e pisos cimentados	VB	4.647,00	22,56	104.849,93	663,85	14.978,40			3.430,15	77.394,23	92.372,63	12.477,30
CDHU	04.21.140	1.6	Remoção de poste metálico	VB	14,00	234,49	3.282,81					13,00	3.048,33	3.048,33	234,49
CDHU	04.21.130	1.7	Remoção de poste de concreto	M2	14,00	234,49	3.282,81					13,00	3.048,33	3.048,33	234,49
CDHU	12.01.041	1.8	Blocos de concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	M3	56,00	73,84	4.135,04			24,00	1.772,16	28,00	2.067,52	3.839,68	295,36
CDHU	12.09.020	1.9	Abertura de furo mecanizado diâmetro de 5 cm	M	42,00	31,60	1.327,02			42,00	1.327,02			1.327,02	
TOTAL							R\$ 317.918,13	R\$ 45.148,60		R\$ 137.692,02		R\$ 128.562,13	R\$ 302.742,75	R\$ 15.175,38	

17.17.30.3236/0000-1-00-00
WILLER GABRIEL FERREIRA
BARUEIRI-SP
ALGEMA DA SERRA
N.º 59 SALTINHA
AV. DOS PIRATIS
MORADA DE ESTRELA
CEP. 06042-66-120

PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



966

Obra: ESCOLA MUNICIPAL BAIRRO MORRO GRANDE; Obra: ESCOLA MUNICIPAL WALDOMIRO ANTONIO SOARES; Obra: ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA SOARES; Obra: ESCOLA MUNICIPAL PROF. YOLANDA AGOSTINHO DE LIMA; Obra: EMEF BAIRRO MANOEL CLEMENTE; Obra: ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO SEME ISSA; Obra: ESCOLA MUNICIPAL MOYSES JOSE GODINHO; Obra: ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR LOURIVAL CORREIA DE ARAUJO; Obra: ESCOLA MUNICIPAL PROF. CALIL RAHAL NETO; Obra: ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO VIEIRA BASTOS; Obra: ESCOLA MUNICIPAL JOANA MARIA DE GOES; Obra: ESCOLA MUNICIPAL BENEDITA CORDEIRO MEDELOS; Obra: GINASIO DE ESPORTES ADÃO JOSÉ DE PAULA ; Obra: EM MANUEL CLEMENTE

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

Secretaria de Obras



Termo de Concordância e Solicitação de Pagamento

Tipo de Contratação nº 18/2022

Processo Administrativo nº P18530/2022

Ibiúna, 20 de dezembro de 2022

Ao departamento de Compras

Venho através deste reportar ciência a respeito do laudo de medição encaminhado pelo Allan Pereira de Goes em 20/12/2022, estando ciente e de acordo com as informações apresentadas neste. Assim, solicito à V.S.^a que dê andamento ao referido processo para que seja efetuado o pagamento no valor de **90.963,62 (noventa mil e novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos)** a empresa **Winter Garden EIRELI**, CNPJ nº **21.365.236/0001-00**, correspondente a **3ª medição do objeto Reformas das quadras poliesportivas em diversas escolas municipais**. Seguem anexos planilha de medição, laudo e relatório fotográfico.

Sem mais, para o momento agradeço.

Atenciosamente,



Kelvin C. R. Alves
Secretário de Obras



3 MEDIÇÃO

QUADRAS ESCOLA MUNICIPAL

	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total	Medição 1	Medição 2	Mbs 3	Saldo
1	35.01.160	CDHU	UN	28,00	R\$ 4.299,06	R\$120.373,63	R\$ 17.196,23	R\$85.981,17		R\$ 17.196,23
2	35.01.150	CDHU	CJ	28,00	R\$ 1.620,77	R\$ 45.381,63	R\$ 6.483,09	R\$32.415,45		R\$ 6.483,09
3	35.01.170	CDHU	CJ	14,00	R\$ 1.553,62	R\$ 21.750,71	R\$ 3.107,24	R\$15.536,22		R\$ 3.107,24
4	15.04.060	FDE (600M2)	UN	8,00	R\$ 1.691,82	R\$ 13.534,55	R\$ 3.383,64	R\$ -	R\$ 7.097,18	R\$ 3.053,73
5	33.06.020	CDHU	m²	4.647,00	R\$ 22,56	R\$104.849,93	R\$ 14.978,40	R\$ -	R\$ 83.866,44	R\$ 6.005,09
6	04.21.140	CDHU	UN	14,00	R\$ 234,49	R\$ 3.282,81	R\$ -	R\$ -		R\$ 3.282,81
7	04.21.130	CDHU	UN	14,00	R\$ 234,49	R\$ 3.282,81	R\$ -	R\$ -		R\$ 3.282,81
8	12.01.041	CDHU	M	56,00	R\$ 73,84	R\$ 4.135,04	R\$ -	R\$ 1.772,16		R\$ 2.362,88
9	12.09.020	CDHU	M	42,00	R\$ 31,60	R\$ 1.327,02	R\$ -	R\$ 1.327,02		R\$ -
Total sem BDI						R\$317.918,13	R\$ 45.148,80	R\$137.032,02	R\$ 90.963,82	R\$ 44.773,89


Allan Pereira de Goes
Engenheiro Civil
Crea/SP 5070543832

288

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo
Secretaria de Obras



Laudo de Medição

Tipo de Contratação nº 18/2022
Processo Administrativo nº P18530/2022

Ibiúna, 20 de dezembro de 2022

Ao secretário de obras

Feito análise da documentação entregue referente ao processo **Reformas das quadras poliesportivas em diversas escolas municipais**, contrato administrativo nº P163/2022; atendendo solicitação da empresa **Winter Garden EIRELI**, CNPJ nº 21.365.236/0001-00, conforme planilha anexa constatou-se que fora concluído **85,92%** da obra, **sendo 28,61%** nesta medição. Portanto tecnicamente em nada me oponho quanto à liberação do pagamento parcial de **R\$ 90.963,62** (noventa mil e novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos); sendo **R\$ 0** (zero reais) através de recurso convencional e **R\$ 90.963,62** (noventa mil e novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) através de recurso próprio (contrapartida), o que corresponde à **3ª medição contratual**, restando um saldo de **14,08%**. Nada mais até a presente data.

Sem mais, para o momento agradeço.

Atenciosamente,


Allan Pereira de Goes
Engenheiro Civil

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

NOTA	ANO
2113/000	2022
DATA DE EMISSÃO	FICHA
23/03/2022	173

RESOFT

CONTABILIDADE
NOTA DE EMPENHO

Fonte de Recurso:	1 TESOURO	FUNDO
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL	DÍVIDA
Variação:	0 ENSINO FUNDAMENTAL	PROCESSO
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA	10224/2021
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CONTRATO Nº
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL	VENCIMENTO
Função:	12 EDUCAÇÃO	23/04/2022
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	MODALIDADE
Programa:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDA	Concorrência Obras 5/2021
Projeto/Atividade:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL	FUNDAMENTO LEGAL
Categ. Econômica:	4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	Lei 8666/93
Elemento Despesa:	51 OBRAS E INSTALAÇÕES	PEDIDO
Sub-Elemento Desp:	99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	00642/000-2022
Vínculo:	0 ORDINÁRIO	CENTRO DE CUSTO

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
15982	ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.996.838/0001-99	206.276.445.119
ENDEREÇO	BAIRRO	UF	CEP
ALAMEDA MADEIRA, Nº 162 - 12º ANDAR EDIFÍCIO QUEBEC	ALPHAVILLE - CONJ. 1204 SALA 1	SP	06453027
CIDADE	TELEFONE	TIPO CONTA	
BARUERI	(11)4191-3641		
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	

APLICAÇÃO: ESCOLA ISAUARA MARTINHO

Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS - EM ISAUARA MARTINHO	SERV	0,0136	3.010.113,38	3.010.113,1800	41.043,20
RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	41.043,20	VL. BRUTO →	41.043,20

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
2.427.895,82	2.010.482,32	41.043,20	376.370,30
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR		
//_	_/_/_	_/_/_	20/04/2022
PAULO KENJI SASAKI CPF 122.549.228-90	AGENOR PEREIRA DE CAMARGO CRC 1SP118800/O-0		Banco: BB
			Conta: 1301136
			Cheques: 223736
Recebi da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a Importância de:			
(quarenta e um mil e quarenta e três reais e vinte centavos)			

Referente ao Valor da Nota acima discriminada.

IBIUNA 30 de janeiro de 2023	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número: 32.449.345-9

113,6

20/04/2022
41.043,20

155: LB 102608
INSS R\$ 2257,38

T.I - LB 37759,74

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

ESOF

PEDIDO DE COMPRA DIRETO - ANALÍTICO

Exercício: 2022

Ido: 642/0-2022

Modalidade: Concorrência Obras Nr.: 5/2021 - Ata de Registro

Processo/Ano: 10224 / 2021 Requisição Nro.: 918/2022
Licitação AUDESP: 2021000000210
Número Requisição: MIRIAN.SANTOS
Tipo de Compra: ADMINISTRATIVA Prioridade: NORMAL
Id. Orçamentária: 02.0009 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Objeto: 173 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL Usuário Pedido: MIRIAN.SANTOS
Fonte de Recurso: 1 TESOURO
Classificação FR.: 220 ENSINO FUNDAMENTAL
Subclassificação FR.: 0 ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento: 51 OBRAS E INSTALAÇÕES
Sub-Elemento: 99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES
Aplicação: ESCOLA ISaura MARTINHO
Observação:
Tipo de Objeto: Obras e Serviços de Engenharia
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.
Local de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

Fornecedor: 15982 - ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
Fantasia:
Contato: Fone: (11)4191-3641 Fax: (11)4205-0909
Endereço: ALAMEDA MADEIRA, Nº 162 -12º ANDAR EDIFÍCIO QUEBEC ALPHAVILLE - CONJ. 1204 SALA 1 E-mail:
Cidade: BARUERI Cep: 06453027 Estado: SP
Cnpj/Cpf: 08996838000199 Inscrição Estadual: 206.276.445.119 Inscrição Municipal: 12313/2014

Validade: Cond. Pagto.: Garantia: Prazo Entrega:

Informações para o
Preenchimento da
Nota

Cnpj/Cpf: 46.634.531/0001-37 Cep: 13150-000 Bairro: CENTRO
Endereço: AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51
Favor anexar a Nota Fiscal a este Pedido.

Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
0001	0,013635	SERV	058.00322-0	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.	3.010.113,1800	41.043,20

Valor Total: 41.043,20 Valor Desconto: 0,00 Valor Imposto: 0,00 Valor Líquido: 41.043,20

IBIUNA, 15 de Março de 2022

KELVIN CHRISTIAN RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE OBRAS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA

OBJETO: Reforma e manutenção de unidades escolares

ENDEREÇO: EM ISAURA MARTINHO

DATA DA ELABORAÇÃO: 09/03/2022

DADOS: Concorrência Pública nº 05/2021

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias



Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unit (com BDI)	Preço Total (com BDI)
12	EM ISAURA MARTINHO				
07.03.136	TELHA GALVALUME / ACO. GALV. SANDUICHE E=50MM	0,00 m²	0,00 220,00	- R\$ 186,56	R\$ 41.043,20
				R\$	41.043,20

Eng. Carlos Martinho
CPF: 908.120-11



NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFE

A autenticidade desta Nota Fiscal Eletrônica de Serviços poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço:
<<http://www.barueri.sp.gov.br/nfe>>

Data Emissão

20/04/2022

Hora Emissão

16:21

Código Autenticidade

611Q.6717.9312.5138299-Q

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E FATURA

Número da Nota Série da Nota

000503

Número RPS Série RPS Data RPS

Prestador de Serviços

ENGEZ CONTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA

ALAMEDA MADEIRA, 162 - CONJUNTO 1204 - Andar 12 - Sala 01
ALPHAVILLE CENTRO INDUSTR E EMPR / ALPHAVILLE
CEP 06454-010 - BARUERI - SP

CNPJ/CPF 08.996.838/0001-99

Telefone

Inscrição Municipal

5.54659-7

e-mail

Nome Tomador de Serviços

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

CPF/CNPJ

46.634.531/0001-37

Endereço

AVENIDA CAPITÃO MANOEL CARVALHO, 51

Complemento

CEP

18150-000

Bairro

CENTRO

Cidade

IBIUNA

UF

SP

E-mail

Juliano@engez.com.br

Qtd

1

Descrição do Serviço

CONSTRUÇÃO CIVIL

Código Serviço

070201216

Alíquota

0,00

Valor Unitário

41.043,20

Valor Total

41.043,20

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA (ESCOLA ISaura MARTINHO). ATA REGISTRO DE PREÇO CONTRATO 26/2021.

MEDIÇÃO ÚNICA

MÃO DE OBRA APLICADA 50% = R\$ 20.521,60

MATERIAL APLICADO 50% = R\$ 20.521,60

INSS SOBRE MÃO DE OBRA 11% SOBRE 50% = R\$ 2.257,38

ISS 2,5% = R\$ 1.026,08

DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO: ENGEZ CONTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 08.996.838/0001-99

BANCO SANTANDER - (033)

AGENCIA 4338 CONTA CORRENTE 13000186-3

Kevin Christian R. Alves

Secretário de Obras

CREA 50699/1030

VALORES DE REPASSE A TERCEIROS

R\$ 0,00

Observações

ISSQN devido a: IBIUNA-SP

PIS/PASEP

0,00

COFINS

0,00

CSLL

0,00

VALOR TOTAL DA NOTA

41.043,20

Fatura Nº

503

Valor da Fatura R\$

R\$ 41.043,20

Forma Pagamento

À VISTA

Valor por Extenso

quarenta e um mil e quarenta e três reais e vinte centavos

A autenticidade desta Nota Fiscal Eletrônica de Serviços poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço:
<http://www.barueri.sp.gov.br/nfe>

Código Autenticidade

611Q.6717.9312.5138299-Q

RECEBEMOS DA EMPRESA ENGEZ CONTRUÇÕES E PARTICIPAÇÃO OS SERVIÇOS CONSTANTES DESTA
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

Número da Nota

000503

Série da Nota

000503

Local

Data

Assinatura

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

Handwritten signature

SOFT PEDIDO DE COMPRA DIRETO - ANALÍTICO Exercício: 2022

o: 642/0-2022

Modalidade: Concorrência Obras Nr.: 5/2021 - Ata de Registro

ssso/Ano: 10224 / 2021 Requisição Nro.: 918/2022

cituação AUDESP: 2021000000210

rio Requisição: MIRIAN.SANTOS

de Compra: ADMINISTRATIVA

Prioridade: NORMAL

. Orçamentária: 02.0009 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

a: 173 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL

Usuário Pedido: MIRIAN.SANTOS

de Recurso: 1 TESOIRO

cação FR.: 220 ENSINO FUNDAMENTAL

ação FR.: 0 ENSINO FUNDAMENTAL

mento: 51 OBRAS E INSTALAÇÕES

i-Elemento: 99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

icação: ESCOLA ISAURA MARTINHO

servação: Obras e Serviços de Engenharia

o de Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ESCOLAS E CRECHES

Objeto: MUNICIPAIS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS.

de Entrega: PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

rmecedor: 15982 - ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA

ntasia:

Fone: (11)4191-3641 Fax: (11)4205-0909

ntato:

Fone:

E-mail:

ndereço: ALAMEDA MADEIRA, Nº 162 -12º ANDAR EDIFÍCIO QUEBEC ALPHAVILLE - CONJ. 1204 SALA 1

idade: BARUERI

Cep: 06453027

Estado: SP

npj/Cpf: 08996838000199

Inscrição Estadual: 206.276.445.119

Inscrição Municipal: 12313/2014

alidade:

Cond. Pagto.:

Garantia:

Prazo Entrega:

Informações para o Preenchimento da Nota

Cnpj/Cpf: 46.634.531/0001-37

Cep: 18150-000

Bairro: CENTRO

Endereço: AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51

Favor anexar a Nota Fiscal a este Pedido.

Item	Quantidade	Unidade	Cd. Produto	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
001	0,013635	SERV	058.00322-0	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.	3.010.113,1800	41.043,20

Valor Total:	41.043,20	Valor Desconto:	0,00	Valor Imposto:	0,00	Valor Líquido:	41.043,20
--------------	-----------	-----------------	------	----------------	------	----------------	-----------

IBIUNA, 15 de Março de 2022

Handwritten signature
KELVIN CHRISTIAN RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO DE OBRAS

PLANTILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIUNA

OBJETO: Reforma e manutenção de unidades escolares

ENDEREÇO: EM ISAUARA MARTINHO

DATA DA ELABORAÇÃO: 09/03/2022

DADOS: Concorrência Pública nº 05/2021

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias



Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unit (com BDI)	Preço Total (com BDI)
12	EM ISAUARA MARTINHO				
07.03.136	TELHA GALVALUME / ACO GALV SANDUICHE E-50MM	0,00	0,00		
		m²	220,00	R\$ 186,56	R\$ 41.043,20
					41.043,20

Em Ibiuna, 09 de março de 2022.

Profa. Isaura Martinho

6	4,65	2,14	10,14	TOTAL	119	2	3
---	------	------	-------	-------	-----	---	---

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo
Secretaria de Obras



26

Laudo de Medição

Ata de Registro de Preço nº 26/2021
Processo Administrativo nº 6061/2022

Ibiúna, 20 de abril de 2022

Ao secretário de obras

Feito análise da documentação entregue referente ao processo **6061/2022**, contrato administrativo nº 26/2021; atendendo solicitação da empresa **ENGEZ CONTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ nº **08.996.838/0001-99**, conforme planilha anexa constatou-se que fora concluído **100%** da ordem de serviço, **sendo 100%** nesta medição. Portanto tecnicamente em nada me oponho quanto à liberação do pagamento de **R\$ 41.043,20** (quarenta e um mil quarenta e três reais e vinte centavos). Nada mais até a presente data.

Sem mais, para o momento agradeço.

Atenciosamente,



Cleyton Marum Ribeiro
Engenheiro Civil

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo
Secretaria de Obras



477

Termo de Concordância e Solicitação de Pagamento

Ata de Registro de Preço nº 26/2021
Processo Administrativo nº 6061/2022

Ibiúna, 20 de abril de 2022

Ao departamento de Compras

Venho através deste reportar ciência a respeito do laudo de medição encaminhado pelo Cleyton Marum Ribeiro em 20/04/2022, estando ciente e de acordo com as informações apresentadas neste. Assim, solicito à V.S.^a que dê andamento ao referido processo para que seja efetuado o pagamento no valor de **R\$ 41.043,20** a empresa **ENGEZ CONTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ nº **08.996.838/0001-99**, correspondente a **01ª medição da ordem de serviço da E.M. ISAURA MARTINHO**. Seguem anexos planilha de medição e laudo.

Sem mais, para o momento agradeço.

Atenciosamente,


Kelvin Christian Rodrigues Alves
Secretário de Obras

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA		NOTA	ANO
SECRETARIA DE FINANÇAS		2115/000	2022
CONTABILIDADE		DATA DE EMISSÃO	FICHA
NOTA DE EMPENHO		23/03/2022	173

Fonte de Recurso:	1 TESOURO		
Aplicação:	220 ENSINO FUNDAMENTAL	FUNDO	
Variação:	0 ENSINO FUNDAMENTAL	DÍVIDA	
Órgão:	02 PREFEITURA MUN DA EST TURIST DE IBIUNA	PROCESSO	CONTRATO Nº
Unid. Orçamentária:	09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10224/2021	
Unid. Executora:	03 ENSINO FUNDAMENTAL	VENCIMENTO	
Função:	12 EDUCAÇÃO	23/04/2022	
SubFunção:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	MODALIDADE	
Programa:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDA	Concorrência Obras 5/2021	
Projeto/Atividade:	1027 CONTRUÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL	FUNDAMENTO LEGAL	
Categ. Econômica:	4.4.90 APLICAÇÕES DIRETAS	Lei 8666/93	
Elemento Despesa:	51 OBRAS E INSTALAÇÕES	PEDIDO	
Sub-Elemento Desp:	99 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	00644/000-2022	
Vínculo:	0 ORDINÁRIO	CENTRO DE CUSTO	

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
15982	ENGEZ CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.996.838/0001-99	206.276.445.119
ENDERECO	BAIRRO		
ALAMEDA MADEIRA, Nº 162 -12º ANDAR EDIFÍCIO QUEBEC	ALPHAVILLE - CONJ. 1204 SALA 1		
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE
BARUERI	SP	06453027	(11)4191-3641
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA
APLICAÇÃO: ESCOLA HORA ALEGRE			
Entrega	PREFEITURA MUNICIPAL, AV. CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51		

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS - EM HORA ALEGRE	SERV	0,0474	3.010.113,21	3.010.113,1800	142.819,86
RETENÇÃO		VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	142.819,86	VL. BRUTO → 142.819,86

DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
2.427.895,82	2.066.240,52	142.819,86	218.835,44
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR		
_____/____/____	_____/____/____		
PAULO KENJI SASAKI	AGENOR PEREIRA DE CAMARGO		
CPF 122.549.228-90	CRC 1SP118800/O-0		
Recebi da(o) PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA, a importância de:		Banco: <u>30</u>	
(cento e quarenta e dois mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos)		Conta: <u>130113-6</u>	
Referente ao Valor da Nota acima discriminada.		Cheques: <u>293730</u>	

IBIUNA <u>30</u> de <u>junho</u> de <u>2022</u>	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número: <u>32.442.345-9</u>

113.6

26/07/2022
 142.819,86
 155 = R\$ 55.70,57
 1255 = R\$ 7855,09
 T.L. = R\$ 131.391,27

ATA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos onze dias de dezembro de dois mil e vinte e três (11/12/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações, como seguem: o presidente deu ciência aos conselheiros sobre os protocolos realizados junto ao Ministério Público, cujo número de atendimento é o 0281.0000368/2023 e junto ao Tribunal de Contas, atendimento n.º 30462, e que nesta data também protocolará junto ao Legislativo Municipal relativo a ofícios não respondidos pelo Executivo, inconsistências nas folhas de pagamento, prédio do Arco-Íris, dentre outros assuntos. Também foi debatida a importância da inclusão da função de professor de educação física no certame do concurso público que está em andamento. Em seguida, discutiu-se referente às divergências nos valores das folhas de pagamento mensais e o FUNDEB, visto que o argumento da Administração Municipal é de que as verbas recebidas não são suficientes para cumprir com os pagamentos dos servidores; porém, de acordo com dados do FNDE, a estimativa é de que o valor do repasse seja de aproximadamente R\$55 milhões, ou seja, suficiente para arcar com as despesas. Além disso, de acordo com relatório da Secretaria de Educação, a quantidade de funcionários que existem nesta pasta é de aproximadamente 1267, como apontado no último mês, sendo 850 efetivos e 417 contratados. No entanto, o número de funcionários efetivamente pagos pelo FUNDEB, conforme informação do Departamento de Recursos Humanos não está de acordo com o referido relatório, tendo uma diferença de quase 30% a mais. Sendo assim, ficou combinado entre os membros que será solicitado junto à Secretaria de Educação a relação de funcionários, bem como o organograma da respectiva secretaria com indicação de nomes e funções ocupada. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

81




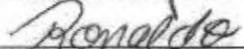




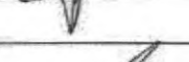
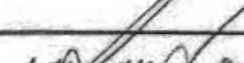


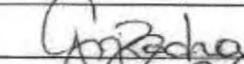

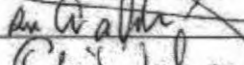
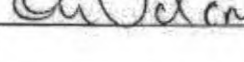

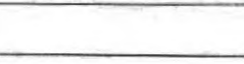
ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS/FUNDEB

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três (29/03/2023) com início às treze horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Primeira Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do Presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e a Secretária conselheira Cláudia de Camargo Prestes de Andrade. O Sr. Presidente esclareceu que em toda a sessão será disponibilizada a lista de presença e uma minuta da ata contendo os principais assuntos e suas deliberações, onde todos os presentes assinarão. Estiveram presentes nesta reunião, além de membros titulares e suplentes, a Sra. Viviane Vilar, conselheira Presidente da gestão anterior deste conselho; bem como a sra. Iraci Pedrosa Oliveira, Assistente Educacional da Secretaria Municipal de Educação, representando a Secretária Sra. Rosa Claudia Bello de Oliveira Silva. Em seguida iniciou-se a transição do referido Conselho com a gestão anterior (2019/2022), gerido anteriormente pela então Presidente supracitada, que entregou as pastas contendo Atas de reuniões, folhas de presença das reuniões, ofícios expedidos e recebidos, balancetes, transferências, liberações do FNDE, Informações sobre o SIOPE e SIGECON. A sra. Viviane informou que não tem acesso ao armário do FUNDEB, que está na Secretaria de Educação e contém documentos da gestão anterior a 2019, sendo assim, será solicitada a chave desse armário para averiguação. Na presente reunião também foi discutido sobre a nova lei do Piso Salarial dos Professores, visto que o Município considera gratificações (ALE, Exclusividade, ATS, Evolução Acadêmica) como parte do piso salarial. A sra. Viviane também informou sobre apontamentos do Tribunal de Contas a respeito do excesso de profissionais contratados pela Educação, havendo necessidade de realização de Concurso Público, além de erros nas folhas de pagamento que vêm ocorrendo constantemente. Foi sugerido que o Conselho do FUNDEB trabalhe em conjunto com o Conselho Municipal da Educação para acompanhar os Processos Licitatórios. Na presente reunião foi discutida também sobre o prazo para cadastro da nova composição do CACS/FUNDEB, por parte do Poder Executivo Municipal, sendo solicitada ao Sr. Agenor, da Secretaria de Finanças, por intermédio da Sra. Iraci, os balancetes referentes aos primeiros meses de 2023, que serão apresentados em reunião marcada para o dia 30/03/2023, na Prefeitura Municipal. Sem mais a tratar, encerro a presente ata a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de Secretário da reunião e Mario Pires de Oliveira Filho, na qualidade de Presidente do Conselho CACS/FUNDEB, e também pelos demais que desejarem assinar.

Mário Pires
Cláudia de Camargo Prestes de Andrade

Renan Aranha da Silva

Q81

NOME	ASSINATURA
André Gabriel Duino Romallo	
Marcelo de Almeida Alves	
Salviano Cordoso de Oliveira	
Ronaldo Sp. Oliveira	
SEBASTIÃO LIMA	
MARIO PIRES DE O. FILI	
Claudia de C. Ruste de Andrade	
Timim Juliana N. D. Machado	
Durante Fernanda Queiroz	
marcelo pereira da Silva	
Maria de Lourdes Rodrigues	
Paulo DIAS DO CARMO	
Neli SANTOS SOARES	
Edson Luiz Soares	
Jean de Nascimento Rocha	
Traci Pedrosa Oliveira	
Renan Abranches da Silva	
ELI VALENTIM LIANO	

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins de que RECEBI nesta data o "Guia de Orientação aos Membros do Conselho Fundeb".

Nome	Assinatura
Nereu dos Santos Soares	Nereu Soares
Maria de Fátima Rodrigues	
Soliana C. de Oliveira	Fátima
Ronaldo Ap. Oliveira	ROB
Renan Costa da Silva	Renan
Paulo José do Carmo	Paulo José

Ibiúna, 20 de Abril de 2023

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente do Conselho

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

83

Ofício 01/2023

Assunto: Reunião Ordinária do CACS-FUNDEB.

Ibiúna, 29 de Março de 2023.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 27/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo.

Considerando que todos os membros do conselho tomaram posse na data de 28/03/2023 e em sua primeira reunião procederam a eleição do presidente e vice-presidente.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

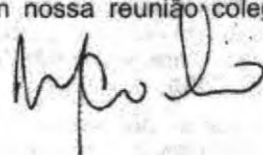
O CACS-FUNDEB em sua primeira reunião realizada na data de 28/03/2023, decidiu pela realização de REUNIAO ORDINÁRIA para hoje, dia 29/03/2023 as 13h00 na sede da Secretaria Municipal de Educação.

Venho por meio desta **SOLICITAR** a presença da DD Secretária de Educação de Ibiúna – Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva e também do DD Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária – Sr. Agenor Pereira de Camargo, para nos apresentar a documentação constante no artigo 3º, III e suas alíneas da Lei Municipal 2391/2021 bem como as devidas prestações de contas do período, visando dar suporte ao parecer final do CACS-FUNDEB (artigo 31 da Lei Federal 14113/2020 c/c artigo 2º da Lei Municipal 2391/2021).

Tal solicitação se faz com base no artigo 16 da Lei Municipal 2391/2021.

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.

DD Secretária de Educação de Ibiúna

Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

DD Secretário de Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo

RECEBIDO - SME

29/03/2023

Vivian Juliana Machado

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

264

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e três (20/04/2023) com início às nove horas, realizada no prédio da Prefeitura Municipal, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 20220 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e Vice-Presidente Eli Valentin Viana, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos. Depois de lidas as duas atas das sessões anteriores, foi iniciada a reunião e entregue aos membros o "Guia de Orientação aos Membros do Conselho do CACS-FUNDEB". Depois de lido pelo Vice-Presidente, Sr. Eli Valentin, o Item 5, subitem 1, que trata das atribuições básicas do respectivo Conselho, discutiu-se sobre o prazo para apresentação de esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 20 (vinte) dias. Foi discutido sobre ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e ao Secretário de Finanças, o qual solicitou a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, bem como suas respectivas funções e local de trabalho. Foram apresentados pelo Presidente, Sr. Mário, os demonstrativos de distribuição de arrecadação do Município, obtidos através do portal do Banco do Brasil; Discutido sobre a arrecadação futura do Novo FUNDEB, cujos recursos deverão aumentar gradativamente até 2026; Os conselheiros Sebastião e Edson foram solicitar a presença do Sr. Agenor, Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária do Município, que estava em reunião e compareceu posteriormente, informando que a referida reunião, a qual estavam presentes outros secretários, inclusive a Secretária de Educação, tratava do planejamento de gastos de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com informações do Sr. Agenor, 100% dos recursos do FUNDEB está sendo gasto com folha de pagamento de funcionários, sendo necessário ainda um complemento de 3% de recursos próprios para suprir esse gasto; Apresentada minuta a respeito da elaboração de regimento interno do Conselho CACS-FUNDEB; Discutido sobre o prazo para respostas, pelos órgãos competentes, aos ofícios encaminhados, que não deve ser superior a 20 (vinte) dias. Diante disso, ficou deliberado, em comum acordo pelos conselheiros presentes, que os respectivos ofícios poderão ser reiterados antes de decorrido o prazo

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

supramencionado; Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário R. A. da Silva, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente CACS-FUNDEB

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

LISTA DE PRESENÇA REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB REALIZADA EM 20/04/2023.

[illegible]

ATA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (03/05/2023) com início às dez horas, excepcionalmente realizada no prédio da Associação Comercial e Empresarial de Ibiúna, por falta de acomodação junto a Secretaria Municipal de Educação de Ibiúna, realizou-se a Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 20220 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e Vice-Presidente Eli Valentin Viana, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e informando que: **Considerando** que na data de ontem (02/05/2023) foi enviado ao telefone celular (15) 99688-2429 a seguinte mensagem de texto: *"Boa tarde! Sou Alexandra e falo do departamento de contabilidade da Prefeitura de Ibiúna. Estou tentando contato telefônico, mas sem sucesso. Preciso falar com o Dr. Mario a respeito do parecer do Fundeb do 1 trimestre/2023. Gostaria de saber para que setor foi encaminhado, uma vez que o prazo de envio ao tribunal de contas é hoje (02/05)".* **Considerando** que referida mensagem do departamento de contabilidade faz referência a prazos é que decidiu-se convocar a presente reunião nos moldes do artigo 14, II, da Lei Municipal 2391/2021, sendo definido que o parecer será emitido somente após o envio da documentação solicitada. Também será feita a reiteração do ofício e encaminhado diretamente ao Executivo Municipal. Realizadas as devidas **CONSIDERAÇÕES** sobre a realização desta Sessão Extraordinária, passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações; (a) Leitura e aprovação da ata anterior, sendo aprovada em consenso por todos (reunião do dia 20/04/2023); (b) criação e formação do calendário anual de reuniões do CACS-FUNDEB. Ficando definido que ocorrerão todo dia 10 de cada mês e, em caso de impossibilidade, para o dia útil subsequente; (c) com a criação do calendário anual houve deliberação sobre a expedição de Ofício à SME e Poder Executivo Municipal, para reservar os espaços físicos e também delimitar prazo para o envio de documentação prevista na legislação federal e municipal; (d) leitura e discussão da minuta de regimento interno e agendamento para a sua aprovação para a próxima reunião ordinária do CACS-FUNDEB. Pela aprovação, foi retirada da pauta e reagendada para a próxima reunião; (e) apresentação, discussão e deliberação sobre a falta de resposta dos ofícios protocolados no dia 11/04/2023 junto ao

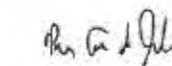
CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Executivo Municipal e SME. Foi protocolado no dia 11/04 junto a SME ofício 02/2023 nos seguintes termos; "Que seja enviado ao e-mail mariopires.advocacia@gmail.com (que será utilizado como meio de comunicação até a formação do e-mail institucional do CACS-FUNDEB), a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, com suas respectivas funções e local de trabalho." Foi protocolado no dia 11/04 junto ao Executivo Municipal ofício 03/2023 nos seguintes termos: "(a) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais referente aos gastos suportados pelo FUNDEB referente ao 6º Bimestre de 2022 e 1º Bimestre de 2023; (b) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais(gastos) referente aos 25% da arrecadação municipal destinada à educação. (c) que seja enviada por e-mail as folhas de pagamento referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023". O presidente Sr. Mário Pires, informou que apenas o item "c" do Ofício 03/23 foi cumprido. Informou ainda que o prazo regulamentar de 20 dias decorreu no último dia 02/05/2023, nos moldes do artigo 3º, III da Lei Municipal 2391/2021 c/c artigo 33 da Lei Federal 14.113/2020. Dessa forma após as devidas discussões e procedida a votação o CACS-FUNDEB reiterou a decisão tomada na reunião anterior sobre a expedição de novos ofícios aos entes acima relacionados nos exatos termos da Lei Federal e Municipal. E que diante da cobrança do Poder Executivo na emissão do Parecer, alegando que o prazo teria se encerrado dia 02/05/2023, o conselho discutiu o assunto e deliberou que se expedisse comunicado ou ofício ao Poder Executivo informando que o Conselho emitirá o seu parecer tão logo seja disponibilizados os documentos solicitados no dia 11/04/2023, autorizado o presidente a emitir os respectivos comunicados neste sentido e a cobrar a resposta dos demais ofícios. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente



Renan Aranha da Silva

Secretário da reunião

209

LISTA DE PRESENÇA REUNIAO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS- FUNDEB REALIZADA EM 03/05/2023.

[illegible]

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS- FUNDEB

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (10/05/2023) com início às dez horas, realizada na sala de reunião do paço municipal, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e Vice-Presidente Eli Valentin Viana, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações.

No início da reunião, recebemos os populares Genilda de Moraes Soares e Adelson Gabriel Vieira, representando pais de alunos da escola municipal Prefeito Seme Issa, do bairro Piaí. Ambos estiveram presentes para reclamar sobre o transporte da linha bairro Alves, que, de acordo com informações deles, está com superlotação. Com os esclarecimentos da conselheira Nerli Soares, também chefe do setor de transporte escolar do município, ficou definido que a situação será averiguada para que sejam tomadas as devidas providências para sanar o problema relatado; passou-se, então, a ordem do dia (a) Leitura e aprovação de duas atas anteriores (reunião do dia 20/04/2023 e 03/05/2023), o qual por deliberação restou aprovada; (b) leitura e discussão da minuta de regimento interno; A pedido da conselheira Claudia Andrade, foi solicitada a disponibilização de uma cópia para cada conselheiro e que a discussão, ajustes e votação ocorrerá na reunião do dia 12 de junho, o que foi aprovado por todos. (c) ciência aos conselheiros sobre o ofício protocolado junto a Comissão de Educação da Câmara Municipal. (d) apresentação, discussão e deliberação sobre a resposta dos ofícios protocolados n.º 02/2023, 03/2023, 04/2023, 05/2023 e 06/2023, sendo que os três últimos é a reiteração dos ofícios de número 02 e 03. No início desta reunião, a SME, através do ofício nº 342/2023, forneceu a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, em resposta ao ofício 02/2023. Recebemos, ainda, o ofício 099/2023 da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, os espelhos da aplicação dos recursos próprios, aplicação dos recursos do FUNDEB e relação de notas fiscais empenhadas e pagas no 1º trimestre de 2023, cujos documentos serão devidamente analisados pelo Conselho. (e) sobre o parecer do CACS FUNDEB, o Sr. Presidente informou que foi encaminhado ao

al ml

18 Para o

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

CONSELHO antecipadamente apenas as folhas de pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023 e que os demais documentos solicitados nos ofícios 002/2023 e 003/2023 somente foram disponibilizados no início desta reunião, conforme disposto acima, portanto, não foi possível ter tempo hábil para compreender os detalhes dos demais números do FUNDEB tais como os relatórios referentes ao 1º BIM/2023 para análise contendo: relatório da aplicação dos recursos próprios, aplicação com recurso do Fundeb, receitas vinculadas de educação, receitas de impostos, movimentação financeira da educação, despesas com educação, todos do período 1º BIM/2023. Considerando a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa liberação, o qual passamos a analisar, para posterior deliberação de acordo com informações do senhor Agenor e com a apresentação de demonstrativos e comprovantes, os recursos que a Prefeitura recebeu do FUNDEB, no valor de R\$ 15 milhões, foram gastos com folha de pagamento, sendo inclusive necessário que a prefeitura complementasse o valor em R\$ 1 milhão, visto que as despesas com pessoal foram de aproximadamente R\$ 16 milhões; afirmou, ainda que dos 70% do FUNDEB, estão sendo gastos 99,3%, comprometendo os 30% restantes. Desta forma, o Conselho entende que o mínimo legal foi aplicado. Superadas as discussões, o Conselho emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer.

RESSALVAS.

- (a) **Não atendimento em tempo hábil ao ofício 02/2023**, protocolado no dia 11/04/2023 junto a Secretaria Municipal de Educação nos seguintes termos; *"Que seja enviado ao e-mail mariopires.advocacia@gmail.com (que será utilizado como meio de comunicação até a formação do e-mail institucional do cacs-fundeb), a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, com suas respectivas funções e local de trabalho."*, tendo tal ofício sendo respondido nesta data.
- (b) **Não atendimento em tempo hábil ao ofício 03/2023**, protocolado no dia 11/04/2023 junto ao Poder Executivo/Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária do Município, nos seguintes termos; *"(a) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais referente aos gastos suportados pelo FUNDEB referente ao 6º Bimestre de 2022 e 1º Bimestre de 2023; (b) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais(gastos) referente aos 25% da arrecadação municipal destinada à educação. (c) que seja enviada por e-mail as folhas de pagamento referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023"*, tendo tal ofício sendo respondido nesta data. Registre-se que apenas o item "c" foi atendido pela administração
- (c) **Decurso de prazo sem atendimento dos ofícios 02/2023 e 03/2023**
O prazo de resposta regulamentar de 20 dias decorreu no último dia 02/05/2023, nos moldes do artigo 3º, III da Lei Municipal 2391/2021 c/c

CACS | FUNDEB

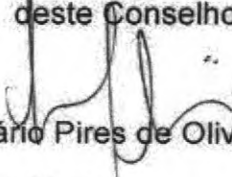
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

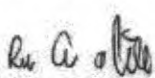
092

artigo 33 da Lei Federal 14.113/2020. Conforme já registrado nos itens (a) e (b) acima, o fornecimento dos documentos nesta data prejudica a atuação deste Conselho, por falta de tempo para a devida análise.

- (d) **Falta de tempo hábil para análise dos documentos relacionados ao transporte escolar**, tais como, o contrato do transporte escolar e seu aditivo, relação de condutores e respectivas linhas, relação de alunos transportados mês a mês, fechamento dos valores a serem faturados, que foram fornecidos nesta data pela Secretaria Municipal de Educação.

O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como graves o atraso no envio das respostas dos ofícios expedidos pelo respectivo conselho. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.


Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente


Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião









CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

LISTA DE PRESENÇA REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB REALIZADA EM 10/05/2023

[illegible]

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três (12/06/2023) com início às dez horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiuna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e Vice-Presidente Eli Valentin Viana, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, houve a leitura da ata da reunião anterior (10/05/23), sendo aprovada pelos membros presentes. Em seguida, foram ouvidas considerações da conselheira Fabiana, representante de pais de alunos e também funcionária da Prefeitura Municipal de Ibiuna, exercendo a função de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. De acordo com seu relato, não houve respostas sobre a solicitação das ADIs acerca do enquadramento do cargo no Quadro do Magistério da rede municipal, bem como o cumprimento do Piso Salarial de Professores. Diante de tal situação, o CACS-FUNDEB informa que acompanhará a situação e realizará reuniões com os interessados. Após, foi definida a data de uma reunião extraordinária para o dia 27/06/2023, às 9h00, com a finalidade de discussão, aprovação e votação do regimento interno do CACS-FUNDEB. Também em comum acordo entre membros, este conselho expedirá ofício para agendar uma reunião em conjunto com o Conselho Municipal da Educação, a fim de combinar visitas às unidades escolares e demais ações fiscalizadoras. O presidente informa que, no dia 05/06/2023, convocou uma reunião extraordinária com o propósito de responder o questionário PNATE. Dessa forma, como existia prazo para resposta, o presidente convocou o Conselho e emitiu o parecer conclusivo com ressalvas. Na referida reunião, constatou-se que o nome do conselheiro Paulo Dias do Carmo e seu respectivo suplente não constam como membros do Conselho na lista oficial do SIOPE. O presidente informa que no dia 20/06/2023, às 9h00, fará uma visita ao Setor de Transporte Escolar para verificar a documentação do respectivo setor. Informa, ainda, que convidará alguns conselheiros. A conselheira Claudia trouxe ao conhecimento deste conselho que os profissionais do atendimento educacional especializado (contratados) solicitaram a verificação e correção dos vencimentos referente aos meses abril e maio/2023.

S - //

Renan

Mário Pires de Oliveira Filho

CP

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

O conselho deliberou sobre a necessidade de uma reunião com a representante do setor de RH da Prefeitura, cuja reunião será agendada pela conselheira Claudia, com data a ser definida posteriormente. O Conselho analisou os documentos enviados, através o ofício nº 342/2023, pela Secretaria Municipal de Educação, o qual contém a relação de servidores lotados na respectiva secretaria. A análise identificou a necessidade de confrontar a lista encaminhada com a folha de pagamento, que será solicitada mediante ofício ao setor de RH da Prefeitura. O conselheiro Sebastião identificou a necessidade de fazer um estudo aprofundado na Lei Municipal 1.663/2010, que dispõe sobre o transporte escolar, fazendo um comparativo com as leis federais do setor. O conselheiro Mário identificou a necessidade de averiguar a destinação do prédio do Projeto Centro Integrado Novo Arco-Íris, e se houve a correta transferência de finalidade, pois, sabemos que tal prédio pertence à Educação. Houve também apontamento sobre um recibo no valor de R\$18 mil referente ao aluguel do prédio da Secretaria de Educação. Havendo a necessidade de esclarecimentos referente a quem recebeu essa importância, ficou definido que este Conselho solicitará junto ao Executivo. O presidente informou que o Executivo não disponibilizou os documentos solicitados no ofício 08/2023, protocolado em 10/05/2023. O Conselho então delibera pela reiteração do ofício, bem como a solicitação de que em todos os documentos futuros os gastos do FUNDEB sejam apartados dos gastos de outros departamentos da Prefeitura. De acordo com apontamento do conselheiro Sebastião, baseado na análise das notas apresentadas na última reunião, os gastos com a construção de um muro de arrimo na Escola Municipal Clélia Carmelo da Silva são incompatíveis com a qualidade do serviço executado. Dessa forma, este Conselho delibera a solicitação de esclarecimentos da situação junto à Secretaria de Educação. Chegou ao conhecimento do Conselho que no dia 14/06/2023, às 9h00, haverá uma licitação para construção de escola infantil nos bairros Colégio e Ressaca. Sendo assim, o será designado um conselheiro para acompanhar o referido processo licitatório. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

LISTA DE PRESENÇA REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB REALIZADA EM 12/06/2023

[illegible]

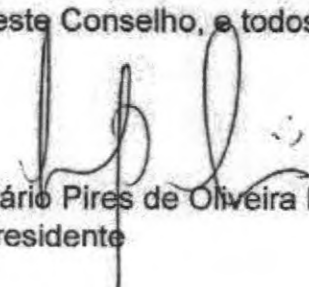
CACS | FUNDEB


Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

297

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três (27/06/2023) com início às dez horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e Vice-Presidente Eli Valentin Viana, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, houve a leitura da ata da reunião anterior (12/06/23), sendo aprovada pelos membros presentes. Iniciando a reunião, o conselheiro Paulo trouxe ao conhecimento de todos que a partir do ano de 2022 a verba do PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar) concedida ao Município passou a ser individualizada em Ensino Médio, Educação e Ensino Fundamental, de acordo com a portaria do MEC 03/21. Sendo assim, sugeriu que fosse solicitado esclarecimentos à SME e à Secretaria de Finanças sobre tal repasse, visto que as escolas de ensino médio no município são geridas pelo governo do estado. Em seguida, com o objetivo de elaborar o novo regimento interno deste Conselho, houve leitura e discussão entre os membros da Minuta de regimento do CACS-FUNDEB, regido pela Lei Federal n.º 14.113/2020 e reestruturado pela Lei Municipal n.º 2.391/2021. Em ato contínuo, o senhor Presidente colocou em deliberação a aprovação do respectivo regimento, o qual foi aprovado por todos e será encaminhado à Secretaria de Educação para que dê ampla e geral divulgação. No encerramento desta sessão, foi decidido em comum acordo entre os membros que a próxima reunião será adiantada o dia 06 de julho, em virtude da realização do conselho escolar, que ocorrerá no dia 10 de julho. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.


Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente


Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ASB

[illegible]

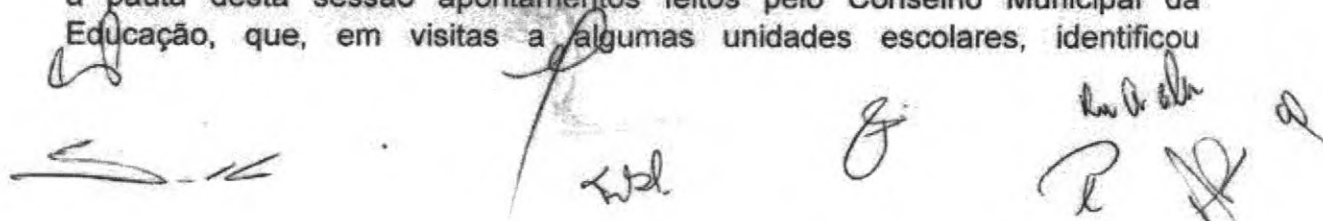
CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três (06/07/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob coordenação do vice-presidente conselheiro Eli Valentin Viana, em virtude da impossibilidade da participação do presidente, e contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor vice-presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, o senhor Eli Valentin esclareceu sobre a legitimidade em continuar como integrante deste conselho, não havendo impedimento mesmo com o fato de ter requerido sua exoneração do cargo de conselheiro tutelar, visto que, de acordo com suas informações, o funcionário tem até 90 dias para arrependimento e por isso, ainda não foi oficializada. Após isso, houve discussões acerca da abertura de concurso público para as referências Auxiliar Desenvolvimento Infantil e Auxiliar de Professor e outras referências que se achem deficientes, assuntos esses tratados na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 05/07/2023, a qual teve como representantes do CACS-FUNDEB a conselheira Claudia e o presidente senhor Mário. Na reunião supracitada, discutiu-se a necessidade de expedir um ofício em conjunto com os demais conselhos (CACS-FUNDEB, CAE e CME), havendo concordância entre os membros aqui presentes. Em seguida, deliberou-se sobre os ofícios recebidos do CME n.º 30/2023 e 32/2023, que tratam do questionamento sobre o piso salarial dos profissionais de educação para professores eventuais e auxílio alimentação. De acordo com informações desses ofícios, alguns funcionários recebem duplicado o auxílio-alimentação, o que não está de acordo com a lei que regulamenta tal benefício. Ficou definido que esses questionamentos serão encaminhados ao Departamento Pessoal para averiguação. Debatendo a respeito do auxílio-transporte intermunicipal, e, em comum acordo entre os conselheiros, verificou-se a necessidade de cadastramento todos os funcionários que utilizam tal transporte, em virtude dos recursos exorbitantes dispensados para custear essa demanda. A conselheira Claudia Andrade trouxe à pauta desta sessão apontamentos feitos pelo Conselho Municipal da Educação, que, em visitas a algumas unidades escolares, identificou

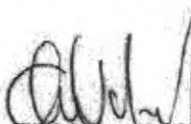
29

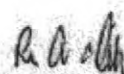


CACS | FUNDEB

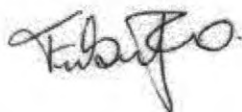
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

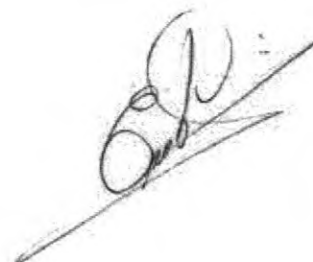
precariedade e irregularidades em suas estruturas físicas. Logo após, havendo a necessidade de verificar os cargos de todos os funcionários da educação, ficou definido que este conselho expedirá um ofício para a Secretaria de Educação solicitando o quadro administrativo contendo informação minuciosas a respeito de cada funcionário e, ao fim da reunião, contamos com a presença da Chefe do Setor de Pessoal da Secretaria de Educação, sra. Maila Fernanda Alves Rodrigues, sanando dúvidas referentes à folha de pagamento e aos funcionários contratados. Em tempo, cabe ressaltar que, de acordo com consultas do conselheiro Paulo, no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, os recursos destinados pelo FUNDEB ao município no primeiro semestre foram, aproximadamente: jan/2023 – R\$6,5 milhões, fev/2023 – R\$4,6 milhões, mar/2023 – R\$4,3 milhões, abr/2023 – R\$3,3 milhões e mai/2023 – R\$6 milhões. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário e Eli Valentin Viana, como vice-presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes. *CP*


Eli Valentin Viana
Vice-Presidente


Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião









[illegible]

Ibiúna/ SP

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Ass

ATA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

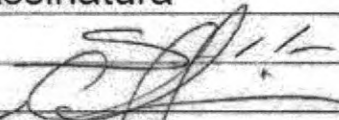


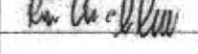
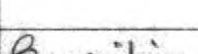
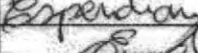

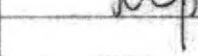
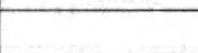
Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três (08/08/2023) com início às nove horas e trinta minutos, realizada na sala de reunião do paço municipal, realizou-se a Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 20220 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. No início da reunião, recebemos o sr. Agenor Pereira de Camargo, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, o qual forneceu documentos dos gastos do FUNDEB, incluindo notas e folhas de pagamento. Identificadas inconsistências relevantes entre a folha de pagamento e o SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), foi requisitada a presença da sra. Alessandra, do Setor de Finanças, que alimenta o sistema supracitado. De acordo com suas informações, os dados vêm prontos do setor de Recursos Humanos. Os 70% do FUNDEB estão sendo gastos, bem como os 25%, inclusive sendo necessário que a Prefeitura complemente o valor, visto que os recursos do FUNDEB não são suficientes, em virtude da inflação na folha de pagamento. De acordo com a solicitação do sr. Agenor, o Conselho irá verificar a alteração das datas das reuniões ordinárias, pois, o fechamento da Prefeitura ocorre somente no final do mês. Após, seguiu-se na análise minuciosa das notas por parte dos conselheiros presentes, enquanto os conselheiros Sebastião Latarulo e Cláudia Andrade estavam em reunião com a sra. Bruna Correa, Diretora de Divisão de Recursos Humanos. A respeito das divergências no SIOPE, a senhora Bruna informou que irá convocar os responsáveis pela alimentação do sistema para averiguar e corrigir eventuais erros nos dados. Analisando as notas fiscais, foram identificados gastos na construção da creche pró-infância no bairro Gabriel, que será posteriormente verificado juntamente com o Conselho Municipal da Educação. Verificou-se nas pastas a ausência das notas de materiais de expediente. Esse apontamento será feito junto ao setor de Finanças, bem como a sugestão de que os gastos sejam relacionados em planilha a fim de facilitar a análise por parte deste Conselho. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

243

NOME	Assinatura
SEBASTIÃO LARANJO	
Claudia de C. Costa de Andrade	
Salviano Condado Oliveira	
Ronaldo Ap. Oliveira	
Renan Aranha da Silva	
Maria de Lourdes Rodrigues	
Esperidião de Siqueira	
Edson Luiz Soares	
MARIO PERES DE O. FILHO	

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

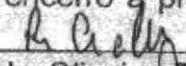
Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três (10/08/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 20220 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, foi discutido sobre o parecer a ser apresentado por este Conselho, referente ao 2º TRI/2023. (a) Leitura e aprovação de ata anterior (reunião do dia 08/08/2023), o qual por deliberação restou aprovada; (b) ciência aos conselheiros sobre os seguintes ofícios protocolados: Ofício 10/2023 direcionado ao Conselho Municipal da Educação, solicitando reunião conjunta, cujo agendamento foi prontamente atendido e ficou designado para o dia 10/10/2023; Ofício 13/2023, encaminhado à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos sobre a transferência de finalidade do prédio que abriga o Projeto Novo Arco-Iris, o qual não obtivemos resposta; Ofício 14/2023, protocolado junto ao Executivo que trata de esclarecimentos sobre o contrato 12/2022, 18/2022 e construção de muro de arrimo na escola Clélia Carmelo da Silva, sem resposta até o momento e, por isso, será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação. (c) Parecer conclusivo do 2º TRI/2023. Após realizadas todas as discussões, e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 3 (três) conselheiros pelo parecer **DESAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Não existindo empate, o sr. Presidente homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, o qual segue: *de acordo com o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. Agenor, o mínimo foi aplicado conforme determina a Lei. Informou também que foi empenhado 116,98% (R\$ 33.291.272,70). Ou seja, 100% das verbas do FUNDEB mais 16% dos recursos próprios, os mesmos valores na liquidação e pago 96,66% (R\$ 27.509.370,87), estando totalmente*

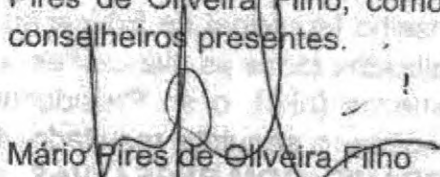
Esperianse

Ru a o lili

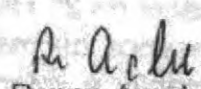
CACS FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

prejudicada a análise sobre os investimentos já que todo o recurso está comprometido com a folha de pagamento, segundo informações da contabilidade. O colegiado salienta a grande preocupação com a folha de pagamento que vem comprometendo 100% das verbas do FUNDEB, precisando ainda de complementação. Superadas as discussões, o Conselho emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer as **RESSALVAS**. (a) **INCONSISTÊNCIAS** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação. (b) **DIVERGÊNCIA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** de demonstrativos contábeis detalhados para justificar a reserva correspondente aos 116% empenhados e os 96,66%, sendo 84,79% referente a profissionais de educação e 11,87% especificados apenas como "Outras", não esclarecendo ao que se refere esta aplicação. (d) **CONSTATAÇÃO** de número de contratos maior que o número de cargos existentes em alguns segmentos, por exemplo, auxiliar de professor. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como graves o atraso no envio das respostas dos ofícios expedidos pelo respectivo conselho. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva , na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.


Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente


Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

PARECER CONCLUSIVO DO CACS-FUNDEB 2º TRI/2023

1 - RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, mediante deliberação do seu colegiado passou-se a se manifestar; (a) sobre o parecer do CACS FUNDEB, o Sr. Presidente informou que foi encaminhado ao CONSELHO as folhas de pagamento dos meses de Abril, Maio e Junho de 2023 e também os relatórios referentes ao 2º TRIM/2023 para análise contendo: relatório da aplicação dos recursos próprios, aplicação com recurso do Fundeb, receitas vinculadas de educação, receitas de impostos, movimentação financeira da educação, despesas com educação, todos do período 2º TRIM/2023. (b) Os documentos enviados passaram por detida análise do CACS-FUNDEB, surgindo a necessidade, inclusive, de reunião extraordinária realizada no dia 08.08.2023 com o Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária – Sr. Agenor Pereira de Camargo e junto a Diretora de Divisão de Recursos Humanos – Sra. Bruna Correa, referida reunião deu ensejo a formalização de uma ata extraordinária assim descrita: "No início da reunião, recebemos o sr. Agenor Pereira de Camargo, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, o qual forneceu documentos dos gastos do FUNDEB, incluindo notas e folhas de pagamento. Identificadas inconsistências relevantes entre a folha de pagamento e o SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), foi requisitada a presença da responsável do Setor de Finanças por alimentar o sistema supracitado. De acordo com suas informações, os dados vêm prontos do setor de Recursos Humanos e não são manipulados. Os 70% do FUNDEB estão sendo gastos, bem como os 25%, inclusive sendo necessário que a Prefeitura complemente o valor, visto que os recursos do FUNDEB não são suficientes, em virtude da inflação na folha de pagamento. De acordo com a solicitação do sr. Agenor, o Conselho irá verificar a alteração das datas das reuniões ordinárias, pois, o fechamento da Prefeitura ocorre somente no final do mês. Após, seguiu-se na análise minuciosa das notas por parte dos conselheiros presentes, enquanto os conselheiros Sebastião Latarulo e Claudia Andrade estavam em reunião com a sra. Bruna Correa, Diretora de Divisão de Recursos Humanos. A respeito das divergências no SIOPE, a senhora Bruna informou que irá convocar os responsáveis pela alimentação do sistema para averiguar e corrigir eventuais erros nos dados. Analisando as notas fiscais, foram

R
Expediente de Sigla

mtb

Q

na Oak

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

identificados gastos na construção da creche pré-infância no bairro Gabriel, que será posteriormente verificado juntamente com o Conselho Municipal da Educação. Verificou-se nas pastas a ausência das notas de materiais de expediente. Esse apontamento será feito junto ao setor de Finanças, bem como a sugestão de que os gastos sejam relacionados em planilha a fim de facilitar a análise por parte deste Conselho. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes". CONSIDERANDO a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa deliberação, o qual passamos a analisar, para posterior conclusão.

2 - DESPESAS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM EFETIVO EXERCÍCIO e DEMAIS DESPESAS

De acordo com o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. Agenor, o mínimo foi aplicado conforme determina a Lei. Informou também que foi empenhado 116,98% (R\$ 33.291.272,70). Ou seja, 100% das verbas do FUNDEB mais 16% dos recursos próprios, os mesmos valores na liquidação e pago 96,66% (R\$ 27.509.370,87), estando totalmente prejudicada a análise sobre os investimentos já que todo o recurso está comprometido com a folha de pagamento, segundo informações da contabilidade. O colegiado salienta a **GRANDE PREOCUPAÇÃO** com a folha de pagamento que vem comprometendo 100% das verbas do FUNDEB, precisando ainda de complementação. Após realizadas todas as discussões, e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 3 (três) conselheiros pelo parecer **DESAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Não existindo empate, o sr. Presidente homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, que passamos a esclarecer as **RESSALVAS**: (a) **INCONSISTÊNCIAS** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação. (b) **DIVERGÊNCIA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** de demonstrativos contábeis detalhados para justificar a reserva correspondente aos 116% empenhados e os 96,66%, sendo 84,79% referente a profissionais de educação e 11,87% especificados apenas como "Outras", não esclarecendo ao que se refere esta aplicação. (d) **CONSTATAÇÃO** de número de contratos

Not

14/12

SP

R. A. Silva

ad

C

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

maior que o número de cargos existentes em alguns segmentos, por exemplo, auxiliar de professor. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB. O CACS FUNDEB, nesse curto período de atuação vem alertado sistematicamente a administração pública local para que apresente uma forma mais clara e precisa de como estão sendo gasto os recursos do FUNDEB, mas a administração não consegue dar uma explicação precisa e clara, o que levará o CACS-FUNDEB a valer-se das comunicações aos órgãos de fiscalização, expostos na Lei 14.113/2020, com a imediata expedição de OFÍCIOS ao; - Tribunal de Contas do Estado – artigo 30, II da Lei 14.113/2020; - Câmara Municipal de Ibiúna – artigo 30, I e artigo 33, I, da Lei 14.113/2020; - Ministério Público Estadual – artigo 32 da Lei 14.113/2020, quanto aos interesses sociais; - Ministério Público Federal – artigo 32 da Lei 14.113/2020, quanto às transferências de recursos federais e sua adequada utilização. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente, julgando se necessário acionar o TRIBUNAL DE CONTAS, MINISTERIO PUBLICO e CAMARA MUNICIPAL. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Arahna da Silva, *Renan Arahna da Silva* na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Ibiúna, 10 de agosto de 2023.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente



Esperidiano

Renan Arahna da Silva



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

2190

[illegible]

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS- FUNDEB

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três (13/09/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Associação Comercial e Empresarial de Ibiúna, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, em conjunto com o Conselho Municipal da Educação - CME, sob a coordenação do presidente conselheiro do FUNDEB, Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, o senhor Mário repassou informações a respeito das divergências em relação aos dados apresentados no sistema SIOPE, bem como os apontamentos feitos ao Executivo referente aos gastos exorbitantes com a folha de pagamento de funcionários, sendo necessário haver uma reorganização no quadro funcional. Em seguida, tivemos a palavra dos demais conselheiros presentes esclarecendo sobre o último parecer deste conselho e das ações tomadas desde o início do mandato do CACS-FUNDEB. Os membros conselheiros do Conselho Municipal da Educação informaram sobre o teor da última reunião feita em conjunto com o Executivo e a Secretária da Educação, sra. Rosa Claudia Bello, com o intuito de esclarecer algumas questões que já haviam sido relatadas em ofício, até então sem resposta. Também houve discussão a respeito da necessidade de implementação de concurso público a fim de desonerar a folha de pagamento, além da estruturação adequada do plano de carreira dos profissionais da educação. Discutiu-se sobre os gastos informados nas notas averiguadas por ambos os Conselhos, o qual informam que os dados constados não são claros e esse apontamento foi feito no último parecer do FUNDEB. Diante disso, houve consenso entre os membros sobre a necessidade de se ter uma nova reunião com a secretária da educação a fim de esclarecer assuntos pertinentes à atuação de ambos os conselhos. A assessora da secretária sra. Iraci Pedroso Oliveira, presente nesta reunião, comprometeu-se a verificar a disponibilidade e informar a data posteriormente. Também elucidou algumas dúvidas a respeito da composição do Plano de Carreira funcional da educação do município, sendo definida a indicação de dois membros do FUNDEB, o sr. Paulo e a senhora Fabiana, além de dois membros do Conselho Municipal da Educação. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva

_____, na qualidade de secretário, Mário Pires

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Dec

[illegible]

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

213

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três (24/10/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, foi discutido sobre o parecer a ser apresentado por este Conselho, referente ao 3ºTRI/2023. No início da reunião, recebemos o sr. Agenor Pereira de Camargo, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, o qual forneceu documentos dos gastos do FUNDEB, tais como: (a) Despesas orçamentárias com recursos próprios - período 3º trimestre; (b) Planilha de movimentação financeira da Educação – período 3º trimestre; (c) Planilha de receitas de impostos – 3º trimestre; (d) Planilha de aplicação dos recursos do FUNDEB do 3º trimestre, indicando que a previsão de receitas do FUNDEB de 2023 é de R\$61.788.500,00 com arrecadação consolidada até o presente momento de R\$40.865.503,01; (e) Planilha de receitas vinculadas de Educação – 3º trimestre, indicando a previsão de repasse do PNATE, (f) Planilha e aplicação dos recursos próprios em ensino – período 3º trimestre, com previsão (25%) de R\$61.953.150,00 e com arrecadação já efetivada de R\$42.540.110,98. O Conselho constatou a ausência de envio dos relatórios mensais da folha de pagamento referente ao 3º trimestre. Após, seguiu-se na análise minuciosa dos documentos contábeis por parte dos conselheiros presentes. Durante a verificação, constatou-se que houve um aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões. No decorrer da reunião, de acordo com o relato de alguns conselheiros, identificou-se que os depósitos do Fundo de Garantia dos funcionários não estão sendo feitos pela Prefeitura. De forma reiterada foram identificadas inconsistências relevantes no SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), onde ainda constam dados do Terceiro Trimestre. Esse assunto já foi tema da última reunião do CACS-FUNDEB e até o presente não foi regularizado. Mais uma vez foi constatado que os 70% do FUNDEB estão sendo gastos, bem como os 25%, inclusive sendo necessário que a Prefeitura complemente o valor, visto que os recursos do FUNDEB não são suficientes, em virtude da inflação na folha de pagamento. Sendo assim, tomaremos as seguintes deliberações: (1) expedição de

213

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ofício à Secretaria de Finanças para esclarecimento da ausência de depósitos do FGTS dos funcionários concursados e comissionados, além de solicitar justificativa ante o aumento de despesas com funcionários; (2) solicitar o envio dos relatórios mensais de folha de pagamento referentes ao 3º trimestre; (3) Encaminhar ofício ao setor contábil para regularização dos dados do SIOPE, pois ainda há casos de funcionários de outra pasta recebendo através dos recursos 25% do FUNDEB; (4) Expedição de ofício pedindo esclarecimento do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões; (5) O Conselho, cumprindo seu objetivo de colaborar e fiscalizar os investimentos em educação, e constatando que uma das formas de reduzir custos com a folha de pagamento é a realização de concurso público, expedirá o competente ofício ao Executivo para que delibere sobre tal assunto, no mesmo ofício solicitaremos o lançamento do Processo Seletivo para suprir os afastamentos dos profissionais da Educação; (6) Criação de referência para o pagamento dos eventuais do quadro de apoio pedagógico. Após realizadas todas as discussões, e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 4 (quatro) conselheiros pelo parecer **DESAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Havendo empate, o sr. Presidente deu seu voto de minerva e homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, que passamos a esclarecer as **RESSALVAS**. (a) **INCONSISTÊNCIA REITERADA** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação, há também inconsistência do número de cargos criados com o número de contratos efetivos. (b) **DIVERGÊNCIA REITERADA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** da apresentação dos relatórios mensais de despesas com folha de pagamento referentes aos meses de Julho e Agosto de 2023 (d) **CONSTATAÇÃO INJUSTIFICADA** do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB, ficando desde já autorizada a comunicação aos órgãos de fiscalização. Nesse período de atuação vimos alertado sistematicamente a administração pública local para que apresente uma forma mais clara e precisa de como estão sendo gasto os recursos do FUNDEB, mas a administração não consegue dar uma explicação precisa e clara, o que levará o CACS-FUNDEB a valer-se das comunicações aos órgãos de fiscalização, expostos na Lei 14.113/2020, com a imediata expedição de OFÍCIOS ao; - Tribunal de Contas do Estado – artigo 30, II da Lei 14.113/2020; - Câmara Municipal de Ibiúna – artigo 30, I e artigo 33, I, da Lei 14.113/2020; - Ministério

CACS | FUNDEB

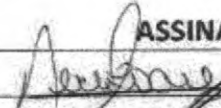


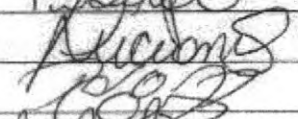
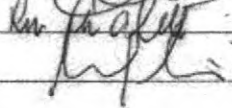
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Público Estadual – artigo 32 da Lei 14.113/2020, quanto aos interesses sociais; -
Ministério Público Federal – artigo 32 da Lei 14.113.2020, quanto às transferências
de recursos federais e sua adequada utilização. Por sua vez, o CACS-FUNDEB
continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se
valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro
de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021,
visando exercer a sua função de forma independente. Nada mais a tratar, encerro
a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Cirqueira de Lima, na
qualidade de secretário, Márcio Pires de Oliveira Filho, como presidente deste
Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Márcio Pires de Oliveira Filho
Presidente

Ronaldo
Alcides
Fábio
H.
Rafael
Rafael
Rafael
Rafael

LISTA DE PRESENÇA (24/10/2023)

Conselheiros	ASSINATURA
Neli Soares	
Paulo Dias do Carmo	
SEBASTIÃO BARREIRO	
Agamenor Pereira Camargo	
Claudia de C. P. de Andrade	
Edmaria C. de Oliveira	
Ricardo Camargo de Silva	
Ronaldo Ap. Oliveira	
Renan Araújo da Silva	
MARIO PIRES DE O. FILHO	

Ibiúna, 24 de Outubro de 2023.

Ibiúna/ SP

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

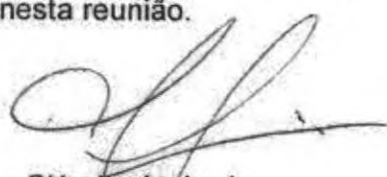
21/11

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB


Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um de novembro (21/11/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretária do ato conselheira a Sra. Cláudia Andrade, passando a tratar:

O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. O presidente realizou a leitura da Ata e Parecer da última reunião que foi devidamente protocolado junto ao setor de finanças. Em ato posterior os membros discutiram sobre as inconsistências constantes no Parecer e ficou decidido que será necessário convocar a Secretária de Educação para uma reunião extraordinária no dia 27/11/2023 na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação para formalização dos atos deste colegiado e solicitação das devidas providências para que não haja a necessidade de representação junto à Câmara Municipal, a quem compete o devido acompanhamento e medidas cabíveis caso fiquem constatadas irregularidades.

Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Cláudia Andrade na qualidade de secretária do dia, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes que assinaram a lista de presença nesta reunião.



Cláudia Andrade
Conselheira Secretária



Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

216

[illegible]

Prig

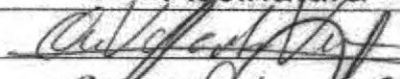
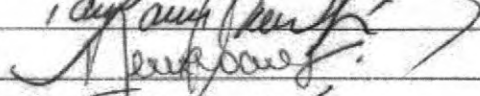


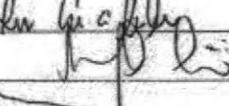

ATA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três (27/11/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Eli Valentin Viana, com a presença dos seguintes conselheiros: PAULO DIAS DO CARMO, SEBASTIÃO LATARULO, NERLI DOS SANTOS SOARES, RONALDO APARECIDO OLIVEIRA, RENAN ARANHA DA SILVA, EDSON LUIZ SOARES. Ausente a secretária da educação sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva, sendo representada pela senhora Iraci Pedroso Oliveira, Assistente Educacional e o senhor Euzébio da Silva, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações, como seguem: (1) Inconsistências no SIOPE verificadas no mês de maio/2023, no que se refere a gastos com folhas de pagamento e demais despesas da educação. Tais inconsistências, de acordo com a senhora Alexandra da Secretaria de Finanças, devem-se a erros na migração de dados. Além disso, há também informações divergentes de vencimentos de funcionários, bem como servidores alocados indevidamente na pasta da Educação. Foi solicitado que essa questão seja solucionada o quanto antes, pois isso prejudica a análise e atuação deste conselho; (2) Foi explanado aos representantes da Secretaria de Educação algumas questões relevantes, como a inflação de gastos com folha de pagamento, que está excedendo os recursos do FUNDEB e solicitado que sejam adotadas medidas para conter esse problema; caso contrário, não haverá recurso disponível para atender as demandas da Educação; (3) Falta de respostas nos ofícios remetidos tanto ao Executivo quanto à Secretaria de Educação, bem como a ausência da secretária da educação nas convocações feitas pelo Conselho; (4) Informações incorretas que constam no edital 002/2023, que trata da abertura de inscrições para concurso público da Estância Turística de Ibiúna; (5) Solicitada a necessidade de reavaliar a continuidade da utilização de apostilas nas escolas municipais, visto que compromete o orçamento da Educação; (6) Por fim, foi solicitado ao senhor Euzébio que interceda ao executivo para que haja resposta dos ofícios encaminhados. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Pre

NOME	Assinatura
Fl: Valentin Viane	
Paulo Zias do Carmo	
NERU DOS SANTOS SOARES	
SEBASTIÃO LAMARCA	
Ronaldo Cp. Oliveira	
Edson Luiz Soares	
Renan Aromba da Silva	
MARIO PIRES DO FILHO	
CONVIDADOS:	
Graci Pedrosa Oliveira	
EZE BIA DA SILVA	

121

PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO REFERENTE AO 6º BIMESTRE DE 2022, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Estância Turística de Ibiúna, após análise dos documentos apresentados referentes ao sexto bimestre composto pelos meses de novembro e dezembro de 2.022, emite o presente **PARECER**, apontado as seguintes constatações:

DESPESAS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO (MÍNIMO DE 70%) E DEMAIS DESPESAS (30%)

Documentos analisados:

- Balancetes de despesas e receitas;
- Outros documentos entendidos necessários ao acompanhamento deste Conselho.

RELATÓRIO: O Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. Agenor Pereira de Camargo, encaminhou via e-mail no dia 29 de março, os balancetes; e também esteve presente na reunião do Conselho onde explanou as informações que dos 70% foram gastos 86,14%. E o restante de 13,86% também foi utilizado com despesas de pessoal. Após os conselheiros realizarem indagações e pedidos de esclarecimentos, passou a **DELIBERAÇÃO**: Em ato contínuo, o presidente do Conselho coordenou a votação, a qual colhemos o seguinte resultado: sendo **09 votos pela emissão do parecer FAVORÁVEL COM RESSALVA**. Justifica-se as ressalvas devido ao prazo exíguo que o Conselho teve para analisar toda a documentação contábil e pela ausência de envio, até o presente momento, da folha de pagamento e demais documentos como contratos, em especial na cota que compete ao investimento municipal. Tal situação, confrontada com prazo-limite de 31 de março para a emissão deste parecer, nos leva a emitir as presentes ressalvas. Sem mais para o momento, segue Parecer Conclusivo.

Ibiúna, 30 de março de 2.023

Mário Pires de Oliveira Filho

Eli Valentin Viana

Renan Aranha da Silva

Maria de Lourdes Rodrigues

Cláudia de Camargo Prestes de Andrade

Ronaldo Aparecido Oliveira

João Adão Moreira Leal

Fabiana Cardoso de Oliveira

Edson Luiz Soares

Sebastião Latarulo

Nerli dos Santos Soares

2122

PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO REFERENTE AO 6º BIMESTRE DE 2022, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Estância Turística de Ibiúna, após análise dos documentos apresentados referentes ao sexto bimestre composto pelos meses de novembro e dezembro de 2.022, emite o presente **PARECER**, apontado as seguintes constatações:

DESPESAS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO (MÍNIMO DE 70%) E DEMAIS DESPESAS (30%)

Documentos analisados:

- Balancetes de despesas e receitas;
- Outros documentos entendidos necessários ao acompanhamento deste Conselho.

RELATÓRIO: O Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. Agenor Pereira de Camargo, encaminhou via e-mail no dia 29 de março, os balancetes; e também esteve presente na reunião do Conselho onde explanou as informações que dos 70% foram gastos 86,14%. E o restante de 13,86% também foi utilizado com despesas de pessoal. Após os conselheiros realizarem indagações e pedidos de esclarecimentos, passou a **DELIBERAÇÃO**: Em ato contínuo, o presidente do Conselho coordenou a votação, a qual colhemos o seguinte resultado: sendo **09 votos** pela emissão do parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVA**. Justifica-se as ressalvas devido ao prazo exíguo que o Conselho teve para analisar toda a documentação contábil e pela ausência de envio, até o presente momento, da folha de pagamento e demais documentos como contratos, em especial na cota que compete ao investimento municipal. Tal situação, confrontada com prazo-limite de 31 de março para a emissão deste parecer, nos leva a emitir as presentes ressalvas. Sem mais para o momento, segue Parecer Conclusivo.

Ibiúna, 30 de março de 2.023

Mário Pires de Oliveira Filho

Eli Valentin Viana

Renan Aranha da Silva

Maria de Lourdes Rodrigues

Cláudia de Camargo Prestes de Andrade

Ronaldo Aparecido Oliveira

João Adão Moreira Leal

Fabiana Cardoso de Oliveira

Edson Luiz Soares

Sebastião Latarulo

Nerli dos Santos Soares

R23

PARECER CONCLUSIVO DO CACS-FUNDEB

PARECER CONCLUSIVO – O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, mediante deliberação do seu colegiado passou-se a se manifestar sobre o parecer do CACS FUNDEB, o Sr. Presidente informou que foi encaminhado ao CONSELHO antecipadamente apenas as folhas de pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023 e que os demais documentos solicitados nos ofícios 002/2023 e 003/2023 somente foram disponibilizados no início desta reunião, conforme disposto acima, portanto, não foi possível ter tempo hábil para compreender os detalhes dos demais números do FUNDEB tais como os relatórios referentes ao 1º BIM/2023 para análise contendo: relatório da aplicação dos recursos próprios, aplicação com recurso do Fundeb, receitas vinculadas de educação, receitas de impostos, movimentação financeira da educação, despesas com educação, todos do período 1º BIM/2023. Considerando a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa liberação, o qual passamos a analisar, para posterior deliberação de acordo com informações do senhor Agenor e com a apresentação de demonstrativos e comprovantes, os recursos que a Prefeitura recebeu do FUNDEB, no valor de R\$ 15 milhões, foram gastos com folha de pagamento, sendo inclusive necessário que a prefeitura complementasse o valor em R\$ 1 milhão, visto que as despesas com pessoal foram de aproximadamente R\$ 16 milhões; afirmou, ainda que dos 70% do FUNDEB, estão sendo gastos 99,3%, comprometendo os 30% restantes. Desta forma, o Conselho entende que o mínimo legal foi aplicado. Superadas as discussões, o Conselho, após votação unânime, emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer.

RESSALVAS.

(a) **Não atendimento em tempo hábil ao ofício 02/2023**, protocolado no dia 11/04/2023 junto a Secretaria Municipal de Educação nos seguintes termos; "Que seja enviado ao e-mail mariopires.advocacia@gmail.com (que será utilizado como meio de comunicação até a formação do e-mail institucional do cacs-fundeb), a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, com suas respectivas funções e local de trabalho.", tendo tal ofício sendo respondido nesta data.

(b) **Não atendimento em tempo hábil ao ofício 03/2023**, protocolado no dia 11/04/2023 junto ao Poder Executivo/Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária do Município, nos seguintes termos; "(a) Que seja

Recibido em 10/05/23
Gestor

S. L. R.

mao

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

disponibilizada a consulta das notas fiscais referente aos gastos suportados pelo FUNDEB referente ao 6º Bimestre de 2022 e 1º Bimestre de 2023; (b) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais(gastos) referente aos 25% da arrecadação municipal destinada à educação. (c) que seja enviada por e-mail as folhas de pagamento referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023", tendo tal ofício sendo respondido nesta data. Registre-se que apenas o item "c" foi atendido pela administração

- (c) **Decurso de prazo sem atendimento dos ofícios 02/2023 e 03/2023** – O prazo de resposta regulamentar de 20 dias decorreu no último dia 02/05/2023, nos moldes do artigo 3º, III da Lei Municipal 2391/2021 c/c artigo 33 da Lei Federal 14.113/2020. Conforme já registrado nos itens (a) e (b) acima, o fornecimento dos documentos nesta data prejudica a atuação deste Conselho, por falta de tempo para a devida análise.
- (d) **Falta de tempo hábil para análise dos documentos relacionados ao transporte escolar**, tais como, o contrato do transporte escolar e seu aditivo, relação de condutores e respectivas linhas, relação de alunos transportados mês a mês, fechamento dos valores a serem faturados, que foram fornecidos nesta data pela Secretaria Municipal de Educação.

O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como graves o atraso no envio das respostas dos ofícios expedidos pelo respectivo conselho. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente, julgando-se necessário acionar o TRIBUNAL DE CONTAS, MINISTERIO PUBLICO e CAMARA MUNICIPAL. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, Renan Aranha da Silva na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes. Ibiúna, 10 de Maio de 2023.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente

R J
D. H. R. O. L. A.

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Pires

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS- FUNDEB

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (10/05/2023) com início às dez horas, realizada na sala de reunião do paço municipal, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 20220 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho e Vice-Presidente Eli Valentin Viana, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações.

No início da reunião, recebemos os populares Genilda de Moraes Soares e Adelson Gabriel Vieira, representando pais de alunos da escola municipal Prefeito Seme Issa, do bairro Piaí. Ambos estiveram presentes para reclamar sobre o transporte da linha bairro Alves, que, de acordo com informações deles, está com superlotação. Com os esclarecimentos da conselheira Nerli Soares, também chefe do setor de transporte escolar do município, ficou definido que a situação será averiguada para que sejam tomadas as devidas providências para sanar o problema relatado; passou-se, então, a ordem do dia (a) Leitura e aprovação de duas atas anteriores (reunião do dia 20/04/2023 e 03/05/2023), o qual por deliberação restou aprovada; (b) leitura e discussão da minuta de regimento interno; A pedido da conselheira Claudia Andrade, foi solicitada a disponibilização de uma cópia para cada conselheiro e que a discussão, ajustes e votação ocorrerá na reunião do dia 12 de junho, o que foi aprovado por todos. (c) ciência aos conselheiros sobre o ofício protocolado junto a Comissão de Educação da Câmara Municipal. (d) apresentação, discussão e deliberação sobre a resposta dos ofícios protocolados n.º 02/2023, 03/2023, 04/2023, 05/2023 e 06/2023, sendo que os três últimos é a reiteração dos ofícios de número 02 e 03. No início desta reunião, a SME, através do ofício nº 342/2023, forneceu a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, em resposta ao ofício 02/2023. Recebemos, ainda, o ofício 099/2023 da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, os espelhos da aplicação dos recursos próprios, aplicação dos recursos do FUNDEB e relação de notas fiscais empenhadas e pagas no 1º trimestre de 2023, cujos documentos serão devidamente analisados pelo Conselho. (e) sobre o parecer do CACS FUNDEB, o Sr. Presidente informou que foi encaminhado ao

q

M

AR

Andrade
R

D

Lib

CONSELHO antecipadamente apenas as folhas de pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023 e que os demais documentos solicitados nos ofícios 002/2023 e 003/2023 somente foram disponibilizados no início desta reunião, conforme disposto acima, portanto, não foi possível ter tempo hábil para compreender os detalhes dos demais números do FUNDEB tais como os relatórios referentes ao 1º BIM/2023 para análise contendo: relatório da aplicação dos recursos próprios, aplicação com recurso do Fundeb, receitas vinculadas de educação, receitas de impostos, movimentação financeira da educação, despesas com educação, todos do período 1º BIM/2023. Considerando a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa liberação, o qual passamos a analisar, para posterior deliberação de acordo com informações do senhor Agenor e com a apresentação de demonstrativos e comprovantes, os recursos que a Prefeitura recebeu do FUNDEB, no valor de R\$ 15 milhões, foram gastos com folha de pagamento, sendo inclusive necessário que a prefeitura complementasse o valor em R\$ 1 milhão, visto que as despesas com pessoal foram de aproximadamente R\$ 16 milhões; afirmou, ainda que dos 70% do FUNDEB, estão sendo gastos 99,3%, comprometendo os 30% restantes. Desta forma, o Conselho entende que o mínimo legal foi aplicado. Superadas as discussões, o Conselho emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer.

RESSALVAS.

- (a) **Não atendimento em tempo hábil ao ofício 02/2023**, protocolado no dia 11/04/2023 junto a Secretaria Municipal de Educação nos seguintes termos; "*Que seja enviado ao e-mail mariopires.advocacia@gmail.com (que será utilizado como meio de comunicação até a formação do e-mail institucional do cacs-fundeb), a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, com suas respectivas funções e local de trabalho.*", tendo tal ofício sendo respondido nesta data.
- (b) **Não atendimento em tempo hábil ao ofício 03/2023**, protocolado no dia 11/04/2023 junto ao Poder Executivo/Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária do Município, nos seguintes termos; "(a) *Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais referente aos gastos suportados pelo FUNDEB referente ao 6º Bimestre de 2022 e 1º Bimestre de 2023;* (b) *Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais(gastos) referente aos 25% da arrecadação municipal destinada à educação.* (c) *que seja enviada por e-mail as folhas de pagamento referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023*", tendo tal ofício sendo respondido nesta data. Registre-se que apenas o item "c" foi atendido pela administração
- (c) **Decurso de prazo sem atendimento dos ofícios 02/2023 e 03/2023**
O prazo de resposta regulamentar de 20 dias decorreu no último dia 02/05/2023, nos moldes do artigo 3º, III da Lei Municipal 2391/2021 c/c

Real
q *M* *DR* *R* *D*

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

121

artigo 33 da Lei Federal 14.113/2020. Conforme já registrado nos itens (a) e (b) acima, o fornecimento dos documentos nesta data prejudica a atuação deste Conselho, por falta de tempo para a devida análise.

- (d) **Falta de tempo hábil para análise dos documentos relacionados ao transporte escolar**, tais como, o contrato do transporte escolar e seu aditivo, relação de condutores e respectivas linhas, relação de alunos transportados mês a mês, fechamento dos valores a serem faturados, que foram fornecidos nesta data pela Secretaria Municipal de Educação.

O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como graves o atraso no envio das respostas dos ofícios expedidos pelo respectivo conselho. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente

Renan Aranha da Silva

Renan Aranha da Silva

Secretário da reunião

Autu

GA

h a a d

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIUNA – CACS-FUNDEB

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três (10/08/2023) com início às nove horas, realizada na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiuna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 20220 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, sob a coordenação do presidente conselheiro Mário Pires de Oliveira Filho, contando como secretário do ato o conselheiro Renan Aranha da Silva. O senhor presidente abriu a sessão agradecendo a presença de todos e passou-se a delimitar a ordem do dia e suas respectivas deliberações. No início da reunião, foi discutido sobre o parecer a ser apresentado por este Conselho, referente ao 2º TRI/2023. (a) Leitura e aprovação de ata anterior (reunião do dia 08/08/2023), o qual por deliberação restou aprovada; (b) ciência aos conselheiros sobre os seguintes ofícios protocolados: Ofício 10/2023 direcionado ao Conselho Municipal da Educação, solicitando reunião conjunta, cujo agendamento foi prontamente atendido e ficou designado para o dia 10/10/2023; Ofício 13/2023, encaminhado à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos sobre a transferência de finalidade do prédio que abriga o Projeto Novo Arco-Iris, o qual não obtivemos resposta; Ofício 14/2023, protocolado junto ao Executivo que trata de esclarecimentos sobre o contrato 12/2022, 18/2022 e construção de muro de arrimo na escola Clélia Carmelo da Silva, sem resposta até o momento e, por isso, será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação. (c) Parecer conclusivo do 2º TRI/2023. Após realizadas todas as discussões e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 3 (três) conselheiros pelo parecer **DESAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Não existindo empate, o sr. Presidente homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, o qual segue: de acordo com o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. Agenor, o mínimo foi aplicado conforme determina a Lei. Informou também que foi empenhado 116,98% (R\$ 33.291.272,70). Ou seja, 100% das verbas do FUNDEB mais 16% dos recursos próprios, os mesmos valores na liquidação e pago 96,66% (R\$ 27.509.370,87), estando totalmente

Recebi
10/08/23

R

Esperidiao

R

R

R. A. A. A.

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

8121

prejudicada a análise sobre os investimentos já que todo o recurso está comprometido com a folha de pagamento, segundo informações da contabilidade. O colegiado salienta a grande preocupação com a folha de pagamento que vem comprometendo 100% das verbas do FUNDEB, precisando ainda de complementação. Superadas as discussões, o Conselho emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer as **RESSALVAS**. (a) **INCONSISTÊNCIAS** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação. (b) **DIVERGÊNCIA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** de demonstrativos contábeis detalhados para justificar a reserva correspondente aos 116% empenhados e os 96,66%, sendo 84,79% referente a profissionais de educação e 11,87% especificados apenas como "Outras", não esclarecendo ao que se refere esta aplicação. (d) **CONSTATAÇÃO** de número de contratos maior que o número de cargos existentes em alguns segmentos, por exemplo, auxiliar de professor. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como graves o atraso no envio das respostas dos ofícios expedidos pelo respectivo conselho. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

Renan Aranha da Silva
Secretário da reunião

PARECER CONCLUSIVO DO CACS-FUNDEB 2º TRI/2023

1 - RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, mediante deliberação do seu colegiado passou-se a se manifestar: (a) sobre o parecer do CACS FUNDEB, o Sr. Presidente informou que foi encaminhado ao CONSELHO as folhas de pagamento dos meses de Abril, Maio e Junho de 2023 e também os relatórios referentes ao 2º TRIM/2023 para análise contendo: relatório da aplicação dos recursos próprios, aplicação com recurso do Fundeb, receitas vinculadas de educação, receitas de impostos, movimentação financeira da educação, despesas com educação, todos do período 2º TRIM/2023. (b) Os documentos enviados passaram por detida análise do CACS-FUNDEB, surgindo a necessidade, inclusive, de reunião extraordinária realizada no dia 08.08.2023 com o Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária – Sr. Agenor Pereira de Camargo e junto a Diretora de Divisão de Recursos Humanos – Sra. Bruna Correa, referida reunião deu ensejo a formalização de uma ata extraordinária assim descrita: "No início da reunião, recebemos o sr. Agenor Pereira de Camargo, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, o qual forneceu documentos dos gastos do FUNDEB, incluindo notas e folhas de pagamento. Identificadas inconsistências relevantes entre a folha de pagamento e o SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), foi requisitada a presença da responsável do Setor de Finanças por alimentar o sistema supracitado. De acordo com suas informações, os dados vêm prontos do setor de Recursos Humanos e não são manipulados. Os 70% do FUNDEB estão sendo gastos, bem como os 25%, inclusive sendo necessário que a Prefeitura complemente o valor, visto que os recursos do FUNDEB não são suficientes, em virtude da inflação na folha de pagamento. De acordo com a solicitação do sr. Agenor, o Conselho irá verificar a alteração das datas das reuniões ordinárias, pois, o fechamento da Prefeitura ocorre somente no final do mês. Após, seguiu-se na análise minuciosa das notas por parte dos conselheiros presentes, enquanto os conselheiros Sebastião Latarulo e Claudia Andrade estavam em reunião com a sra. Bruna Correa, Diretora de Divisão de Recursos Humanos. A respeito das divergências no SIOPE, a senhora Bruna informou que irá convocar os responsáveis pela alimentação do sistema para averiguar e corrigir eventuais erros nos dados. Analisando as notas fiscais, foram

Esperando que
S - / -

de Acelo

M. L.

E -

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

identificados gastos na construção da creche pró-infância no bairro Gabriel, que será posteriormente verificado juntamente com o Conselho Municipal da Educação. Verificou-se nas pastas a ausência das notas de materiais de expediente. Esse apontamento será feito junto ao setor de Finanças, bem como a sugestão de que os gastos sejam relacionados em planilha a fim de facilitar a análise por parte deste Conselho. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes". CONSIDERANDO a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa deliberação, o qual passamos a analisar, para posterior conclusão.

2 - DESPESAS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM EFETIVO EXERCICIO e DEMAIS DESPESAS

De acordo com o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. Agenor, o mínimo foi aplicado conforme determina a Lei. Informou também que foi empenhado 116,98% (R\$ 33.291.272,70). Ou seja, 100% das verbas do FUNDEB mais 16% dos recursos próprios, os mesmos valores na liquidação e pago 96,66% (R\$ 27.509.370,87), estando totalmente prejudicada a análise sobre os investimentos já que todo o recurso está comprometido com a folha de pagamento, segundo informações da contabilidade. O colegiado salienta a **GRANDE PREOCUPAÇÃO** com a folha de pagamento que vem comprometendo 100% das verbas do FUNDEB, precisando ainda de complementação. Após realizadas todas as discussões, e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 3 (três) conselheiros pelo parecer **DESFAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Não existindo empate, o sr. Presidente homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, que passamos a esclarecer as **RESSALVAS**: (a) **INCONSISTÊNCIAS** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação. (b) **DIVERGÊNCIA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** de demonstrativos contábeis detalhados para justificar a reserva correspondente aos 116% empenhados e os 96,66%, sendo 84,79% referente a profissionais de educação e 11,87% especificados apenas como "Outras", não esclarecendo ao que se refere esta aplicação. (d) **CONSTATAÇÃO** de número de contratos

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

maior que o número de cargos existentes em alguns segmentos, por exemplo, auxiliar de professor. O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB. O CACS FUNDEB, nesse curto período de atuação vem alertado sistematicamente a administração pública local para que apresente uma forma mais clara e precisa de como estão sendo gasto os recursos do FUNDEB, mas a administração não consegue dar uma explicação precisa e clara, o que levará o CACS-FUNDEB a valer-se das comunicações aos órgãos de fiscalização, expostos na Lei 14.113/2020, com a imediata expedição de OFÍCIOS ao: - Tribunal de Contas do Estado – artigo 30, II da Lei 14.113/2020; - Câmara Municipal de Ibiúna – artigo 30, I e artigo 33, I, da Lei 14.113/2020; - Ministério Público Estadual – artigo 32 da Lei 14.113/2020, quanto aos interesses sociais; - Ministério Público Federal – artigo 32 da Lei 14.113.2020, quanto às transferências de recursos federais e sua adequada utilização. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente, julgando se necessário acionar o TRIBUNAL DE CONTAS, MINISTERIO PUBLICO e CAMARA MUNICIPAL. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Aranha da Silva, R. A. Silva na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Ibiúna, 10 de agosto de 2023.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente

Expediente Segue

R. A. Silva

PARECER CONCLUSIVO DO CACS-FUNDEB

1 - RELATORIO

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, mediante deliberação do seu colegiado passou-se a se manifestar:

- Para emissão do parecer do CACS FUNDEB, foram recebidos os seguintes documentos: (a) Despesas orçamentários com recursos próprios - período 3º trimestre; (b) Planilha de movimentação financeira da Educação – período 3º trimestre; (c) Planilha de receitas de impostos – 3º trimestre; (d) Planilha de aplicação dos recursos do FUNDEB do 3º trimestre, indicando que a previsão de receitas do FUNDEB de 2023 é de R\$61.788.500,00 com arrecadação consolidada até o presente momento de R\$40.865.503,01; (e) Planilha de receitas vinculadas de Educação – 3º trimestre, indicando a previsão de repasse do PNATE, (f) Planilha e aplicação dos recursos próprios em ensino – período 3º trimestre, com previsão (25%) de R\$61.953.150,00 e com arrecadação já efetivada de R\$42.540.110,98. O Conselho constatou a ausência de envio dos relatórios mensais da folha de pagamento referente ao 3º trimestre, exceto o mês de Setembro de 2023.

2- DELIBERAÇÕES

Os documentos enviados passaram por detida análise do CACS-FUNDEB.

CONSIDERANDO a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa liberação, o qual passamos a analisar, para posterior deliberação. Antes disso, mas não menos importante, o CACS-FUNDEB deliberou no corpo da ata de reunião as seguintes ações;

(1) expedição de ofício à Secretaria de Finanças para esclarecimento da ausência de depósitos do FGTS dos funcionários concursados e comissionados, além de solicitar justificativa ante o aumento de despesas com funcionários; (2) solicitar o envio dos relatórios mensais de folha de pagamento referentes ao 3º trimestre; (3) Encaminhar ofício ao setor contábil para regularização dos dados do SIOPE cujo atraso remonta aos dados do mês de maio de 2023 e, há casos de funcionários de outra pasta recebendo através dos recursos da educação; (4) Expedição de ofício pedindo esclarecimento do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões;

(5) O Conselho, cumprindo seu objetivo de colaborar e fiscalizar os investimentos em educação, e constatando que uma das formas de reduzir custos com a folha de pagamento é a realização de concurso público, expedirá o competente ofício ao Executivo para que delibere sobre tal assunto, no mesmo ofício solicitaremos o lançamento do Processo Seletivo para suprir os afastamentos dos profissionais da Educação; (6) Criação de referência para o pagamento dos eventuais do quadro de apoio pedagógico. Após realizadas todas as discussões, e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 4 (quatro) conselheiros pelo parecer **DESFAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Havendo empate, o sr. Presidente deu seu voto de minerva e homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, *que passamos a esclarecer as RESSALVAS.* (a) **INCONSISTÊNCIA REITERADA** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação, há também inconsistência do número de cargos criados com o número de contratos efetivos. (b) **DIVERGÊNCIA REITERADA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** da apresentação dos relatórios mensais de despesas com folha de pagamento referentes aos meses de Julho e Agosto de 2023 (d) **CONSTATAÇÃO INJUSTIFICADA** do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões.

Superadas as discussões, o Conselho emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer.

O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB, ficando desde já autorizada a comunicação aos órgãos de fiscalização. Nesse período de atuação vimos alertado sistematicamente a administração pública local para que apresente uma forma mais clara e precisa de como estão sendo gasto os recursos do FUNDEB, mas a administração não consegue dar uma explicação precisa e clara, o que levará o CACS-FUNDEB a valer-se das comunicações aos órgãos de fiscalização, expostos na Lei 14.113/2020, com a imediata expedição de OFÍCIOS ao; - Tribunal de Contas do Estado – artigo 30, II da Lei 14.113/2020; - Câmara Municipal de Ibiúna – artigo 30, I e artigo 33, I, da Lei 14.113/2020; - Ministério Público Estadual – artigo 32 da Lei 14.113/2020, etc.

[Assinatura]

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

P135

quanto aos interesses sociais; - Ministério Público Federal – artigo 32 da Lei 14.113.2020, quanto às transferências de recursos federais e sua adequada utilização. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente, julgando se necessário acionar o TRIBUNAL DE CONTAS, MINISTERIO PUBLICO e CAMARA MUNICIPAL. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Gramma da Silva na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Ibiúna, 24 de Outubro de 2023.

Mário Pires de Oliveira Filho

Presidente

Ronaldinho

Luiz

Fabiano

1.º vice-presidente
Renan Gramma da Silva

Renan Gramma da Silva

ASSUNTO;

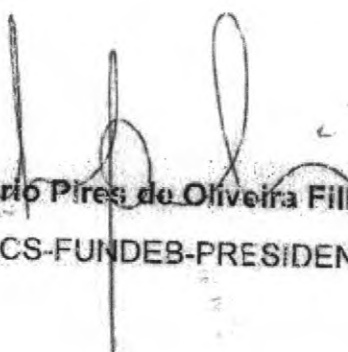
Entrega de parecer terceiro trimestre CACS-FUNDEB

Pi36

Ibiúna 26 de outubro de 2023

Sirvo-me do presente para entregar ao Vosso cuidado o parecer emitido pelo CACS-FUNDEB referente ao terceiro trimestre de 2023.

Reitero os protestos de estima e elevada consideração.



Mario Pires de Oliveira Filho
CACS-FUNDEB-PRESIDENTE

ILMO. SR. AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTARIA

Agian

26.10.23

137

PARECER CONCLUSIVO DO CACS-FUNDEB

138

1 - RELATORIO

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação do Município de Ibiúna – CACS-FUNDEB, regulamentado pela Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, mediante deliberação do seu colegiado passou-se a se manifestar:

- Para emissão do parecer do CACS FUNDEB, foram recebidos os seguintes documentos: (a) Despesas orçamentários com recursos próprios - período 3º trimestre; (b) Planilha de movimentação financeira da Educação – período 3º trimestre; (c) Planilha de receitas de impostos – 3º trimestre; (d) Planilha de aplicação dos recursos do FUNDEB do 3º trimestre, indicando que a previsão de receitas do FUNDEB de 2023 é de R\$61.788.500,00 com arrecadação consolidada até o presente momento de R\$40.865.503,01; (e) Planilha de receitas vinculadas de Educação – 3º trimestre, indicando a previsão de repasse do PNATE, (f) Planilha e aplicação dos recursos próprios em ensino – período 3º trimestre, com previsão (25%) de R\$61.953.150,00 e com arrecadação já efetivada de R\$42.540.110,98. O Conselho constatou a ausência de envio dos relatórios mensais da folha de pagamento referente ao 3º trimestre, exceto o mês de Setembro de 2023.

2- DELIBERAÇÕES

Os documentos enviados passaram por detida análise do CACS-FUNDEB.

CONSIDERANDO a necessidade do CACS-FUNDEB emitir seu respectivo parecer é que nossa pauta se concentrará nessa liberação, o qual passamos a analisar, para posterior deliberação. Antes disso, mas não menos importante, o CACS-FUNDEB deliberou no corpo da ata de reunião as seguintes ações;

(1) expedição de ofício à Secretaria de Finanças para esclarecimento da ausência de depósitos do FGTS dos funcionários concursados e comissionados, além de solicitar justificativa ante o aumento de despesas com funcionários; (2) solicitar o envio dos relatórios mensais de folha de pagamento referentes ao 3º trimestre; (3) Encaminhar ofício ao setor contábil para regularização dos dados do SIOPE cujo atraso remonta aos dados do mês de maio de 2023 e, há casos de funcionários de outra pasta recebendo através dos recursos da educação; (4) Expedição de ofício pedindo esclarecimento do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões;

4/11

(5) O Conselho, cumprindo seu objetivo de colaborar e fiscalizar os investimentos em educação, e constatando que uma das formas de reduzir custos com a folha de pagamento é a realização de concurso público, expedirá o competente ofício ao Executivo para que delibere sobre tal assunto, no mesmo ofício solicitaremos o lançamento do Processo Seletivo para suprir os afastamentos dos profissionais da Educação; (6) Criação de referência para o pagamento dos eventuais do quadro de apoio pedagógico. Após realizadas todas as discussões, e constatando a presença da maioria dos conselheiros (oito), o sr. Presidente colocou em deliberação e votação do parecer, colheu o seguinte resultado: 4 (quatro) conselheiros votaram pelo parecer **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, e 4 (quatro) conselheiros pelo parecer **DESFAVORÁVEL**, diante das inconsistências apresentadas. Havendo empate, o sr. Presidente deu seu voto de minerva e homologou o resultado, sendo este **FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, que passamos a esclarecer as **RESSALVAS**. (a) **INCONSISTÊNCIA REITERADA** entre a relação de profissionais especificados no sistema SIOPE, a folha de pagamento emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e a relação emitida pela Secretaria Municipal de Educação, há também inconsistência do número de cargos criados com o número de contratos efetivos. (b) **DIVERGÊNCIA REITERADA** nos valores de vencimentos dos profissionais divulgados junto ao sistema SIOPE em relação ao que foi apresentado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal e a folha de pagamento entregue a este Conselho. (c) **AUSÊNCIA** da apresentação dos relatórios mensais de despesas com folha de pagamento referentes aos meses de Julho e Agosto de 2023 (d) **CONSTATAÇÃO INJUSTIFICADA** do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões.

Superadas as discussões, o Conselho emitiu o parecer conclusivo **FAVORÁVEL COM RESSALVA**, que passamos a esclarecer.

O CACS-FUNDEB emite o presente PARECER, considerando como GRAVES e com alto INDÍCIO DE IRREGULARIDADE na gestão dos recursos do FUNDEB, ficando desde já autorizada a comunicação aos órgãos de fiscalização. Nesse período de atuação vimos alertado sistematicamente a administração pública local para que apresente uma forma mais clara e precisa de como estão sendo gasto os recursos do FUNDEB, mas a administração não consegue dar uma explicação precisa e clara, o que levará o CACS-FUNDEB a valer-se das comunicações aos órgãos de fiscalização, expostos na Lei 14.113/2020, com a imediata expedição de OFÍCIOS ao: - Tribunal de Contas do Estado – artigo 30, II da Lei 14.113/2020; - Câmara Municipal de Ibiúna – artigo 30, I e artigo 33, I, da Lei 14.113/2020; - Ministério Público Estadual – artigo 32 da Lei 14.113/2020.

[Assinatura]

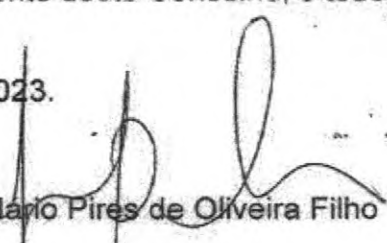
CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

140

quanto aos interesses sociais; - Ministério Público Federal – artigo 32 da Lei 14.113.2020, quanto às transferências de recursos federais e sua adequada utilização. Por sua vez, o CACS-FUNDEB continuará a solicitar os esclarecimentos necessários de forma tenaz e que se valerá de todos os dispositivos contidos na Lei Federal 14.113 de 25 de Dezembro de 2020 e reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021, visando exercer a sua função de forma independente, julgando se necessário acionar o TRIBUNAL DE CONTAS, MINISTERIO PUBLICO e CAMARA MUNICIPAL. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, a qual vai assinada por mim, Renan Gromba da Silva na qualidade de secretário, Mário Pires de Oliveira Filho, como presidente deste Conselho, e todos os demais conselheiros presentes.

Ibiúna, 24 de Outubro de 2023.


Mário Pires de Oliveira Filho
Presidente

Ronald

Ruane

Bayo

1. am am am am
am am am am

am am am

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

84

Ofício 01/2023

Assunto: Reunião Ordinária do CACS-FUNDEB.

Ibiúna, 29 de Março de 2023.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 27/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo.

Considerando que todos os membros do conselho tomaram posse na data de 28/03/2023 e em sua primeira reunião procederam a eleição do presidente e vice-presidente.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

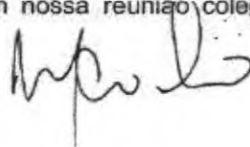
O CACS-FUNDEB em sua primeira reunião realizada na data de 28/03/2023, decidiu pela realização de REUNIAO ORDINÁRIA para hoje, dia 29/03/2023 as 13h00 na sede da Secretaria Municipal de Educação.

Venho por meio desta **SOLICITAR** a presença da DD Secretária de Educação de Ibiúna – Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva e também do DD Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária – Sr. Agenor Pereira de Camargo, para nos apresentar a documentação constante no artigo 3º, III e suas alíneas da Lei Municipal 2391/2021 bem como as devidas prestações de contas do período, visando dar suporte ao parecer final do CACS-FUNDEB (artigo 31 da Lei Federal 14113/2020 c/c artigo 2º da Lei Municipal 2391/2021).

Tal solicitação se faz com base no artigo 16 da Lei Municipal 2391/2021.

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.

DD Secretária de Educação de Ibiúna

Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

DD Secretário de Municipal de Planejamento e Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo



insent

Handwritten signature

Escrever

Caixa de entrada 879

Açãdos

Enviados

Raportinas

Mais

Marcadores

Afastamento de gestant

Afeta

AGV - RJ

AGV E-MAILS PER...

COOP - FTD

E-mail's Atestados de a...

Edison Pedrosa Minister...

João Ronaldo

Michèle - Divorcio

Solo Vivo - trabalhista R...

Xavier

Main

REUNIAO CACS-FUNDEB - DIA 29.03.2023 AS 13H00



MP Advocacia emariopires.advocacia@gmail.com
para financeiro, apciopedagogicosmaibuna

Prezados segue o Ofício 01-2023.

Reunião do CACS FUNDEB

ATT.

MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS FUNDEB - Presidente

Mensagem e anexos confidenciais, protegidos pelo sigilo. Vedado o uso indevido e/ou qualquer divulgação sem pr

Um anexo • Anexos verificados pelo Gmail



Responder

Responder a todos

Encaminhar

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

R43

Ofício 02/2023

Assunto: Lista de funcionários.

Ibiúna, 10 de Abril de 2023.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

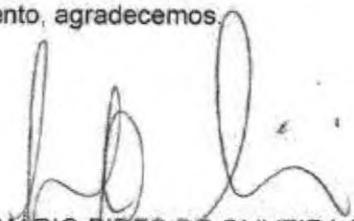
Venho por meio desta **SOLICITAR** o seguinte:

- (a) Que seja enviado ao e-mail mariopires.advocacia@gmail.com (que será utilizado como meio de comunicação até a formação do e-mail institucional do cacs-fundeb), a lista de servidores lotados na Secretaria de Educação, com suas respectivas funções e local de trabalho.

Tal solicitação se faz pertinente para que o CACS-FUNDEB possa exercer adequadamente sua função prevista em Legislação Federal.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.



MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Ilma. Sra.

DD Secretária de Educação de Ibiúna

Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

RECEBIDO - SME
11/04/2023
Vivian Juliana Machado

244

Ofício 03/2023

Assunto: Notas Fiscais referente ao 6º Bimestre de 2022 e 1º Bimestre de 2023 e folha de pagamento.

Ibiúna, 10 de Abril de 2023.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

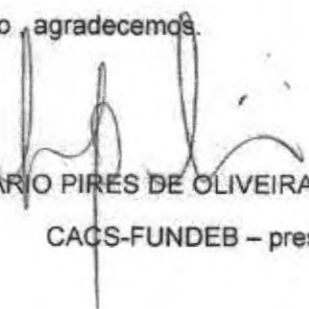
Venho por meio desta **SOLICITAR** o seguinte:

- (a) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais referente aos gastos suportados pelo FUNDEB referente ao 6º Bimestre de 2022 e 1º Bimestre de 2023;
- (b) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais(gastos) referente aos 25% da arrecadação municipal destinada à educação.
- (c) que seja enviada por e-mail as folhas de pagamento referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023.

Tal solicitação se faz pertinente para que o CACS-FUNDEB possa exercer adequadamente sua função prevista em Legislação Federal.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.


MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Sr.

DD Secretário de Finanças

Sr. Cesar Ossamu Anno

Recdo
11/04/2023
Henrique
Xomash

Ofício 04/2023

Assunto; Esclarecimento sobre o parecer do CACS-FUNDEB do primeiro trimestre de 2023 e reiteração de envio de documentos.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

Considerando que no dia 11 de Abril de 2023 foi protocolizado o ofício 02/2023 junto a SME e 03/2023 junto ao Setor de Finanças do Município e que até o presente momento apenas o item "c" do ofício 03 foi cumprido;

Venho por meio desta **INFORMAR** o seguinte;

- (a) Que na data de 03/05/2023 foi realizada Reunião Extraordinária do CACS-FUNDEB e deliberou-se que o parecer será emitido tão logo a documentação seja disponibilizada. O não fornecimento da documentação prejudica a atuação do conselho e consequente emissão do parecer (artigo 30, IV da Lei 14.113/2020), pois, não se consegue averiguar se os recursos estão sendo realizados de acordo com o artigo 25 e ss da Lei 14.113/2020.
- (b) Que o prazo do artigo 33, III da Lei do Fundeb (20 dias para a resposta) já expirou.

Dessa forma o CACS-FUNDEB **SOLICITA** que seja cumprido os ofícios **002/2023** e **003/2023**(doc anexo), com a devida disponibilização dos documentos, nos moldes solicitados, para que o CACS-FUNDEB possa emitir o adequado parecer, devendo ser encaminhado para o e-mail fundebibiuna2023@gmail.com e aqueles documentos que não possam sair dos domínios da administração que seja disponibilizada a consulta in loco.

O CACS-FUNDEB é regido por Lei Federal 14.113/2020 e Lei Municipal 2391/2021 e exerce função de fiscalização, controle e acompanhamento, e não há como exercer tal função se não são fornecidos os documentos pertinentes.

2145

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

246

O CACS-FUNDEB comunicará sem hesitação, em caso de não atendimento de suas solicitações, o envio da documentação pertinente aos órgãos externos de fiscalização do fundo – Tribunal de Contas – artigo 30, II) e quanto ao não cumprimento da lei (Ministério Público, artigo 32) e Câmara Municipal.

Acompanha esse ofício alguns documentos tais como; ofício 02/2023 e 03/2023 e atas de reuniões.

Informamos ainda que o CACS-FUNDEB estará reunido no dia **10/05/2023 as 10h00min na sala de reuniões da Prefeitura, onde aguardará o atendimento desse Ofício.**

Tais considerações, informações e SOLICITAÇÕES se faz pertinente para que o CACS-FUNDEB possa exercer adequadamente sua função prevista em Legislação Federal e Municipal.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Este ofício de igual teor está sendo protocolado simultaneamente no Gabinete do Prefeito, na Secretaria de Gestão Orçamentária e na Secretaria de Educação.

Respeitosamente.


MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Sr.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Paulo Kenji Sasaki

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna
Av. Cap. Manoel de Oliveira Carvalho, 51 Centro,
18150-000 - São Paulo-SP
Brasil



Comprovante de Abertura de Protocolo

Dados do Requerente

Requerente:	CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB
Tipo de Requerente:	Pessoa Física
CPF:	
Endereço:	

Trâmite Inicial

Protocolo aberto Interno em 05/05/2023 12:02:45
atribuído para: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
Criado por CAMILA FERREIRA SANTOS

Dados do Protocolo

Protocolo:	P7437/2023
Protocolo Externo:	
Data da Criação:	05/05/2023 12:02:45
Classificação / Assunto:	Secretaria de Educação / Ofício
Estágio:	Andamento
Chave Pública:	JAR2PBF1
URL:	https://ibiuna.lle.ge/protocolo/consulta

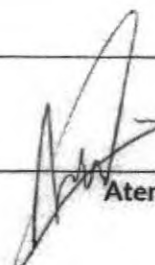
Descrição do Protocolo

Título:	OFICIO 04/2023
Descrição	
ESCLARECIMENTO SOBRE O PARECER DO CACS - FUNDEB DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023 E REITERAÇÃO DE ENVIO DE DOCUMENTOS	

Tramitação

Ação	Usuário	Origem	Destino	Data/Hora
Criação e Encaminhamento	CAMILA FERREIRA SANTOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		05/05/2023 12:02:45

Requerente: CONSELHO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE
SOCIAL DO FUNDEB



Atendente

Telefone: 15 - 3248-1825 / 3248-9900 E-mail: faleconosco@ibiuna.sp.gov.br Web: <https://ibiuna.sp.gov.br/>

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Ofício 05/2023

Assunto; Esclarecimento sobre o parecer do CACS-FUNDEB do primeiro trimestre de 2023 e reiteração de envio de documentos.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

Considerando que no dia 11 de Abril de 2023 foi protocolizado o ofício 02/2023 junto a SME e 03/2023 junto ao Setor de Finanças do Município e que até o presente momento apenas o item "c" do ofício 03 foi cumprido;

Venho por meio desta **INFORMAR** o seguinte;

- (a) Que na data de 03/05/2023 foi realizada Reunião Extraordinária do CACS-FUNDEB e deliberou-se que o parecer será emitido tão logo a documentação seja disponibilizada. O não fornecimento da documentação prejudica a atuação do conselho e consequente emissão do parecer (artigo 30, IV da Lei 14.113/2020), pois, não se consegue averiguar se os recursos estão sendo realizados de acordo com o artigo 25 e ss da Lei 14.113/2020.
- (b) Que o prazo do artigo 33, III da Lei do Fundeb (20 dias para a resposta) já expirou.

Dessa forma o CACS-FUNDEB **SOLICITA** que seja cumprido os ofícios **002/2023** e **003/2023**(doc anexo), com a devida disponibilização dos documentos, nos moldes solicitados, para que o CACS-FUNDEB possa emitir o adequado parecer, devendo ser encaminhado para o e-mail fundebibiuna2023@gmail.com e aqueles documentos que não possam sair dos domínios da administração que seja disponibilizada a consulta in loco.

O CACS-FUNDEB é regido por Lei Federal 14.113/2020 e Lei Municipal 2391/2021 e exerce função de fiscalização, controle e acompanhamento, e não há como exercer tal função se não são fornecidos os documentos pertinentes.

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

O CACS-FUNDEB comunicará sem hesitação, em caso de não atendimento de suas solicitações, o envio da documentação pertinente aos órgãos externos de fiscalização do fundo – Tribunal de Contas – artigo 30, II) e quanto ao não cumprimento da lei (Ministério Público, artigo 32) e Câmara Municipal.

Acompanha esse ofício alguns documentos tais como; ofício 02/2023 e 03/2023 e atas de reuniões.

Informamos ainda que o CACS-FUNDEB estará reunido no dia **10/05/2023 as 10h00min na sala de reuniões da Prefeitura, onde aguardará o atendimento desse Ofício.**

Tais considerações, informações e SOLICITAÇÕES se faz pertinente para que o CACS-FUNDEB possa exercer adequadamente sua função prevista em Legislação Federal e Municipal.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Este ofício de igual teor está sendo protocolado simultaneamente no Gabinete do Prefeito, na Secretaria de Gestão Orçamentária e na Secretaria de Educação.

Respeitosamente.

MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

Secretaria de Educação

Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

RECEBIDO - SME
05/05/2023
Vivian Juliana Machado



Ofício 06/2023

Assunto: Esclarecimento sobre o parecer do CACS-FUNDEB do primeiro trimestre de 2023 e reiteração de envio de documentos.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

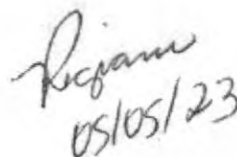
Considerando que no dia 11 de Abril de 2023 foi protocolizado o ofício 02/2023 junto a SME e 03/2023 junto ao Setor de Finanças do Município e que até o presente momento apenas o item "c" do ofício 03 foi cumprido;

Venho por meio desta **INFORMAR** o seguinte;

- (a) Que na data de 03/05/2023 foi realizada Reunião Extraordinária do CACS-FUNDEB e deliberou-se que o parecer será emitido tão logo a documentação seja disponibilizada. O não fornecimento da documentação prejudica a atuação do conselho e consequente emissão do parecer (artigo 30, IV da Lei 14.113/2020), pois, não se consegue averiguar se os recursos estão sendo realizados de acordo com o artigo 25 e ss da Lei 14.113/2020.
- (b) Que o prazo do artigo 33, III da Lei do Fundeb (20 dias para a resposta) já expirou.

Dessa forma o CACS-FUNDEB **SOLICITA** que seja cumprido os ofícios **002/2023** e **003/2023**(doc anexo), com a devida disponibilização dos documentos, nos moldes solicitados, para que o CACS-FUNDEB possa emitir o adequado parecer, devendo ser encaminhado para o e-mail fundebibiuna2023@gmail.com e aqueles documentos que não possam sair dos domínios da administração que seja disponibilizada a consulta in loco.

O CACS-FUNDEB é regido por Lei Federal 14.113/2020 e Lei Municipal 2391/2021 e exerce função de fiscalização, controle e acompanhamento, e não há como exercer tal função se não são fornecidos os documentos pertinentes.



05/05/23

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

O CACS-FUNDEB comunicará sem hesitação, em caso de não atendimento de suas solicitações, o envio da documentação pertinente aos órgãos externos de fiscalização do fundo – Tribunal de Contas – artigo 30, II) e quanto ao não cumprimento da lei (Ministério Público, artigo 32) e Câmara Municipal.

Acompanha esse ofício alguns documentos tais como; ofício 02/2023 e 03/2023 e atas de reuniões.

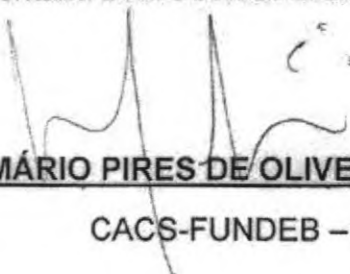
Informamos ainda que o CACS-FUNDEB estará reunido no dia **10/05/2023 as 10h00min na sala de reuniões da Prefeitura, onde aguardará o atendimento desse Ofício.**

Tais considerações, informações e SOLICITAÇÕES se faz pertinente para que o CACS-FUNDEB possa exercer adequadamente sua função prevista em Legislação Federal e Municipal.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Este ofício de igual teor está sendo protocolado simultaneamente no Gabinete do Prefeito, na Secretaria de Gestão Orçamentária e na Secretaria de Educação.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Secretário de Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo

Declarado
08/05/2023
OM.

Ofício 07/2023

Ibiúna, 08 de Maio de 2023

Assunto: Informação sobre o não acesso de documentos para a emissão do parecer conclusivo do CACS-FUNDEB.

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Considerando que o prazo para emissão do competente parecer é exíguo, diante de toda a documentação que deve ser analisada.

Considerando que no dia 11 de Abril de 2023 foi protocolizado o ofício 02/2023 junto a SME e 03/2023 junto ao Setor de Finanças do Município e que até o presente momento apenas o item "c" do ofício 03 foi cumprido;

Venho por meio desta **INFORMAR** o seguinte;

- (a) Que na data de 03/05/2023 foi realizada Reunião Extraordinária do CACS-FUNDEB e deliberou-se que o parecer será emitido tão logo a documentação seja disponibilizada. O não fornecimento da documentação prejudica a atuação do conselho e consequente emissão do parecer (artigo 30, IV da Lei 14.113/2020), pois, não se consegue averiguar se os recursos estão sendo realizados de acordo com o artigo 25 e ss da Lei 14.113/2020.
- (b) Que o prazo do artigo 33, III da Lei do Fundeb (20 dias para a resposta) já expirou.

Dessa forma o CACS-FUNDEB **INFORMA** e leva ao conhecimento desta Nobre Casa para que a competente Comissão de Educação preste auxílio para que a documentação seja fornecida para a reunião agendada para o dia 10/05/2023 as 10h00 que realizar-se-á em sala reservada no paço municipal.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.

MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna e Comissão de Educação

Sr. Naldo Firmino

E demais vereadores que integram a Comissão

E a todos os vereadores interessados.

OK,

254

Ofício 08/2023

Assunto: Comunicação do calendário anual de reuniões do CACS-FUNDEB.

Ibiúna, 10 de Maio de 2023

Considerando que na reunião extraordinária realizada no dia 03/05/2023 foi aprovado o calendário anual de reuniões do referido conselho.

Considerando que também deliberou sobre a necessidade de expedir ofício a Secretaria Municipal de Educação e Poder Executivo junto ao Setor de Finanças, dando ciência das referidas datas e da necessidade imprescindível de enviar a documentação com antecedência de no mínimo 05 dias antes da reunião.

Venho por meio desta **COMUNICAR** o seguinte;

- (a) Que o CACS-FUNDEB reunir-se-á ordinariamente todo dia 10 de cada mês, caso o referido dia recaia em feriados ou dias não uteis, prorrogar-se-á para o próximo dia útil e tal reunião ocorrerá na Sala de Reuniões da SME.

10 de Maio de 2023	Quarta-feira
12 de Junho de 2023	Segunda-feira
10 de Julho de 2023	Segunda-feira
10 de Agosto de 2023	Quinta-feira
11 de Setembro de 2023	Segunda-feira
10 de Outubro de 2023	Terça-feira
10 de Novembro de 2023	Sexta-feira
11 de Dezembro de 2023	Segunda-feira

- (b) O CACS-FUNDEB se resguarda no direito de adequar e remanejar o local das reuniões caso a sala da SME esteja indisponível ou haja a necessidade da reunião ocorrer em sala do paço municipal para o melhor contato com os documentos solicitados (artigo 16 da Lei Municipal 2391/2021), ou ainda em outro local de prévio conhecimento dos conselheiros.
- (c) O CACS-FUNDEB então SOLICITA que mensalmente até 05 (cinco) dias antes das reuniões agendadas seja enviado ao e-mail fundebibiuna2023@gmail.com os documentos solicitados de acordo com a Lei Municipal 2391/2021 e Lei Federal 14.113/2020

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

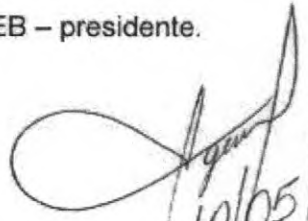
Respeitosamente.


MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

Secretário de Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo


10/05/23

Ofício 09/2023

Assunto: Comunicação do calendário anual de reuniões do CACS-FUNDEB.

Ibiúna, 10 de Maio de 2023

Considerando que na reunião extraordinária realizada no dia 03/05/2023 foi aprovado o calendário anual de reuniões do referido conselho.

Considerando que também deliberou sobre a necessidade de expedir ofício a Secretaria Municipal de Educação e Poder Executivo junto ao Setor de Finanças, dando ciência das referidas datas e da necessidade imprescindível de enviar a documentação com antecedência de no mínimo 05 dias antes da reunião.

Venho por meio desta **COMUNICAR** o seguinte:

- (a) Que o CACS-FUNDEB reunir-se-á ordinariamente todo dia 10 de cada mês, caso o referido dia recaia em feriados ou dias não úteis, prorrogar-se-á para o próximo dia útil e tal reunião ocorrerá na Sala de Reuniões da SME.

10 de Maio de 2023	Quarta-feira
12 de Junho de 2023	Segunda-feira
10 de Julho de 2023	Segunda-feira
10 de Agosto de 2023	Quinta-feira
11 de Setembro de 2023	Segunda-feira
10 de Outubro de 2023	Terça-feira
10 de Novembro de 2023	Sexta-feira
11 de Dezembro de 2023	Segunda-feira

- (b) O CACS-FUNDEB se resguarda no direito de adequar e remanejar o local das reuniões caso a sala da SME esteja indisponível ou haja a necessidade da reunião ocorrer em sala do paço municipal para o melhor contato com os documentos solicitados (artigo 16 da Lei Municipal 2391/2021), ou ainda em outro local de prévio conhecimento dos conselheiros.
- (c) O CACS-FUNDEB então SOLICITA que mensalmente até 05 (cinco) dias antes das reuniões agendadas seja enviado ao e-mail fundebibiuna2023@gmail.com os documentos solicitados de acordo com a Lei Municipal 2391/2021 e Lei Federal 14.113/2020

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.


MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

Secretaria de Educação

Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

RECEBIDO - SME
10/05/23
Renan Aranha da Silva

256

Ofício 10/2023

Assunto: Solicitação de Reunião Conjunta entre CACS-FUNDEB e CME

Ibiúna, 20 de junho de 2023

Considerando que na reunião ordinária realizada no dia 12/06/2023, o CACS- FUNDEB deliberou sobre a necessidade de realização de reunião conjunta entre os Conselhos e de uma maior interação e cooperação entre os mesmos.

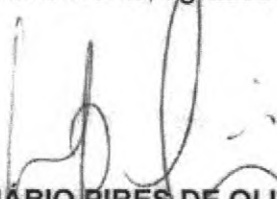
Venho por meio desta;

A – SOLICITAR desse Conselho Municipal de Educação o agendamento de uma REUNIAO CONJUNTA.

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Claudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Conselho Municipal de Educação.

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Ofício 11/2023

Assunto: Folha de pagamento, notas fiscais e demonstrações financeiras

Ibiúna, 20 de junho de 2023

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 29/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo com a publicação do Decreto 3123/2023.

Considerando que o Conselho precisa tomar conhecimento de todos os documentos necessários para a devida emissão de parecer conclusivo.

Venho por meio desta **SOLICITAR**o seguinte:

(a) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais referente aos gastos suportados pelo FUNDEB referente ao 1º e 2º Bimestre de 2023;

(b) Que seja disponibilizada a consulta das notas fiscais(gastos) referente aos 25% da arrecadação municipal destinada à educação.

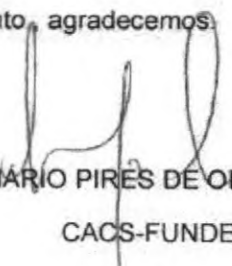
(c) que seja enviada por e-mail as folhas de pagamento referente aos meses de abril e maio de 2023.

(d) que seja enviada por e-mail as demonstrações financeiras (Balancetes sintético e analítico) dos valores recebidos pelo FUNDEB contendo relatório da aplicação dos recursos próprios, aplicação com recurso do Fundeb, receitas vinculadas de educação, receitas de impostos, movimentação financeira da educação, despesas com educação, todos do período 1º BIM/2023.

Informamos que nossa próxima reunião será no **dia 27 de Junho de 2023 as 9h00** e solicitamos com **URGENCIA** o envio de tais documentos para o e-mail fundebibiuna2023@gmail.com

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.


MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Sr.

DD Secretário de Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna
Av. Cap. Manoel de Oliveira Carvalho, 51 Centro,
18150-000 - São Paulo-SP
Brasil

157

Comprovante de Abertura de Protocolo

Dados do Requerente

Requerente:	CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO RECURSO FUNDEB- CACS
Tipo de Requerente:	Pessoa Física
CPF:	
Endereço:	

Trâmite Inicial

Protocolo aberto Interno em 21/06/2023 13:21:39
atribuído para: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA,
Criado por Amanda Candido da Silva

Dados do Protocolo

Protocolo:	P10205/2023
Protocolo Externo:	
Data da Criação:	21/06/2023 13:21:39
Classificação / Assunto:	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária / OFÍCIO
Estágio:	Andamento
Chave Pública:	75GQJQG2
URL:	https://ibiuna.lle.ge/protocolo/consulta

Descrição do Protocolo

Título:	OFÍCIO 11/2023
Descrição	
FOLHA DE PAGAMENTO, NOTAS FISCAIS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.	

Tramitação

Ação	Usuário	Origem	Destino	Data/Hora
Criação e Encaminhamento	Amanda Candido da Silva	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		21/06/2023 13:21:39

Requerente: CONSELHO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Atendente

Telefone: 15 - 3248-1825 / 3248-9900 E-mail: faleconosco@ibiuna.sp.gov.br Web: <https://ibiuna.sp.gov.br/>

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna
Av. Cap. Manoel de Oliveira Carvalho, 51 Centro,
18150-000 - São Paulo-SP
Brasil

150

SOCIAL DO RECURSO FUNDEB-CACS

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Ofício 12/2023

Assunto: Solicitação de Reunião com o setor de RH da Prefeitura de Ibiúna.

Ibiúna, 20 de junho de 2023

Considerando que chegou ao conhecimento do CACS-FUNDEB algumas indagações sobre lançamento de incorreções nos vencimentos de profissionais da educação.

Considerando a reunião ordinária realizada no dia 12/06/2023, o CACS- FUNDEB deliberou sobre a necessidade de realização de reunião para elucidar tais questões.

Venho por meio desta;

A – SOLICITAR desse setor de Recursos Humanos, uma reunião para que possamos compreender e elucidar alguns questionamentos que chegaram ao nosso conhecimento.

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Claudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Certos de contarmos com sua atenção e o devido atendimento, agradecemos.

Respeitosamente.


MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA DE IBIUNA

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna
Av. Cap. Manoel de Oliveira Carvalho, 51 Centro,
18150-000 - São Paulo-SP
Brasil

8160

Comprovante de Abertura de Protocolo

Dados do Requerente

Requerente:	CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO RECURSO FUNDEB- CACS
Tipo de Requerente:	Pessoa Física
CPF:	
Endereço:	11111

Trâmite Inicial

Protocolo aberto Interno em 21/06/2023 13:19:51
atribuído para: SEAD - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS,
Criado por Amanda Candido da Silva

Dados do Protocolo

Protocolo:	P10204/2023
Protocolo Externo:	
Data da Criação:	21/06/2023 13:19:51
Classificação / Assunto:	Secretaria de Administração / Ofício
Estágio:	Andamento
Chave Pública:	51WE6T2D
URL:	https://ibiuna.lle.ge/protocolo/consulta

Descrição do Protocolo

Título:	OFÍCIO 12/2023
Descrição	
SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO COM O SETOR DE RH DA PREFEITURA DE IBIÚNA.	

Tramitação

Ação	Usuário	Origem	Destino	Data/Hora
Criação e Encaminhamento	Amanda Candido da Silva	SEAD - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS		21/06/2023 13:19:51

Requerente: CONSELHO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE
SOCIAL DO RECURSO FUNDEB- CACS

Atendente

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Ofício 13/2023

Assunto: Informações e envio de documentos

Ibiúna, 20 de Junho de 2023

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 27/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo.

Venho por meio desta **SOLICITAR**

A – SOLICITAR esclarecimentos com o envio dos documentos pertinentes (atos, decretos, leis, contratos, etc) sobre a transferência de finalidade do prédio que abriga o PROJETO ARCO IRIS, atualmente sob a gestão da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, já que referido prédio estava vinculado à Secretaria de Educação e qual a contrapartida ofertada à SME por ceder tal prédio.

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Claudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Informamos que nossa próxima reunião será no **dia 27 de Junho de 2023 as 9h00**.

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente.

MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.

DD Secretária de Educação de Ibiúna

Sra. Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva

RECEBIDO - SME
21/06/2023
Vivian Juliana Machado

Ofício 14/2023

Assunto: Informações e envio de documentos

Ibiúna, 20 de Junho de 2023

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 27/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo.

Venho por meio desta **SOLICITAR**

A – SOLICITAR esclarecimentos sobre o contrato 12/2022 que tem como objeto a locação do prédio da Rua XV de Novembro, 220, pelo valor de R\$ 18.000,00 para abrigar a SME, já que o pagamento é realizado à pessoa distinta daquelas que compõe o quadro social da empresa MECHETTI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA – CNPJ 08.109.727/0001-13, ou seja, à pessoa de ADRIANA JUSSARA DE OLIVEIRA, sem arquivamento de procuração e cujo recibo sequer a forma que tal quantia foi paga (se por cheque, se por moeda corrente).

B – SOLICITAR esclarecimentos sobre o contrato 18/2022 realizado com a empresa WINTER GARDEM CONSTRUTORA LTDA tendo como objeto a "reforma das quadras poliesportivas em diversas escolas municipais", disponibilizando para consulta a listagem completa de quais escolas foram contempladas com a exibição dos respectivos memoriais descritivos e seus anexos.

C – SOLICITAR esclarecimentos sobre a construção do muro de arrimo na ESCOLA CLEGIA CARMELO DA SILVA, já que constatamos que o muro está inacabado e os pagamentos e medições foram concluídas integralmente.

[Assinatura]

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

2163

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Claudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Informamos que nossa próxima reunião será no **dia 27 de Junho de 2023 as 9h00.**

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACs-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.

DD Secretário de Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo

Prefeitura da Estância Turística de Ibiuna
Av. Cap. Manoel de Oliveira Carvalho, 51 Centro,
18150-000 - São Paulo-SP
Brasil

2164

Comprovante de Abertura de Protocolo

Dados do Requerente

Requerente:	CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO RECURSO FUNDEB- CACS
Tipo de Requerente:	Pessoa Física
CPF:	
Endereço:	*****

Trâmite Inicial

Protocolo aberto Interno em 21/06/2023 13:17:35
atribuído para: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA,
Criado por Amanda Candido da Silva

Dados do Protocolo

Protocolo:	P10203/2023
Protocolo Externo:	
Data da Criação:	21/06/2023 13:17:35
Classificação / Assunto:	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária / OFÍCIO
Estágio:	Andamento
Chave Pública:	GRQDVEM7
URL:	https://ibiuna.lle.ge/protocolo/consulta

Descrição do Protocolo

Título:	OFÍCIO 14/2023
Descrição	
INFORMAÇÕES E ENVIO DE DOCUMENTOS.	

Tramitação

Ação	Usuário	Origem	Destino	Data/Hora
Criação e Encaminhamento	Amanda Candido da Silva	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		21/06/2023 13:17:35

Requerente: CONSELHO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Atendente

Telefone: 15 - 3248-1825 / 3248-9900 E-mail: faleconosco@ibiuna.sp.gov.br Web: <https://ibiuna.sp.gov.br/>

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna
Av. Cap. Manoel de Oliveira Carvalho, 51 Centro,
18150-000 - São Paulo-SP
Brasil

SOCIAL DO RECURSO FUNDEB- CACS

165

P166

Ofício 15/2023

Assunto: PROCESSO LICITATORIO- EDITAL 17/2023 – PROCESSO P6534/2023

Ibiúna, 20 de Junho de 2023

Considerando que o processo licitatório em questão diz respeito a construção de creches no bairro da Ressaca e do Colégio.

Considerando que a Creche do Bairro do Cupim não atendeu as normas da Lei de Diretrizes e Bases.

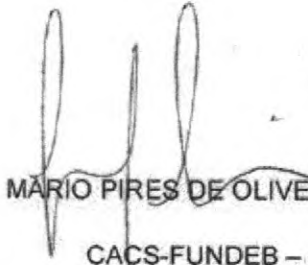
Venho por meio desta **SOLICITAR** que Vossa Senhoria acompanhe o processo Licitatório em questão para que o mesmo atenda integralmente as normas vigentes quanto as construções de espaços, respeitando o espaço mínimo e todas as exigências legais em nome de uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Claudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Informamos que nossa próxima reunião será no **dia 27 de Junho de 2023 as 9h00**.

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
CACs-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.

DD Secretaria Municipal de Educação

Sra. Rosa Claudia Bello de Oliveira Silva

RECEBIDO SMT
21/06/2023
Vivian Juliana Machado

167

Ofício 15/2023

Assunto; PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E ENVIO DE DOCUMENTOS

Ibiúna, 08 de Novembro de 2023

Considerando que a formação do CACS-FUNDEB foi concluída com a superação de todas as fases estipuladas no Edital SME 02/2023 e que no dia 27/03/2023 houve a devida homologação pelo Poder Executivo.

Venho por meio desta **SOLICITAR**

A – Esclarecimento da Secretaria de Finanças para esclarecimento da ausência de depósitos do FGTS dos funcionários concursados e comissionados, além de solicitar justificativa ante o aumento de despesas com funcionários;

B - Solicitar o envio dos relatórios mensais de folha de pagamento referentes ao 3º trimestre;

C – Solicitar que seja realizada regularização dos dados do SIOPE cujo atraso remonta aos dados do mês de maio de 2023 e esclarecimento sobre casos de funcionários de outra pasta recebendo através dos recursos da educação;

D - Solicitar esclarecimento do aumento exorbitante da folha de pagamento do 3º trimestre (R\$38.972.063,72) em comparação com o 2º trimestre (R\$29.298.995,87), uma diferença de aproximadamente R\$9 milhões, sem qualquer contratação aparente por parte da SME.

Estamos a disposição através do e-mail fundebibiuna2023@gmail.com ou ainda através do telefone da Conselheira Claudia (15) 99777-6485 e Conselheiro Mário (15) 99779-2016, para os referidos contatos.

Informamos que nossa próxima reunião será no **dia 21 de Novembro de 2023** as 9h00.

Leeli em
14/11/2023
afonso

CACS | FUNDEB

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

2168

Certos de contarmos com sua atenção e a devida presença em nossa reunião colegiada, agradecemos.

Respeitosamente.



MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

CACS-FUNDEB – presidente.

Ilmo. Srs.

DD Secretário de Gestão Orçamentária

Sr. Agenor Pereira de Camargo

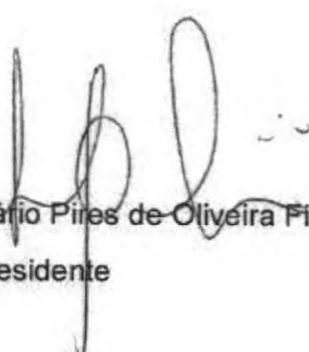
OFÍCIO 016/23

Assunto: CONVOCAÇÃO

Ibiúna, 21 de novembro de 2023.

CACS FUNDEB, regido pela Lei Federal 14.113/2020 e Lei Municipal 2.391/2021 vem por meio deste e com base no Art.33 §1º, inciso II da Lei Federal 14.113/2020 Convocar Vossa Senhoria para a reunião extraordinária que será realizada no dia 27/11/2023, às 9h na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação.

Contando com a valiosa participação da Vossa Senhoria, aproveitamos o ensejo para externar votos de estima e consideração.


Málio Pires de Oliveira Filho
Presidente

RECEBIDO - SME
21/11/2023
Vivian Juliana Machado



PRESTES TURIA ESTANCIA TURISTICA DE IBIU'NA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 1/2

CONTABILIDADE
APLICAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB - PERÍODO 3º TRIMESTRE

GCASPP

RECEITAS DO FUNDEB		
	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período
	61.545.900,00	40.794.214,48
Receitas de Transferências		
Receitas de Aplic. Financeiras	242.600,00	71.288,53
Total da Receita	61.788.500,00	40.865.503,01
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS		
	61.788.500,00	40.865.503,01
Total	43.251.950,00	28.605.852,11
Profissionais da Educação (70%)		

Prev. Atualizada Para o Exercício		Retido Até o Período
32.402.120,00		22.068.256,48
APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO		
Transferências Recebidas		Retenções
40.794.214,48		22.068.256,48
Diferença (Recebido - Retido):		18.725.958,00
(GANHO)		

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB					
Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)	
Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS					
57.525.900,00	93,10	47.027.492,36	115,08	47.027.492,36	115,08
Profissionais da Educação	89,29	41.008.280,72	100,35	41.008.280,72	100,35
Outras	3,81	6.019.211,64	14,73	6.019.211,64	14,73

DEDUÇÕES					
Profissionais da Educação		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)	
Desp.c./Aposent.		Valor	%	Valor	%
Desp.c./Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Inativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.c./Aposent.		0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.c./Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Inativos		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LÍQUIDAS					
TOTAL		47.027.492,36	115,08	47.027.492,36	115,08
Profissionais da Educação		41.008.280,72	100,35	41.008.280,72	100,35
Outras		6.019.211,64	14,73	6.019.211,64	14,73

Handwritten signature and date 17/10



GCASPP

PREFETURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

APLICAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB - PERÍODO 3º TRIMESTRE

IBIUNA, 23 de Outubro de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 1/9

GCASPP

CONTABILIDADE
DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Função: 12 - EDUCAÇÃO - SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	420.000,00	1.915.500,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00
31909400 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
33503900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00
33504100 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	44.400,00	0,00	0,00	0,00
33901400 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.510.000,00	4.993.700,00	0,00	0,00	0,00
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	300.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.303.540,00	6.058.540,00	0,00	0,00	0,00
33904600 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	2.800.000,00	2.795.000,00	0,00	0,00	0,00
33904800 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00
33904900 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.100.000,00	1.067.000,00	0,00	0,00	0,00
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	3.510.000,00	2.610.000,00	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
45906100 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Cd. Aplicação 220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	1.223.095,92	1.223.095,92	0,00
31901131 - GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO DE CARGO	0,00	0,00	4.825,55	4.825,55	0,00
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	50.132,20	50.132,20	0,00
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	39.667,11	39.667,11	0,00
31901301 - FGTS	0,00	0,00	101.532,08	101.532,08	0,00
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	280.246,39	280.246,39	7.146,29
33503999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	43.400,00	43.400,00	0,00
33504100 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	44.400,00	43.200,00	43.200,00
33903001 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	0,00	68.227,00	68.227,00	59.664,08
33903004 - GÁS ENGARRAFADO	0,00	0,00	217.235,00	169.625,00	163.185,00
33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	4.368,00	3.468,00	2.916,00
33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	1.524.247,49	1.502.259,29	1.378.806,60
33903022 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	0,00	357.261,13	357.261,13	211.861,76
33903024 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	65.712,80	54.710,31	44.162,07
33903025 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	631,20	0,00	0,00
33903026 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	3.778,00	3.739,00	3.739,00
33903039 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	27.125,50	27.125,50	27.125,50



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 3/9

CONTABILIDADE
DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

GCASPP

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Cd. Aplicação 261.0000 - EDUCACAO - FUNDEB - MAGISTERIO

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	29.924,091,00	29.924,091,00	28.862,737,92
31901102 - FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA	0,00	0,00	9.054,79	9.054,79	9.054,79
31901110 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	0,00	0,00	1.580,40	1.580,40	1.316,40
31901131 - GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO DE CARGO	0,00	0,00	97.491,53	97.491,53	88.957,75
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	957.085,84	957.085,84	922.958,38
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	1.123.050,20	1.123.050,20	1.092.078,23
31901144 - FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO	0,00	0,00	3.120,02	3.120,02	3.120,02
31901145 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	32.286,84	32.286,84	32.286,84
31901199 - OUTRAS DESPESAS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	81.291,41	81.291,41	81.291,41
31901301 - FGTS	0,00	0,00	2.333.561,04	2.333.561,04	1.664.984,79
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	6.435.665,27	6.435.665,27	6.203.274,81
31901399 - OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	10.002,38	10.002,38	10.002,38
Cd. Aplicação 262.0000 - EDUCACAO - FUNDEB - OUTROS	0,00	0,00	6.019.211,64	6.019.211,64	5.284.370,49

Classificação Econômica

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	4.176.012,48	4.176.012,48	3.721.799,87
31901102 - FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA	0,00	0,00	190,04	190,04	190,04
31901110 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	0,00	0,00	2.361,60	2.361,60	2.097,60
31901131 - GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO DE CARGO	0,00	0,00	146,25	146,25	146,25
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	377.554,45	377.554,45	333.637,90
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	188.217,83	188.217,83	167.985,41
31901145 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	5.020,39	5.020,39	5.020,39
31901301 - FGTS	0,00	0,00	348.383,13	348.383,13	233.630,46
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	921.325,47	921.325,47	819.862,57

Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.383.400,00	2.025.400,00	0,00	0,00	0,00
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	4.383.400,00	2.025.400,00	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					

2174



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

GCASPP

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Exercício: 2023
Página: 4/9

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 364 - ENSINO SUPERIOR

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica

33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
	450.000,00	552.000,00	0,00	0,00	0,00
	450.000,00	552.000,00	0,00	0,00	0,00
	450.000,00	552.000,00	0,00	0,00	0,00

[Assinatura]



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 5/9

GCASPP

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 365 - EDUCACAO INFANTIL

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00	1.961.000,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	80.000,00	519.000,00	0,00	0,00	0,00
33901400 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	820.000,00	2.174.000,00	0,00	0,00	0,00
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.000,00	172.000,00	0,00	0,00	0,00
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.600.000,00	4.426.800,00	0,00	0,00	0,00
33904600 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
33904900 - AUXÍLIO TRANSPORTE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	7.300.000,00	2.083.868,75	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	210.000,00	207.000,00	0,00	0,00	0,00
44906100 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Cd. Aplicação 210.0000 - EDUCACAO INFANTIL	0,00	0,00	8.359.039,29	6.726.351,72	3.601.690,13

Classificação Econômica

31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	1.762.057,94	1.762.057,94	272.749,96
31901102 - FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA	0,00	0,00	1.439,51	1.439,51	380,09
31901107 - ABONO DE PERMANÊNCIA	0,00	0,00	11.703,91	11.703,91	10.582,13
31901110 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	0,00	0,00	11.808,00	11.808,00	10.488,00
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	59.501,16	59.501,16	12.836,92
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	71.923,41	71.923,41	15.233,03
31901145 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	4.089,49	4.089,49	4.089,49
31901301 - FGTS	0,00	0,00	140.359,50	140.359,50	16.386,33
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	365.000,16	365.000,16	53.144,21
33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	765.335,00	765.335,00	765.335,00
33903024 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	32.617,70	32.617,70	32.617,70
33903026 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	118,00	118,00	118,00
33903060 - MATERIAL DIDÁTICO	0,00	0,00	1.030.506,59	1.030.506,59	444.002,94
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	153.899,22	111.590,43	102.453,01
33903699 - OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	12.015,56	12.015,56	12.015,56
33903901 - ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	0,00	0,00	15.584,40	15.584,40	15.584,40
33903916 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	26.150,00	26.150,00	26.150,00
33903937 - JUROS	0,00	0,00	334,07	334,07	334,07
33903943 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	38.581,49	38.581,49	38.581,49
33903944 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	39.805,03	39.805,03	39.805,03
33903958 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0,00	0,00	3.231,53	3.231,53	3.231,53
33903974 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	0,00	0,00	2.086.514,68	1.435.046,89	1.008.828,21



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIÚVA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 6/9

CONTABILIDADE

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

GCASPP

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

33903978 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	161.774,40	80.887,20	53.924,80
33903999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	3.191,00	3.191,00	3.191,00
44905199 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	1.555.370,54	697.346,75	656.250,22
44905224 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00
44905234 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0,00	0,00	3.377,00	3.377,00	3.377,00

Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31900400 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

Cd. Aplicação 210.0000 - EDUCACAO INFANTIL

Classificação Econômica

44905199 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
---------------------------------------	------	------	------------	------------	------------

Fte. Recurso: 08 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00
	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00

[Handwritten signature]



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

GCASPP

CONTABILIDADE

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Exercício: 2023
Página: 7/9

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 366 - EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica

31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
	30.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00
	30.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00
	30.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00

8146



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIÚNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 8/9

CONTABILIDADE

GCASPP

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 367 - EDUCACAO ESPECIAL

Fte. Recurso: 01 - TESOUREO

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica

31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica

31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Fte. Recurso: 08 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

Cd. Aplicação 000.0000 -

Classificação Econômica

33504300 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
95.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	
30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga	
25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2179



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício : 2023
Página: 9/9

GCASP

CONTABILIDADE
DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Função: 12 - EDUCAÇÃO - SUBFUNÇÕES ATÍPICAS DE EDUCAÇÃO	6.820.000,00	6.413.600,00	4.149.334,02	2.947.343,10	1.819.338,16
Sub-Função: 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.820.000,00	6.413.600,00	4.149.334,02	2.947.343,10	1.819.338,16
Fte. Recurso: 01 - TESOURO	760.000,00	1.379.600,00	0,00	0,00	0,00
Cd. Aplicação 000.0000 -	760.000,00	1.379.600,00	0,00	0,00	0,00
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	600.000,00	550.600,00	0,00	0,00	0,00
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00	784.000,00	0,00	0,00	0,00
33909300 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	6.060.000,00	5.034.000,00	4.149.334,02	2.947.343,10	1.819.338,16
Cd. Aplicação 000.0000 -	6.060.000,00	5.034.000,00	0,00	0,00	0,00
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	6.060.000,00	5.034.000,00	0,00	0,00	0,00
Cd. Aplicação 200.0000 - EDUCACAO	0,00	0,00	36.708,00	10.640,00	5.320,00
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	36.708,00	10.640,00	5.320,00
Cd. Aplicação 200.0003 - FNDE/PDDE	0,00	0,00	4.112.626,02	2.936.703,10	1.814.018,16
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	4.112.626,02	2.936.703,10	1.814.018,16
TOTAL:	103.631.940,00	96.403.808,75	76.597.836,98	72.605.649,85	58.722.727,79

IBIUNA, 23 de Outubro de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 1 / 2

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

GCASP

A) MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

Código	Descrição Aplicação/Variação	Banco	Agência	Conta	Descrição da Conta	Saldo Ex. Ant.	VI. Entradas	VI. Saídas	Saldo Atual
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA									
DISPONIBILIDADES									
Bancos									
200 0000 - EDUCACAO		001	00825 - 0	130113 - 6	EDUCAÇÃO 25%	4.197.595,46	65.951.706,86	67.095.627,09	3.053.675,23
200 0000 - EDUCACAO		001	00825 - 0	21856 - 1	MERENDA ESCOLAR FEDERAL	158.524,64	65.951.706,86	67.095.627,09	3.053.675,23
200 0000 - EDUCACAO		001	00825 - 0	36305 - 7	PM IBIUNA - PAR	831,15	15.466.025,43	15.412.048,03	212.502,04
200 0000 - EDUCACAO		001	00825 - 0	42847 - 7	INFRA. ESCOLAR EQUIP. MOB.	0,00	875.924,93	876.226,81	529,27
200 0000 - EDUCACAO		001	00825 - 0	00600672002 - 0	SALÁRIO EDUCAÇÃO	258.468,05	3.977,50	262.445,55	0,00
200 0000 - EDUCACAO		104	00800 - 0	00600672002 - 0	PNATE	1.024,84	6.633.165,75	6.633.000,00	1.190,59
200 0004 - PNATE		001	00825 - 0	13857 - 6	FNDE PDDE	438,27	969.963,44	970.014,56	387,15
200 0010 - FNDE/PDDE		001	00825 - 0	23897 - X	BRASIL CARINHOSO - EDUC	53.199,80	106.006,22	159.000,00	206,02
200 0010 - FNDE/PDDE		001	00825 - 0	33640 - 8	CONSTRUÇÃO CRECHE DO BAI	5.986,65	467,45	0,00	6.454,10
200 0078 - TRANSF. PAC2 2014		001	00825 - 0	36071 - 6	CONSTRUÇÃO CRECHE DO BAI	908,85	70,96	0,00	979,81
200 0078 - TRANSF. PAC2 2014		001	00825 - 0	36072 - 4	CONSTRUÇÃO DA CRECHE DO	78,90	107.157,99	103.843,05	3.393,84
210 0000 - EDUCACAO INFANTIL		001	00825 - 0	47537 - 8	LEI 2575 CONSTRUÇÃO CRECH	0,00	802.412,59	0,00	802.412,59
220 0006 - FNDE - SIGEF		001	00825 - 0	37180 - 7	FNDE - PROGRAMA CAMINHO I	315.534,08	4.855,66	320.389,74	0,00
260 0000 - EDUCACAO - FUNDEB		001	00825 - 0	38615 - 4	SME - FUNDEB	3.402.600,23	40.957.930,34	42.334.910,75	2.025.619,82

TOTAL:

4.197.595,46

65.951.706,86

67.095.627,09

3.053.675,23

B) MOVIMENTAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

Código	Descrição Aplicação/Variação	Saldo Exercício	VI. Entradas	VI. Saídas	Saldo Atual
DO EXERCÍCIO					
Fte. Recurso: 01 - TESOURO					
200 0000 - EDUCACAO		-16.862.668,65	93.560.492,52	92.704.102,53	-16.006.278,66
210 0000 - EDUCACAO INFANTIL		-16.862.668,65	1.635.255,58	1.581.278,18	-16.808.691,25
212 0000 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		0,00	40.266.883,35	39.464.470,76	802.412,59
220 0000 - ENSINO FUNDAMENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
221 0000 - ENSINO FUNDAMENTAL - REMUNERACAO APLIC.FINANCEIRAS		0,00	51.624.352,67	51.624.352,67	0,00
240 0000 - EDUCACAO ESPECIAL		0,00	34.000,92	34.000,92	0,00
Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS					
200 0003 - FNDE/PDDE		0,00	181.519.996,53	182.896.976,94	-1.376.980,41
200 0009 - QSE SALARIO EDUCACAO		0,00	0,00	0,00	0,00
260 0000 - EDUCACAO - FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
261 0000 - EDUCACAO - FUNDEB - MAGISTERIO		0,00	40.877.311,20	42.254.291,61	-1.376.980,41
262 0000 - EDUCACAO - FUNDEB - OUTROS		0,00	123.238.543,79	123.238.543,79	0,00
263 0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-REMUNERAÇÃO DE APLIC. FINANCEIRAS		0,00	17.332.853,01	17.332.853,01	0,00
		0,00	71.288,53	71.288,53	0,00



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023

Página: 2 / 2

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

GCASPP		Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		17.952.221,14		-623.329,81	
200 0000	- EDUCACAO	0,00	17.328.891,33	17.952.221,14	7.928.236,67	-258.604,18	0,00
200 0002	- PNATE	0,00	7.669.632,49	7.928.236,67	0,00	0,00	0,00
200 0003	- FNDE/PDDE	0,00	8.959.066,48	8.959.066,48	0,00	0,00	0,00
200 0004	- PNATE	0,00	108.259,25	108.310,37	0,00	-51,12	0,00
200 0008	- QUOTA PARTE SALARIO EDUCACAO - QSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200 0009	- QSE SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200 0010	- FNDE/PDDE	0,00	27.317,84	79.844,17	0,00	-52.526,33	0,00
200 0078	- TRANSF. PAC2 2014	0,00	106.778,91	103.393,01	0,00	3.385,90	0,00
210 0000	- EDUCACAO INFANTIL	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00
210 0001	- CONTRUÇÃO DE CRECHE PRO INFANCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
220 0006	- FNDE - SIGEF	0,00	0,00	315.534,08	0,00	-315.534,08	0,00
282 0000	- RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	3.530,22	3.530,22	0,00	0,00	0,00
288 0000	- RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE E	0,00	799,92	799,92	0,00	0,00	0,00
296 0000	- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - ENSINO FUND.	0,00	3.506,22	3.506,22	0,00	0,00	0,00

TOTAL:

-16.862.668,65 292.409.380,38 293.553.300,61 -18.006.588,88

IBIUNA, 23 de Outubro de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09

102



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023

Página: 1/4

RECEITAS DE IMPOSTOS - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Base de Cálculo para Aplicação no Ensino

Discriminação	Previsão Inicial do Exercício	Previsão Atual do Exercício	Arrecadação até o Período
A) RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			
PRÓPRIOS	79.095.400,00	79.095.400,00	40.871.375,34
IMPOSTOS	71.016.900,00	71.016.900,00	36.268.564,36
1112.50.0.1.01.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	39.784.700,00	39.784.700,00	22.924.808,49
1112.53.0.1.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" - ITBI - PRINCIPAL	9.130.200,00	9.130.200,00	2.394.547,02
1113.03.1.1.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO -	6.559.300,00	6.559.300,00	3.991.326,94
1113.03.4.1.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS	72.700,00	72.700,00	227.164,74
1114.51.1.1.01.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN -	11.941.200,00	11.941.200,00	4.955.898,10
1114.51.1.1.02.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - SIMPLES	3.528.800,00	3.528.800,00	1.774.819,07
DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	5.679.500,00	5.679.500,00	3.791.974,82
1112.50.0.3.00.00 - IMPOSTO PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	4.338.900,00	4.338.900,00	2.572.538,34
1112.53.0.3.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI - DÍVIDA ATIVA	16.500,00	16.500,00	2.208,89
1114.51.1.3.00.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA	1.324.100,00	1.324.100,00	1.217.227,59
JUROS E MULTA DE IMPOSTOS E DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	2.399.000,00	2.399.000,00	810.836,16
1112.50.0.2.00.00 - IMPOSTO PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	243.900,00	243.900,00	49.974,83
1112.50.0.4.00.00 - IMPOSTO PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA -	1.829.700,00	1.829.700,00	590.370,58
1112.53.0.2.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI - MULTAS E JUROS	500,00	500,00	0,00
1112.53.0.4.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI - DÍVIDA ATIVA -	19.100,00	19.100,00	2.787,31
1114.51.1.2.00.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E	94.600,00	94.600,00	55.955,57
1114.51.1.4.00.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA	211.200,00	211.200,00	111.747,87
TRANSFERÊNCIAS	168.717.200,00	168.717.200,00	79.678.665,61
FEDERAIS	71.732.500,00	71.732.500,00	32.287.573,82
1711.51.1.1.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	64.922.800,00	64.922.800,00	32.274.449,92
1711.51.2.1.00.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO	6.706.600,00	6.706.600,00	0,00
1711.52.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL	103.100,00	103.100,00	13.123,90
ESTADUAIS	96.984.700,00	96.984.700,00	47.391.091,79
1721.50.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS	81.438.800,00	81.438.800,00	32.781.016,00
1721.51.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA	15.054.500,00	15.054.500,00	14.427.149,00
1721.52.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	491.400,00	491.400,00	182.926,79
TOTAL DAS RECEITAS	247.812.600,00	247.812.600,00	120.550.040,95
B) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB*			
REDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS	32.402.120,00	32.402.120,00	15.935.731,83
FEDERAIS	13.005.180,00	13.005.180,00	6.457.514,52
9100.00.0.0.01.01 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - FPM	12.984.560,00	12.984.560,00	6.454.889,82
9100.00.0.0.01.02 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - ITR	20.620,00	20.620,00	2.624,70
ESTADUAIS	19.396.940,00	19.396.940,00	9.478.217,31
9100.00.0.0.02.01 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - ICMS	16.287.760,00	16.287.760,00	6.556.203,05
9100.00.0.0.02.02 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - IPVA	3.010.900,00	3.010.900,00	2.885.428,96
9100.00.0.0.02.03 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	98.280,00	98.280,00	36.585,30
TOTAL LÍQUIDO	215.410.480,00	215.410.480,00	104.614.309,12

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09



GCASPP

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

RECEITAS VINCULADAS DE EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Exercício: 2023

Página: 1/1

RECEITAS VINCULADAS (EXCETO FUNDEB)

Fonte Rec.	Código Aplicação	Receita	Previsão Inicial do Exercício	Previsão Atual. do Exercício	Arrecadação até o Período
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		11.443.600,00	11.443.600,00	5.002.427,45
	110 0000	GERAL	848.700,00	848.700,00	0,00
	1714.52.0.1.01.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES DO FNDE - PNAE	848.700,00	848.700,00	0,00
	200 0000	EDUCAÇÃO	10.594.900,00	10.594.900,00	5.002.427,45
	1714.50.0.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - QSE	8.761.300,00	8.761.300,00	4.539.894,16
	1714.51.0.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGR	58.000,00	58.000,00	23.500,00
	1714.53.0.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES DO FNDE - PNATE	1.775.600,00	1.775.600,00	439.033,29
APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
01	TESOURO		488.800,00	488.800,00	32.222,09
	221 0000	ENS.FUNDAMENTAL-REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	488.800,00	488.800,00	32.222,09
	1321.02.0.1.04.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - EDUCAÇÃO 25%	488.800,00	488.800,00	32.222,09
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		18.500,00	18.500,00	6.349,54
	282 0000	RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	13.400,00	13.400,00	2.919,84
	1321.02.0.1.06.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - QSE	13.400,00	13.400,00	2.919,84
	285 0000	RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNA	1.000,00	1.000,00	0,00
	1321.02.0.1.08.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PNAE	1.000,00	1.000,00	0,00
	288 0000	RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOL	700,00	700,00	474,22
	1321.02.0.1.09.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PNATE	700,00	700,00	474,22
	296 0000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - ENSINO FUNDAME	3.400,00	3.400,00	2.955,48
	1321.02.0.1.10.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - OUTRAS TRANSF	3.400,00	3.400,00	2.955,48
SUBTOTAL DE RECEITAS VINCULADAS (EXCETO FUNDEB):			11.950.900,00	11.950.900,00	5.040.999,08

FUNDEB

Fonte Rec.	Código Aplicação	Receita	Previsão Inicial do Exercício	Previsão Atual. do Exercício	Arrecadação até o Período
TRANSFERÊNCIAS					
02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		61.545.900,00	61.545.900,00	28.401.051,43
	260 0000	EDUCAÇÃO-FUNDEB	61.545.900,00	61.545.900,00	28.401.051,43
	1751.50.0.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	61.545.900,00	61.545.900,00	28.401.051,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		242.600,00	242.600,00	57.461,24
	263 0000	EDUCAÇÃO-FUNDEB-REMUNERAÇÃO DE APLIC. FINANCEIRAS	242.600,00	242.600,00	57.461,24
	1321.02.0.1.05.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - FUNDEB	242.600,00	242.600,00	57.461,24
SUBTOTAL DE FUNDEB:			61.788.500,00	61.788.500,00	28.458.512,67
TOTAL:			73.739.400,00	73.739.400,00	33.499.511,75

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIÚNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023

Página: 1/9

GCASPP

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Função: 12 - EDUCAÇÃO - SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	420.000,00	1.924.500,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00
31909400 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
33503900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00
33504100 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	44.400,00	0,00	0,00	0,00
33901400 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.510.000,00	4.237.700,00	0,00	0,00	0,00
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	300.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.303.540,00	5.729.540,00	0,00	0,00	0,00
33904600 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	2.800.000,00	2.795.000,00	0,00	0,00	0,00
33904900 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.100.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	3.510.000,00	4.410.000,00	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300.000,00	239.000,00	0,00	0,00	0,00
45906100 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Cd. Aplicação: 220.0000 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	14.168.002,85	8.171.125,11	6.124.270,72
Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	4.684,49	4.684,49	4.024,58
33503999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	43.400,00	43.400,00	0,00
33903001 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	0,00	52.157,86	48.737,79	40.945,27
33903004 - GÁS ENGARRAFADO	0,00	0,00	169.625,00	114.885,00	114.885,00
33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	4.368,00	2.244,00	2.244,00
33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	1.476.296,01	1.454.307,81	1.378.806,60
33903022 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	0,00	357.261,13	324.862,13	79.546,11
33903024 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	27.830,45	9.523,88	9.523,88
33903026 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	3.778,00	3.739,00	3.739,00
33903039 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	18.700,00	18.700,00	0,00
33903042 - FERRAMENTAS	0,00	0,00	1.534,35	0,00	0,00
33903060 - MATERIAL DIDÁTICO	0,00	0,00	2.048.919,17	1.344.635,56	659.542,50
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	54.406,82	25.110,84	25.110,84
33903699 - OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	6.226,08	6.226,08	6.226,08
33903910 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	144.000,00	108.000,00	90.000,00
33903916 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00
33903919 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	34.992,35	32.045,15	32.045,15
33903943 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	153.764,97	153.764,97	153.764,97



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUÑA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 2/9

GCASPP

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

33903944 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	96.775,33	96.775,33	96.775,33	0,00
33903948 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	0,00	27.990,99	27.990,99	27.990,99	0,00
33903958 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0,00	0,00	27.999,72	27.999,72	27.999,72	0,00
33903974 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	0,00	0,00	3.133.190,82	2.200.365,66	1.598.691,22	0,00
33903978 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	83.350,00	0,00	0,00	0,00
33904601 - INDENIZAÇÃO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	1.451.980,00	1.451.980,00	1.451.780,00	0,00
33904901 - INDENIZAÇÃO AUXÍLIO TRANSPORTE	0,00	0,00	517.800,00	291.186,50	258.054,50	0,00
44905199 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	4.186.387,16	346.006,41	89.465,97	0,00
44905234 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0,00	0,00	4.728,80	4.728,80	0,00	0,00
44905238 - MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	0,00	0,00	6.630,35	0,00	0,00	0,00
44905242 - MOBILIÁRIO EM GERAL	0,00	0,00	28.125,00	28.125,00	0,00	0,00

Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNTOS ESTADUAIS-VINCULADOS

Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	48.108.500,00	46.008.500,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.400.000,00	13.000.000,00	0,00	0,00	0,00
31909400 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
33901400 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
33904700 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
45906100 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

Cd. Aplicação: 261.0000 - EDUCACAO - FUNDEB - MAGISTERIO

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	21.308.523,98	21.308.523,98	17.549.849,03
31901102 - FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA	0,00	0,00	5.965,06	5.965,06	4.276,83
31901110 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	0,00	0,00	788,40	788,40	524,40
31901131 - GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO DE CARGO	0,00	0,00	62.908,09	62.908,09	48.791,25
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	685.624,52	685.624,52	569.337,16
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	836.244,50	836.244,50	719.613,26
31901144 - FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO	0,00	0,00	3.120,02	3.120,02	3.120,02
31901145 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	27.424,74	27.424,74	23.472,33
31901199 - OUTRAS DESPESAS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	66.882,74	66.882,74	65.393,58
31901301 - FGTS	0,00	0,00	1.664.984,79	1.664.984,79	1.369.277,23
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	4.583.215,59	4.583.215,59	3.770.150,32



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIÚNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 3/9

GCASPP

CONTABILIDADE
DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

31901399 - OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS

6.699,94

Cd. Aplicação: 262.0000 - EDUCACAO - FUNDEB - OUTROS

3.378.765,52

Classificação Econômica

31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS
31901102 - FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA
31901110 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO
31901143 - 13º SALÁRIO
31901145 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL
31901301 - FGTS
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS

Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
0,00	0,00	2.800.856,67	2.800.856,67	2.345.983,03
0,00	0,00	190,04	190,04	190,04
0,00	0,00	1.569,60	1.569,60	1.305,60
0,00	0,00	249.959,45	249.959,45	208.357,93
0,00	0,00	130.947,63	130.947,63	109.079,24
0,00	0,00	5.020,39	5.020,39	3.287,39
0,00	0,00	233.630,46	233.630,46	195.183,85
0,00	0,00	616.716,09	616.716,09	515.378,44

Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

0,00

Cd. Aplicação: 000.0000 -

0,00

Classificação Econômica

33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
4.363.400,00	3.268.400,00	0,00	0,00	0,00
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

2187



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 4/9

GCASPP

CONTABILIDADE
DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 364 - ENSINO SUPERIOR

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica

33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00
	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00
	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIÚNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 5/9

CONTABILIDADE
DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

GCASPP

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 365 - EDUCACAO INFANTIL

Fte. Recurso: 01 - TESOUREO

Cd. Aplicação: 000.0000 -

13.711.500,00 11.617.835,42 7.042.274,24 3.206.940,50 2.594.792,82
13.470.000,00 11.376.335,42 6.892.274,24 3.102.665,09 2.490.517,41
13.470.000,00 11.376.335,42 0,00 0,00 0,00

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00	831.000,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	80.000,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00
33901400 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	820.000,00	1.844.000,00	0,00	0,00	0,00
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.600.000,00	4.435.800,00	0,00	0,00	0,00
33904600 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
33904900 - AUXÍLIO TRANSPORTE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	7.300.000,00	3.622.535,42	0,00	0,00	0,00
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	210.000,00	211.000,00	0,00	0,00	0,00
44906100 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00

Cd. Aplicação: 210.0000 - EDUCACAO INFANTIL

0,00 0,00 6.892.274,24 3.102.665,09 2.490.517,41

Classificação Econômica

Classificação Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
31901101 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	190.691,95	190.691,95	154.272,08
31901102 - FÉRIAS CONVERTIDAS EM PECÚNIA	0,00	0,00	380,09	380,09	380,09
31901107 - ABONO DE PERMANÊNCIA	0,00	0,00	6.730,68	6.730,68	5.608,90
31901110 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	0,00	0,00	7.848,00	7.848,00	6.528,00
31901137 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	0,00	0,00	8.362,54	8.362,54	6.125,35
31901143 - 13º SALÁRIO	0,00	0,00	10.978,10	10.978,10	9.281,50
31901145 - FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	2.852,71	2.852,71	1.721,66
31901301 - FGTS	0,00	0,00	16.386,33	16.386,33	13.111,45
31901302 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	38.948,88	38.948,88	30.940,16
33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	765.335,00	765.335,00	765.335,00
33903024 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	32.617,70	12.144,50	12.144,50
33903026 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	118,00	118,00	118,00
33903060 - MATERIAL DIDÁTICO	0,00	0,00	1.030.506,59	649.347,56	344.002,94
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	142.002,69	72.281,64	72.281,64
33903901 - ASSINATURAS DE PERÍODICOS E ANUIDADES	0,00	0,00	15.584,40	0,00	0,00
33903916 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	26.150,00	26.150,00	26.150,00
33903943 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	27.315,18	27.315,18	27.315,18
33903944 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	29.168,60	29.168,60	29.168,60
33903958 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0,00	0,00	2.193,86	2.193,86	2.193,86
33903974 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	0,00	0,00	2.086.514,68	800.921,65	593.015,08
33903978 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	161.774,40	40.443,60	13.481,20
33903999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	3.191,00	3.191,00	3.191,00



PRE. EITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBILINA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 6/9

GCASPP

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Despesas Orcamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

44905199 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	2.283.245,86	387.498,22	370.774,22
44905234 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0,00	0,00	3.377,00	3.377,00	3.377,00
Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS					
Cd. Aplicação: 000.0000 -					
Classificação Econômica					
31900400 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica

44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	170.000,00	170.000,00	150.000,00	104.275,41	104.275,41
44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00
Cd. Aplicação: 210.0000 - EDUCACAO INFANTIL					
Classificação Econômica					
44905199 - OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	150.000,00	104.275,41	104.275,41

Fte. Recurso: 08 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica

44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00
	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00
Cd. Aplicação: 000.0000 -					
Classificação Econômica					
44905100 - OBRAS E INSTALAÇÕES	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00

2190



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS
SECRETARIA DE FINANÇAS

GCASPP

CONTABILIDADE

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Exercício: 2023
Página: 7/9

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica

31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

	Dotação Inicial	Dotação Atual	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
30.000,00	30.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00
30.000,00	30.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00
30.000,00	30.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00

191



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIU'
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

DESPESAS COM EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

Exercício: 2023
Página: 8/9

GCASP

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Sub-Função: 367 - EDUCACAO ESPECIAL

Fte. Recurso: 01 - TESOURO

Cd. Aplicação: 000.0000 -

	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
	95.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00

Classificação Econômica

31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica

31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

31901300 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Fte. Recurso: 08 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

Cd. Aplicação: 000.0000 -

Classificação Econômica

33504300 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
	25.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
	25.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga
	25.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00

8192

Despesas Orçamentárias com Recursos Próprios, Vinculados, FUNDEF e FUNDEB do Exercício e de Exercícios Anteriores

Função: 12 - EDUCAÇÃO - SUBFUNÇÕES ATÍPICAS DE EDUCAÇÃO									
Sub-Função: 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO									
Fte. Recurso: 01 - TESOURO									
Cd. Aplicação: 000.0000 -									
Classificação Econômica									
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga				
33903600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	600.000,00	555.600,00	0,00	0,00	0,00				
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00				
33909300 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	120.000,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00				
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00				
Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS									
Cd. Aplicação: 000.0000 -									
Classificação Econômica									
33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga				
	6.060.000,00	5.440.000,00	3.062.411,87	1.803.223,90	1.140.487,46				
	6.060.000,00	5.440.000,00	0,00	0,00	0,00				
Cd. Aplicação: 200.0003 - FNDE/PDDE									
Classificação Econômica									
33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atual.	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Desp. Paga				
	0,00	0,00	3.062.411,87	1.803.223,90	1.140.487,46				
				1.803.223,90	1.140.487,46				
TOTAL:									
	103.631.940,00	102.176.475,42	57.563.961,66	46.472.562,21	37.368.821,87				

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09

193



PREFETURA ESTANCIA TURISTICA DE IBITU
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 1 / 2

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

GCASP

A) MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

Código	Descrição Aplicação/Varição	Banco	Agência	Conta	Descrição da Conta	Saldo Ex. Ant.	VI. Entradas	VI. Saídas	Saldo Atual
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA									
DISPONIBILIDADES									
Bancos									
200 0000	- EDUCACAO	001	00825 - 0	130113 - 6	EDUCAÇÃO 25%	4.197.595,46	49.526.883,18	50.640.352,84	3.084.125,80
200 0000	- EDUCACAO	001	00825 - 0	21856 - 1	MERENDA ESCOLAR FEDERAL	158.524,64	14.594.262,70	14.690.518,06	62.269,28
200 0000	- EDUCACAO	001	00825 - 0	36305 - 7	PM IBITUANA - PAR	831,15	536.402,30	537.000,00	233,45
200 0000	- EDUCACAO	001	00825 - 0	42847 - 7	INFRA. ESCOLAR EQUIP. MOB.	0,00	23.748,60	23.748,60	0,00
200 0000	- EDUCACAO	001	00825 - 0	00600672002 - 0	SALÁRIO EDUCAÇÃO	258.468,05	3.977,50	262.445,55	0,00
200 0000	- EDUCACAO	104	00800 - 0	00600672002 - 0	PNATE	1.024,84	4.542.814,00	4.542.000,00	1.838,84
200 0004	- PNATE	001	00825 - 0	13857 - 6	PNATE	438,27	439.522,07	439.014,56	945,78
200 0010	- FNDE/PDDE	001	00825 - 0	23897 - X	FNDE PDDE	53.199,80	26.455,48	0,00	79.655,28
200 0010	- FNDE/PDDE	001	00825 - 0	33640 - 8	BRASIL CARINHOSO - EDUC	5.986,65	307,87	0,00	6.294,52
200 0078	- TRANSF. PAC2 2014	001	00825 - 0	36071 - 6	CONSTRUÇÃO CRECHE DO BAIF	908,85	46,74	0,00	955,59
200 0078	- TRANSF. PAC2 2014	001	00825 - 0	36072 - 4	CONSTRUÇÃO DA CRECHE DO I	78,90	106.660,21	0,00	106.739,11
210 0000	- EDUCACAO INFANTIL	001	00825 - 0	47537 - 8	LEI 2575 CONSTRUÇÃO CRECHI	0,00	782.296,27	0,00	782.296,27
220 0006	- FNDE - SIGEF	001	00825 - 0	37180 - 7	FNDE - PROGRAMA CAMINHO C	315.534,08	4.855,66	320.389,74	0,00
260 0000	- EDUCACAO - FUNDEB	001	00825 - 0	38615 - 4	SME - FUNDEB	3.402.600,23	28.465.533,78	29.825.236,33	2.042.897,68

TOTAL:

4.197.595,46

49.526.883,18

50.640.352,84

3.084.125,80

B) MOVIMENTAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

Código	Descrição Aplicação/Varição	Saldo Exercício	VI. Entradas	VI. Saídas	Saldo Atual
DO EXERCÍCIO					
Fte. Recurso: 01 - TESOURO					
200 0000	- EDUCACAO	-16.862.668,65	66.271.665,21	65.585.624,30	-16.176.627,74
210 0000	- EDUCACAO INFANTIL	-16.862.668,65	1.480.769,11	1.577.024,47	-16.958.924,01
212 0000	- EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	0,00	30.151.321,72	29.369.025,45	782.296,27
220 0000	- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
221 0000	- ENSINO FUNDAMENTAL - REMUNERACAO APLIC.FINANCEIRAS	0,00	34.607.352,29	34.607.352,29	0,00
240 0000	- EDUCACAO ESPECIAL	0,00	32.222,09	32.222,09	0,00
Fte. Recurso: 02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS					
200 0003	- FNDE/PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
200 0009	- QSE SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
260 0000	- EDUCACAO - FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
261 0000	- EDUCACAO - FUNDEB - MAGISTERIO	0,00	28.401.051,43	29.760.753,98	-1.359.702,55
262 0000	- EDUCACAO - FUNDEB - OUTROS	0,00	84.885.188,72	84.885.188,72	0,00
263 0000	- EDUCACAO-FUNDEB-REMUNERACAO DE APLIC. FINANCEIRAS	0,00	11.466.605,42	11.466.605,42	0,00
TOTAL:					
		-16.862.668,65	202.771.139,37	203.884.609,03	-17.976.138,31
		-16.862.668,65	66.271.665,21	65.585.624,30	-16.176.627,74
		-16.862.668,65	1.480.769,11	1.577.024,47	-16.958.924,01
		0,00	30.151.321,72	29.369.025,45	782.296,27
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	34.607.352,29	34.607.352,29	0,00
		0,00	32.222,09	32.222,09	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	124.810.306,81	126.170.009,36	-1.359.702,55
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	28.401.051,43	29.760.753,98	-1.359.702,55
		0,00	84.885.188,72	84.885.188,72	0,00
		0,00	11.466.605,42	11.466.605,42	0,00
		0,00	57.461,24	57.461,24	0,00

194



PREFETURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 2/ 2

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

GCASPP Fte. Recurso: 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

200 0000 - EDUCACAO	0,00	11.689.167,35	12.128.975,37	-439.808,02
200 0002 - PNATE	0,00	5.002.427,45	5.260.679,20	-258.251,75
200 0003 - FNDE/PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
200 0004 - PNATE	0,00	6.080.623,23	6.080.623,23	0,00
200 0008 - QUOTA PARTE SALARIO EDUCACAO - QSE	0,00	107.746,01	107.238,50	507,51
200 0009 - QSE SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
200 0010 - FNDE/PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
200 0078 - TRANSF. PAC2 2014	0,00	26.763,35	0,00	26.763,35
210 0000 - EDUCACAO INFANTIL	0,00	106.706,95	0,00	106.706,95
210 0001 - CONTRUÇÃO DE CRECHE PRO INFANCIA	0,00	358.550,82	358.550,82	0,00
220 0006 - FNDE - SIGEF	0,00	0,00	0,00	0,00
282 0000 - RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	315.534,08	-315.534,08
288 0000 - RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ES	0,00	2.919,84	2.919,84	0,00
296 0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - ENSINO FUND	0,00	474,22	474,22	0,00
	0,00	2.955,48	2.955,48	0,00

TOTAL:

-16.862.668,65 202.771.139,37 203.884.609,03 -17.976.138,31

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09

295



PRETURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE
APLICAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB - PERÍODO 2º TRIMESTRE

RECEITAS DO FUNDEB			RETENÇÕES AO FUNDEB		
	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período	Prev. Atualizada Para o Exercício	Retido Até o Período	
Receitas de Transferências	61.545.900,00	28.401.051,43	32.402.120,00	15.935.731,83	
Receitas de Aplic. Financeiras	242.600,00	57.461,24			
Total da Receita	61.788.500,00	28.458.512,67			
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS					
Total	61.788.500,00	28.458.512,67	28.401.051,43	15.935.731,83	
Profissionais da Educação (70%)	43.251.950,00	19.920.958,87		12.465.319,60	

APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB
ATÉ O PERÍODO

Transferências Recebidas	Retenções
28.401.051,43	15.935.731,83
Diferença (Recebido - Retido): (GANHO)	12.465.319,60

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB					
	Dotação Atualizada (para o Exercício)	Despesa Empenhada (até o Período)	Despesa Liquidada (até o Período)	Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor
DESPESAS TOTAIS					
TOTAL	62.746.900,00	101,55	33.291.272,70	116,98	27.509.270,87
Profissionais da Educação	59.058.500,00	95,58	29.252.382,37	102,79	24.130.505,35
Outras	3.688.400,00	5,97	4.038.890,33	14,19	3.378.765,52
DEDUÇÕES					
Profissionais da Educação					
Desp.c/Aposent.			0,00	0,00	0,00
Desp.c/Pensões			0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Inativos			0,00	0,00	0,00
Outras					
Desp.c/Aposent.			0,00	0,00	0,00
Desp.c/Pensões			0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Inativos			0,00	0,00	0,00

DESPESAS LÍQUIDAS					
TOTAL	33.291.272,70	116,98	33.291.272,70	116,98	27.509.270,87
Profissionais da Educação	29.252.382,37	102,79	29.252.382,37	102,79	24.130.505,35
Outras	4.038.890,33	14,19	4.038.890,33	14,19	3.378.765,52

2196



GCASPP

PRE. ITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

APLICAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB - PERÍODO 2º TRIMESTRE

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09

197



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIU
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023
Página: 1/2

GCASP

APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período
Próprios	79.095.400,00	40.871.375,34
Transferências da União	71.732.500,00	32.287.573,82
Transferências do Estado	96.984.700,00	47.391.091,79
Total	247.812.600,00	120.550.040,95
Retenções ao FUNDEB	32.402.120,00	15.935.731,83
Receitas Líquidas	215.410.480,00	104.614.309,12

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (25%)	61.953.150,00	30.137.510,24

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TOTAL	64.855.595,42	26,18	36.991.640,92	30,69	27.207.278,03	22,57	24.548.275,96	20,37
Ensino Fundamental	21.027.140,00	8,49	14.163.634,85	11,75	8.168.881,11	6,78	6.122.026,72	5,08
Educação Infantil	11.426.335,42	4,61	6.892.274,24	5,72	3.102.665,09	2,57	2.490.517,41	2,07
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções ao FUNDEB	32.402.120,00	13,08	15.935.731,83	13,22	15.935.731,83	13,22	15.935.731,83	13,22

DESPESAS TOTAIS

DEDUÇÕES

TOTAL	32.222,09	0,03	32.222,09	0,03	32.222,09	0,03	32.222,09	0,03
Ensino Fundamental	32.222,09	0,03	32.222,09	0,03	32.222,09	0,03	32.222,09	0,03
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO NO RETORNO

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL	36.959.418,83	30,66	27.175.055,94	22,54	24.516.053,87	20,34
Ensino Fundamental	14.131.412,76	11,72	8.136.659,02	6,75	6.089.804,63	5,07
Educação Infantil	6.892.274,24	5,72	3.102.665,09	2,57	2.490.517,41	2,07
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções ao FUNDEB	15.935.731,83	13,22	15.935.731,83	13,22	15.935.731,83	13,22

2198



PRELIMINAR ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO - PERÍODO 2º TRIMESTRE

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09

§ 209

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME
Aos 12 dias do mês de Dezembro
de 2023, procedemos ao encerramento
deste volume nº I do processo
nº _____ contendo 200 folhas,
abrindo-se em seguida o volume nº II

Servidor



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº: 1 / 2023

PROJETO DE:

Denúncia: 1 / 2023

Data de entrada: 11 de Dezembro de 2023

Autor: Mario Pires de Oliveira

AUTOR:

Ementa: Denúncia com pedido de averiguação de infração político administrativa do Prefeito Municipal que pode resultar na Cassação do Mandato, em decorrência da gestão e aplicação dos Recursos do Fundeb - Lei 14.113/2020 no Município de Ibiúna.

Despacho Inicial:

ASSUNTO:

VOLUME II

NORMA JURIDICA

201

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
TERMO DE ABERTURA DE VOLUME
Aos 12 dias do mês de Dezembro
de 2023, procedemos a abertura deste
volume nº II do processo nº _____
que inicia com a folha nº 201. Para
constar, eu (servidor) Marcos Amargo
(cargo servidor) Dirutor Geral
subscrevo e assino:

Servidor



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023

RECEITAS DE IMPOSTOS - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Página: 1/1

Base de Cálculo para Aplicação no Ensino

Discriminação	Previsão Inicial do Exercício	Previsão Atual do Exercício	Arrecadação até o Período
A) RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			
PRÓPRIOS	79.095.400,00	79.095.400,00	56.560.619,58
IMPOSTOS	71.016.900,00	71.016.900,00	48.228.903,31
1112.50.0.1.01.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	39.784.700,00	39.784.700,00	26.947.151,16
1112.53.0.1.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" - ITBI - PRINCIPAL	9.130.200,00	9.130.200,00	4.062.579,30
1113.03.1.1.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO -	6.559.300,00	6.559.300,00	6.307.135,39
1113.03.4.1.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS	72.700,00	72.700,00	266.383,85
1114.51.1.1.01.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN -	11.941.200,00	11.941.200,00	7.863.680,81
1114.51.1.1.02.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - SIMPLES	3.528.800,00	3.528.800,00	2.781.972,80
DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	5.679.500,00	5.679.500,00	7.193.254,97
1112.50.0.3.00.00 - IMPOSTO PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	4.338.900,00	4.338.900,00	5.459.050,65
1112.53.0.3.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI - DÍVIDA ATIVA	16.500,00	16.500,00	4.145,37
1114.51.1.3.00.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA	1.324.100,00	1.324.100,00	1.730.058,95
JUROS E MULTA DE IMPOSTOS E DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	2.399.000,00	2.399.000,00	1.138.461,30
1112.50.0.2.00.00 - IMPOSTO PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	243.900,00	243.900,00	96.700,62
1112.50.0.4.00.00 - IMPOSTO PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA -	1.829.700,00	1.829.700,00	781.469,63
1112.53.0.2.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI - MULTAS E JUROS	500,00	500,00	16,46
1112.53.0.4.00.00 - IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI - DÍVIDA ATIVA -	19.100,00	19.100,00	3.294,79
1114.51.1.2.00.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E	94.600,00	94.600,00	87.779,18
1114.51.1.4.00.00 - IMPOSTO SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA	211.200,00	211.200,00	169.200,62
TRANSFERÊNCIAS	168.717.200,00	168.717.200,00	113.599.824,35
FEDERAIS	71.732.500,00	71.732.500,00	47.188.573,11
1711.51.1.1.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	64.922.800,00	64.922.800,00	43.892.299,96
1711.51.2.1.01.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO	6.706.600,00	6.706.600,00	646.522,88
1711.51.2.1.02.00 - COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO -	0,00	0,00	2.612.009,63
1711.52.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL	103.100,00	103.100,00	37.740,64
ESTADUAIS	96.984.700,00	96.984.700,00	66.411.251,24
1721.50.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS	81.438.800,00	81.438.800,00	49.716.714,14
1721.51.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA	15.054.500,00	15.054.500,00	16.417.998,48
1721.52.0.1.00.00 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	491.400,00	491.400,00	276.538,62
TOTAL DAS RECEITAS	247.812.600,00	247.812.600,00	170.160.443,93
B) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB*			
REDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS	32.402.120,00	32.402.120,00	22.068.256,48
FEDERAIS	13.005.180,00	13.005.180,00	8.786.007,78
9100.00.0.0.01.01 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - FPM	12.984.560,00	12.984.560,00	8.778.459,76
9100.00.0.0.01.02 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - ITR	20.620,00	20.620,00	7.548,02
ESTADUAIS	19.396.940,00	19.396.940,00	13.282.248,70
9100.00.0.0.02.01 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - ICMS	16.287.760,00	16.287.760,00	9.943.342,63
9100.00.0.0.02.02 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - IPVA	3.010.900,00	3.010.900,00	3.283.598,43
9100.00.0.0.02.03 - (-) DEDUÇÕES DE RECEITAS DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	98.280,00	98.280,00	55.307,64
TOTAL LÍQUIDO	215.410.480,00	215.410.480,00	148.092.187,45

IBIUNA, 23 de Outubro de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA

SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

GCASPP

RECEITAS VINCULADAS DE EDUCAÇÃO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

Exercício: 2023

Página: 1/1

RECEITAS VINCULADAS (EXCETO FUNDEB)

Fonte Rec.	Código Aplicação	Receita	Previsão Inicial do Exercício	Previsão Atual. do Exercício	Arrecadação até o Período
05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			11.443.600,00	11.443.600,00	7.622.284,49
	110 0000 - GERAL		848.700,00	848.700,00	0,00
	1714.52.0.1.01.00	- TRANSFERÊNCIAS REFERENTES DO FNDE - PNAE	848.700,00	848.700,00	0,00
	200 0000 - EDUCACAO		10.594.900,00	10.594.900,00	7.622.284,49
	1714.50.0.1.00.00	- TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - QSE	8.761.300,00	8.761.300,00	6.629.635,53
	1714.51.0.1.00.00	- TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGR	58.000,00	58.000,00	23.500,00
	1714.53.0.1.00.00	- TRANSFERÊNCIAS REFERENTES DO FNDE - PNATE	1.775.600,00	1.775.600,00	969.148,96
APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
01 - TESOURO			488.800,00	488.800,00	34.000,92
	221 0000 - ENS.FUNDAMENTAL-REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		488.800,00	488.800,00	34.000,92
	1321.02.0.1.04.00	- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - EDUCAÇÃO 25%	488.800,00	488.800,00	34.000,92
05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			18.500,00	18.500,00	7.836,36
	282 0000 - RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL		13.400,00	13.400,00	3.530,22
	1321.02.0.1.06.00	- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - QSE	13.400,00	13.400,00	3.530,22
	285 0000 - RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNA		1.000,00	1.000,00	0,00
	1321.02.0.1.08.00	- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PNAE	1.000,00	1.000,00	0,00
	288 0000 - RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOI		700,00	700,00	799,92
	1321.02.0.1.09.00	- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PNATE	700,00	700,00	799,92
	296 0000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE - ENSINO FUNDAME		3.400,00	3.400,00	3.506,22
	1321.02.0.1.10.00	- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - OUTRAS TRANSF	3.400,00	3.400,00	3.506,22
SUBTOTAL DE RECEITAS VINCULADAS (EXCETO FUNDEB):			11.950.900,00	11.950.900,00	7.664.121,77

FUNDEB

Fonte Rec.	Código Aplicação	Receita	Previsão Inicial do Exercício	Previsão Atual. do Exercício	Arrecadação até o Período
TRANSFERÊNCIAS					
02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS			61.545.900,00	61.545.900,00	40.794.214,48
	260 0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB		61.545.900,00	61.545.900,00	40.794.214,48
	1751.50.0.1.00.00	- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	61.545.900,00	61.545.900,00	40.794.214,48
APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
02 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS			242.600,00	242.600,00	71.288,53
	263 0000 - EDUCAÇÃO-FUNDEB-REMUNERAÇÃO DE APLIC. FINANCEIRAS		242.600,00	242.600,00	71.288,53
	1321.02.0.1.05.00	- REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - FUNDEB	242.600,00	242.600,00	71.288,53
SUBTOTAL DE FUNDEB:			61.788.500,00	61.788.500,00	40.865.503,01
TOTAL:			73.739.400,00	73.739.400,00	48.529.624,78

IBIUNA, 23 de Outubro de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09



PREFETURA ESTANCIA TURISTICA DE IBUIARA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Exercício: 2023
Página: 1/2

GCASPP

APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período
Próprios	79.095.400,00	56.560.619,58
Transferências da União	71.732.500,00	47.188.573,11
Transferências do Estado	96.984.700,00	66.411.251,24
Total	247.812.600,00	170.160.443,93
Retenções ao FUNDEB	32.402.120,00	22.068.256,48
Receitas Líquidas	215.410.480,00	148.092.187,45

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (25%)	61.953.150,00	42.540.110,98

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TOTAL	64.272.928,75	25,94	47.334.899,08	27,82	44.545.602,87	26,18	34.562.295,90	20,32
Ensino Fundamental	20.242.140,00	8,17	16.907.603,31	9,94	15.750.994,67	9,26	8.892.349,29	5,23
Educação Infantil	11.628.668,75	4,69	8.359.039,29	4,91	6.726.351,72	3,95	3.601.690,13	2,12
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções ao FUNDEB	32.402.120,00	13,08	22.068.256,48	12,97	22.068.256,48	12,97	22.068.256,48	12,97

DESPESAS TOTAIS

DEDUÇÕES

TOTAL	34.000,92	0,02	34.000,92	0,02	34.000,92	0,02	34.000,92	0,02
Ensino Fundamental	34.000,92	0,02	34.000,92	0,02	34.000,92	0,02	34.000,92	0,02
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO NO RETORNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL	47.300.898,16	27,80	44.511.601,95	26,16	34.528.294,98	20,30
Ensino Fundamental	16.873.602,39	9,92	15.716.993,75	9,24	8.858.348,37	5,21
Educação Infantil	8.359.039,29	4,91	6.726.351,72	3,95	3.601.690,13	2,12
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções ao FUNDEB	22.068.256,48	12,97	22.068.256,48	12,97	22.068.256,48	12,97

[Handwritten signature]



GCASPP

PREFETURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIÚNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO - PERÍODO 3º TRIMESTRE

IBIÚNA, 23 de Outubro de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0

PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

ROSA CLAUDIA BELLO DE OLIVEIRA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CPF 272.565.928-09

Ros

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO
MUNICÍPIO DE IBIUNA**

Rob

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regido Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, reestruturado pela Lei Municipal nº 2391 de 31 de Março de 2021, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Ibiúna.

Art. 2º- Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I- Elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único, do art. 31, da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020 que necessariamente acompanharão a futura prestação de contas do Município;

II-Supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III- Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA;

IV- Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V- Receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV, do caput deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

VI-Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII- Atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta Lei.

Art. 3º- O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente para dar suporte à suas manifestações:

I- Apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;



II- Convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal da Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III- Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - Realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim;

d) elaborar parecer das prestações de contas a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta Lei;

e) supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos;

f) acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.

V - Os conselhos atuarão com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

VI - Os conselhos não contarão com estrutura administrativa própria, e incumbirá ao Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e à composição do respectivo conselho.

VII - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal, dos órgãos de controle e fiscalização e da Comunidade.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 4º- Os conselhos regulados por legislação específica, editada no respectivo âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

I – Membros titulares:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica do município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§ 2º Os membros dos conselhos previstos no caput e no § 1º deste artigo, observados os impedimentos dispostos no § 5º deste artigo e de acordo com o §2º do artigo 34 da Lei Federal do Fundeb, serão indicados, da seguinte forma:

I - Nos casos das representações dos órgãos municipais e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;

II - Nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III- Nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV- Nos casos de organizações da sociedade civil, serão indicados pelas respectivas entidades.

§ 3º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

I - São pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - Desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

III- Devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

IV- Desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V- Não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 4º Indicados os conselheiros, na forma dos incisos I, II, III e IV do § 2º deste artigo, o Ministério da Educação designará os integrantes do conselho previsto no inciso I do caput deste artigo, e o Poder Executivo competente designará os integrantes dos conselhos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo.

§ 5º São impedidos de integrar os conselhos a que se refere o caput deste artigo:

I - Titulares dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III - Estudantes que não sejam emancipados;

IV - Pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito dos Poderes Executivos em que atuam os respectivos conselhos.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Das reuniões

Art. 5º - As sessões do Conselho serão ordinárias e extraordinárias. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 6º - As reuniões ordinárias e extraordinárias terão duração de 2 horas e 30 minutos.

§ 1º. As reuniões serão realizadas em primeira convocação com a presença da maioria simples, ou em segunda convocação, 30 minutos após, com os membros presentes;

§ 2º. As sessões serão presididas pelo presidente, que fará a condução dos trabalhos de acordo com a pauta, concederá a palavra aos conselheiros, intervirá nos debates sempre que necessário, velará pela ordem no recinto e resolverá soberanamente as questões de ordem;

§ 3º. As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas;

§ 4º. A sessão poderá ser prorrogada por decisão do plenário;

§ 5º. A sessão poderá ser suspensa por prazo certo, ou encerrada antes da hora regimental, no caso de se esgotar a pauta dos trabalhos ou por decisão do presidente, caso haja necessidade;

§ 6º. As reuniões serão abertas à comunidade em geral, como ouvinte, sendo possível o uso da palavra mediante inscrição prévia em tempo regimental de 3 minutos;

§ 7º. Caso a questão de ordem levantada não possa ser solucionada de imediato, poderá o presidente adiar a sua resolução para a próxima sessão;

§ 8º. As reuniões poderão utilizar as novas tecnologias para o fornecimento de informações e o controle e a participação social por meios digitais (reuniões remotas), a ser definida pelo (a) presidente(a).

Seção II

Da ordem dos trabalhos e das discussões

Art. 7º - As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

I. Comunicação da Presidência;

II. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;

IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;

V. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião,

VI. Uso da palavra pela comunidade externa, mediante inscrição prévia e limite de tempo, definidos neste regimento.

Seção III

Das decisões e votações

Art. 8º - As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

Art. 9º - Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 10 - As decisões do Conselho serão registradas na ata.

Art. 11 - Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º. Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º. A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

§ 3º. Na ausência do membro titular, o conselheiro suplente presente terá direito a voz e voto.

Seção IV

Da presidência e sua competência

Art. 12 - O presidente dos conselhos previstos no caput deste artigo será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito Municipal.

Parágrafo Único. O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 13 - Compete ao Presidente do Conselho:

I. Administrar o Conselho e representá-lo em juízo e fora dele;

II. Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III. Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

IV. Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;

V. Dirimir as questões de ordem;

VI. Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;

VII. Indicar secretário titular e suplente dentre os membros do conselho e submeter à aprovação do Conselho;

VIII. Aprovar “ad referendum” do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;

IX. Enviar anualmente às autoridades competentes o relatório das atividades do Conselho.

Art. 14 - Compete ao vice-presidente do Conselho:

I. Substituir o presidente em seus impedimentos;

II. Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do Conselho;

Art. 15 - Compete ao Secretário:

I. Secretariar as sessões plenárias do Conselho;

II. Lavrar as atas das sessões e proceder suas leituras,

III. Responsabilizar-se pela organização e arquivamento das documentações.

Seção V

Dos membros do Conselho e suas competências

Art. 16 - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB, será de acordo com a Lei Municipal nº 2391 de 31 de março de 2021 e conforme disposto no art. 34 da Lei federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

§ 1º - Cabe aos conselheiros agir com sigilo e discrição sobre os fatos discutidos em suas reuniões.

§ 2º A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:

I - não é remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III- assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV- veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

§ 3º Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 4º O mandato dos membros dos conselhos do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

§ 5º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 6º Perderá o mandato o conselheiro que faltar a 04 (quatro) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) intercaladas durante o ano. Nesses casos haverá substituição pelo seu suplente e na inexistência deste, nova indicação para o segmento, de acordo com as prerrogativas legais.

§ 7º O município de Ibiúna disponibilizará em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, bem como espaço destinado no Diário Oficial, incluídos:

I - Nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - Correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - Atas de reuniões;

IV - Relatórios e pareceres;

V - Outros documentos produzidos pelo conselho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 18 - Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 19 - Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 20 - O Conselho, sempre que julgar conveniente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o(a) Secretário(a) de Educação Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do FUNDEB, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

Art. 21 - Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

Art. 22 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria simples de seus membros presentes.

Art. 23 - Este Regimento Interno é aprovado com base no artigo 17 da Lei Municipal 2391 de 31 de Março de 2021 e entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibiúna, 27 de Junho de 2023.

Mário Pires de Oliveira Filho – Presidente

Renan Aranha da Silva – Secretário

Nerli dos Santos Soares

Sebastião Latarulo

Claudia de Camargo Prestes de Andrade

Paulo Dias do Carmo

Fabiana Cardoso de Oliveira

Ronaldo Aparecido Oliveira

Edson Luiz Soares

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO			
Identificação da Transferência			
Programa	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR	Transferência:	PNATE
Entidade:	PREF MUN DE IBIUNA	CNPJ:	46.634.531/0001-37
Município/UF:	São Paulo IBIUNA	Ano referência:	2022

Acompanhamento da Gestão	Prejuízos Financeiros	Resultado	Conselheiros
--------------------------	-----------------------	-----------	--------------

1) O CACS tem local e equipamentos para o seu funcionamento?

Não

☐ São disponibilizados veículo e combustível para deslocamento de Conselheiros quando necessário?

Não

3) São disponibilizados documentos e informações suficientes para desenvolver as atividades de acompanhamento e análise das contas do PNATE?

Sim

4) O CACS realiza alguma verificação nas rotas ou percursos e nos veículos do transporte escolar?

Sim

5) O CACS tem conhecimento se o município realiza fiscalização ou controle periódico do serviço de transporte escolar ofertado?

Não

6) Foi oferecido transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural dessa entidade executora?

Sim

7) O CACS realiza acompanhamento da execução do PNATE (verificação de veículos, rotas etc.) durante o período letivo, inclusive da aplicação dos recursos junto à EEx, com qual periodicidade?

Trimestral

8) A população contata esse CACS para reclamar/denunciar/elogiar/sugerir sobre o transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural desse município?

Sim

1) Para certificar-se da autenticidade deste documento, acesse o endereço virtual abaixo:
<http://www.fnde.gov.br/autenticidade/>

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO			
Identificação da Transferência			
Programa	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR	Transferência:	PNATE
Entidade:	PREF MUN DE IBIUNA	CNPJ:	46.634.531/0001-37
Município/UF:	São Paulo IBIUNA	Ano referência:	2022

Acompanhamento da Gestão	Prejuízos Financeiros	Resultado	Conselheiros
--------------------------	-----------------------	-----------	--------------

9) Qual a frequência que o CACS se reúne para avaliar a execução do transporte escolar?

Trimestral

10) Os veículos destinados ao transporte escolar transportam outras pessoas (caronas) além dos estudantes da educação básica?

Não

11) Os veículos do transporte escolar circulam com número de estudantes além da sua capacidade, ou seja, em pé por falta de assento?

Sim

12) Os veículos mantidos com recursos transferidos à conta do PNATE atendem às determinações (Habilitação do motorista; condições do veículo etc.) do Código de Trânsito Brasileiro / Normas da Autoridade Marítima?

Sim

Data: 05/06/2023

Hora: 15:13



a22882e00e60e24fc35f8e678babb319

1) Para certificar-se da autenticidade deste documento, acesse o endereço virtual abaixo:
<http://www.fnade.gov.br/autenticidade/>

217

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO			
Identificação da Transferência			
Programa	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO	Transferência:	PNATE
Entidade:	ESCOLAR		
	PREF MUN DE IBIUNA	CNPJ:	46.634.531/0001-37
Município/UF:	São Paulo IBIUNA	Ano referência:	2022

Acompanhamento da Gestão	Prejuízos Financeiros	Resultado	Conselheiros
--------------------------	-----------------------	-----------	--------------

Houve algum prejuízo financeiro ?

NÃO

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO			
Identificação da Transferência			
Programa	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO	Transferência:	PNATE
Entidade:	ESCOLAR		
	PREF MUN DE IBIUNA	CNPJ:	46.634.531/0001-37
Município/UF:	São Paulo IBIUNA	Ano referência:	2022

Acompanhamento da Gestão	Prejuízos Financeiros	Resultado	Conselheiros
--------------------------	-----------------------	-----------	--------------

Considerando o exposto na Resolução que rege o PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR(CACS), o Conselho de Acompanhamento e Controle Social(CACS), após análise da execução dos recursos repassados a(o) PREF MUN DE IBIUNA para atendimento do PNATE, posiciona-se pela seguinte conclusão:

***Conclusão**

Aprovada com ressalva

***Data do parecer**

05/06/2023

ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO			
Identificação da Transferência			
Programa	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR	Transferência:	PNATE
Entidade:	PREF MUN DE IBIUNA	CNPJ:	46.634.531/0001-37
Município/UF:	São Paulo IBIUNA	Ano referência:	2022

Acompanhamento da Gestão	Prejuízos Financeiros	Resultado	Conselheiros
--------------------------	-----------------------	-----------	--------------

***Mandato**

26/02/2009(em vigência)

	Conselheiro	Segmento
<input type="checkbox"/>	EMERSON PEREIRA DA SILVA	Poder Executivo Municipal
<input type="checkbox"/>	RIVIA CANDIDA BATISTA DE MELO	Poder Executivo Municipal
<input type="checkbox"/>	GENECI LIMA DE OLIVEIRA	Professores da Educação Básica
<input type="checkbox"/>	MILIANA PEREIRA DE SOUZA	Professores da Educação Básica
<input type="checkbox"/>	Gleiby Marques Ribeiro Menezes	Servidores Técnico-
<input type="checkbox"/>	VALNIR RIBEIRO DOS SANTOS	Servidores Técnico-
<input type="checkbox"/>	JOABY RODRIGUES OLIVEIRA FROIS	Estudantes da Educação Básica
<input type="checkbox"/>	DIVINA ETERNA CLAUDIO	Estudantes da Educação Básica
<input type="checkbox"/>	JOSE PEREIRA DE SOUZA	Conselho Tutelar
<input type="checkbox"/>	ELIVANE ATAIDE DE CARVALHO	Conselho Tutelar
<input type="checkbox"/>	JULIANA VELOSO DE SOUZA	Pais de Alunos da Educação
<input type="checkbox"/>	EDUARDO MACHADO DA FONSECA	Pais de Alunos da Educação
<input type="checkbox"/>	Lilian Daiane Araujo Veloso	Conselho Municipal de Educação
<input type="checkbox"/>	GILVANIA FERREIRA TRINDADE ARAUJO	Conselho Municipal de Educação
<input type="checkbox"/>	MAURA SOARES CAMARGO	Poder Executivo Municipal -
<input type="checkbox"/>	ANTONIO VIEIRA	Poder Executivo Municipal -
<input type="checkbox"/>	PAULA MATOS PRAXEDES	Estudantes da educação básica
<input checked="" type="checkbox"/>	MARCELO BERNARDES MACHADO	Estudantes da educação básica
<input type="checkbox"/>	ZILVA SOARES DA SILVA MENDES	Diretores das Escolas Básicas
<input type="checkbox"/>	NIUZA MARIA DA ROCHA	Diretores das Escolas Básicas



PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

Exercício: 2023

Página: 1/4

RREO - ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Período de Ref.: 01/01/2023 a 30/06/2023 - 3º Bimestre (Maio/Junho)

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

CAMPO	RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1	RECEITA DE IMPOSTOS	79.095.400,00	40.871.375,34
1.1	Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	46.197.200,00	26.137.692,24
1.2	Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	9.166.300,00	2.399.543,22
1.3	Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	17.099.900,00	8.115.648,20
1.4	Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.632.000,00	4.218.491,68
2	RECEITA DE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	168.717.200,00	79.678.665,61
2.1	Cota-Parte FPM	71.629.400,00	32.274.449,92
2.1.1	Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	64.922.800,00	32.274.449,92
2.1.2	Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	6.706.600,00	0,00
2.2	Cota-Parte ICMS	81.438.800,00	32.781.016,00
2.3	Cota-Parte IPI - Exportação	491.400,00	182.926,79
2.4	Cota-Parte ITR	103.100,00	13.123,90
2.5	Cota-Parte IPVA	15.054.500,00	14.427.149,00
2.6	Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7	Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3	TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	247.812.600,00	120.550.040,95
4	TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	32.402.120,00	15.935.731,83
5	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	29.551.030,00	14.201.777,12

FUNDEB

CAMPO	RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6	RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	61.788.500,00	28.458.512,67
6.1	FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	61.788.500,00	28.458.512,67
6.1.1	Principal	61.545.900,00	28.401.051,43
6.1.2	Rendimentos de Aplicação Financeira	242.600,00	57.461,24
6.1.3	Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2	FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1	Principal	0,00	0,00
6.2.2	Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3	Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3	FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1	Principal	0,00	0,00
6.3.2	Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3	Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4	FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1	Principal	0,00	0,00
6.4.2	Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3	Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7	RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	29.143.780,00	12.465.319,60
CAMPO	RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8	TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00
8.1	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00
8.2	SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9	TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		28.458.512,67



GCASPP

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTABILIDADE

Exercício: 2023

Página: 2/4

RREO - ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Período de Ref.: 01/01/2023 a 30/06/2023 - 3º Bimestre (Maio/Junho)

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA EMPENHADA Até o Bimestre (d)	DESPESA LIQUIDADADA Até o Bimestre (e)	DESPESA PAGA Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESSADOS (g)
10	TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	59.288.500,00	33.291.272,70	33.291.272,70	27.509.270,87	0,00
10.1	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	49.878.500,00	29.252.382,37	29.252.382,37	24.130.505,35	0,00
10.1.1	Educação Infantil	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2	Ensino Fundamental	49.828.500,00	29.252.382,37	29.252.382,37	24.130.505,35	0,00
10.1.3	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2	Educação Especial	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2	Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2	OUTRAS DESPESAS	9.410.000,00	4.038.890,33	4.038.890,33	3.378.765,52	0,00
10.2.1	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2	Ensino Fundamental	9.410.000,00	4.038.890,33	4.038.890,33	3.378.765,52	0,00
10.2.3	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5	Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6	Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

CAMPO	DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESA EMPENHADA Até o Bimestre (d)	DESPESA LIQUIDADADA Até o Bimestre (e)	DESPESA PAGA Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESS. (Sem Disp.Caixa) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11	TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	33.291.272,70	33.291.272,70	27.509.270,87	0,00	0,00	0,00
11.1	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	33.291.272,70	33.291.272,70	27.509.270,87	0,00	0,00	4.832.760,03
11.2	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	29.252.382,37	29.252.382,37	24.130.505,35	0,00	0,00	0,00
13	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, Inciso XI e § 3º - Constituição Federal (2)	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VL. CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	PERCENTUAL APLICADO (m)
15 Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	19.920.958,87	29.252.382,37	29.252.382,37	102,79
16 Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	0,00	0,00
17 Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00

CAMPO	INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) (3)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VL. NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VL NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁX. PERMITIDO (q)	PERCENTUAL NÃO APLICADO (r)
18	Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.845.851,27	-4.832.760,03	0,00	0,00	0,00

CAMPO	INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) (3)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERC. ANT. (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLIC. ATÉ O 1º QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O 1º QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19	Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2	Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



GCASPP

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

RREO - ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Período de Ref.: 01/01/2023 a 30/06/2023 - 3º Bimestre (Maio/Junho)

Exercício: 2023

Página: 3/4

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA EMPENHADA Até o Bimestre (d)	DESPESA LIQUIDADADA Até o Bimestre (e)	DESPESA PAGA Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESSADOS (g)
20	TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	32.453.475,42	21.055.909,09	11.271.546,20	8.612.544,13	0,00
20.1	Educação Infantil	11.376.335,42	6.892.274,24	3.102.665,09	2.490.517,41	0,00
20.2	Ensino Fundamental	21.004.140,00	14.163.634,85	8.168.881,11	6.122.026,72	0,00
20.3	Educação de Jovens e Adultos	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4	Educação Especial	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5	Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6	Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA EMPENHADA Até o Bimestre (d)	DESPESA LIQUIDADADA Até o Bimestre (e)	DESPESA PAGA Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESSADOS (g)
21	TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	91.911.975,42	54.497.181,79	44.667.094,31	36.226.090,41	0,00
1	EDUCAÇÃO INFANTIL	11.576.335,42	7.042.274,24	3.206.940,50	2.594.792,82	0,00
21.1.1	Creche	11.576.335,42	7.042.274,24	3.206.940,50	2.594.792,82	0,00
21.1.2	Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2	ENSINO FUNDAMENTAL	80.335.640,00	47.454.907,55	41.460.153,81	33.631.297,59	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22	TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	11.271.546,20
23	TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	15.935.731,83
24	(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	0,00
26	(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27	(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	4.728,00
28	TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	27.202.550,03

CAMPO	APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (2 e 5)	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	PERCENTUAL APLICADO (y)
29	APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	30.137.508,95	27.202.550,03	22,57

CAMPO	R.P. INSCRITOS EM EXERC. ANTERIORES COM DISP. FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS E DO FUNDEB (8)	SALDO INICIAL (ac)	R.P. LIQUIDADOS (ad)	R.P. PAGOS (ae)	R.P. CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30	RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	17.540.609,99	1.345.219,11	11.477.427,64	4.728,00	6.058.454,35
30.1	Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	14.578.762,47	1.345.219,11	9.238.011,17	4.728,00	5.336.023,30
30.2	Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	2.961.847,52	0,00	2.239.416,47	0,00	722.431,05
30.3	Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

CAMPO	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31	TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	18.500,00	6.349,54
31.1	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	18.500,00	6.349,54
31.1.1	Salário-Educação	13.400,00	2.919,84
31.1.2	PDDE	0,00	0,00
31.1.3	PNAE	1.000,00	0,00
31.1.4	PNATE	700,00	474,22
31.1.5	Outras Transferências do FNDE	3.400,00	2.955,48
31.2	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3	RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4	RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5	OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00



GCASPP

PREFEITURA ESTANCIA TURISTICA DE IBIUNA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CONTABILIDADE

Exercício: 2023

Página: 4/4

RREO - ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Período de Ref.: 01/01/2023 a 30/06/2023 - 3º Bimestre (Maio/Junho)

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CAMPO	EDAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAME (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA EMPENHADA Até o Bimestre (d)	DESPESA LIQUIDADADA Até o Bimestre (e)	DESPESA PAGA Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESSADOS (g)
32	TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	10.434.500,00	3.911.404,90	2.536.789,84	1.820.894,90	0,00
32.1	Educação Infantil	211.500,00	150.000,00	104.275,41	104.275,41	0,00
32.2	Ensino Fundamental	3.288.400,00	4.368,00	2.244,00	2.244,00	0,00
32.3	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4	Ensino Superior	450.000,00	335.095,00	335.095,00	332.215,00	0,00
32.5	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7	Educação Especial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8	Outras	6.469.600,00	3.421.941,90	2.095.175,43	1.382.160,49	0,00

CAMPO	TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA EMPENHADA Até o Bimestre (d)	DESPESA LIQUIDADADA Até o Bimestre (e)	DESPESA PAGA Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM R.P. NÃO PROCESSADOS (g)
33	TOTAL GERAL - DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10+20+32)	102.176.475,42	58.258.586,69	47.099.608,74	37.942.709,90	0,00
33.1	Despesas Correntes	93.390.440,00	51.596.092,52	46.225.597,90	37.374.817,30	0,00
33.1.1	Pessoal Ativo	62.661.000,00	33.579.136,47	33.579.136,47	27.741.264,64	0,00
33.1.2	Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3	Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	105.400,00	43.400,00	43.400,00	0,00	0,00
33.1.4	Outras Despesas Correntes	30.624.040,00	17.973.556,05	12.603.061,43	9.633.552,66	0,00
33.2	Despesas de Capital	8.786.035,42	6.662.494,17	874.010,84	567.892,60	0,00
33.2.1	Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2	Outras Despesas de Capital	8.786.035,42	6.662.494,17	874.010,84	567.892,60	0,00

CAMPO	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		0,00
35	(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)		2.919,84
36	(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário e Restos a Pagar)		0,00
37	(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		2.919,84
38	(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00
39	(-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00
40	(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		2.919,84

FONTE: Sistema GCASPP, Unidade Responsável SECRETARIA DE FINANÇAS, Data de Emissão 14/07/2023 e Hora da Emissão 09:51:19

IBIUNA, 14 de Julho de 2023.

AGENOR PEREIRA DE CAMARGO
SECRETARIO DE PLAN. E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CRC 1SP118800/O-0PAULO KENJI SASAKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 122.549.228-90

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 1º Bimestre/2023

R\$ 1,00

<u>RECEITAS DO FUNDEB</u>	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	11.203.717,85
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	11.181.934,92
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	21.782,93
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	21.782,93
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00
<u>DESPESAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.959.111,13
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	8.359.111,13
2.2 - 365 - Ensino Infantil	600.000,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	600.000,00
3 - Outras Despesas	1.394.275,46
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	1.394.275,46
3.1.1 - Corrente	1.394.275,46
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital

3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)

3.2.2.1 - Corrente

3.2.2.2 - Capital

0,00

0,00

0,00

4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)

10.353.386,59

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	<u>DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)</u>	<u>CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)</u>	<u>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)</u>	<u>DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)</u>
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	8.959.111,13	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.353.386,59	0,00	0,00	0,00
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	10.353.386,59	0,00	0,00	0,00

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	7.842.602,50
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	8.959.111,13

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)	1.120.371,78
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	850.331,26

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))] \times 100\%$	79,97
16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	7,59

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	0,00
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	11.203.717,85
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.139.922,65
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.063.795,20
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	6.063.795,20

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 2º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	18.815.073,95
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	18.772.899,12
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	42.174,83
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	42.174,83
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESA LIQUIDADADA/
EMPENHADA

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	18.987.478,34
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	18.287.478,34
2.2 - 365 - Ensino Infantil	700.000,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	700.000,00
3 - Outras Despesas	2.717.381,18
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	2.717.381,18
3.1.1 - Corrente	2.717.381,18
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	21.704.859,52

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	<u>DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)</u>	<u>CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)</u>	<u>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)</u>	<u>DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)</u>
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	18.987.478,34	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.704.859,52	0,00	0,00	2.889.785,57
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	21.704.859,52	0,00	0,00	2.889.785,57

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	13.170.551,76
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	18.987.478,34

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)	1.881.507,40
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) \times 100\%]$	100,92
16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10.363.408,96
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	18.815.073,95
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	16.082.622,97
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	13.095.859,94
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	13.095.859,94

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 3º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	28.458.512,67
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	28.401.051,43
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	57.461,24
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	57.461,24
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	29.252.382,37
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	29.252.382,37
2.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	4.038.890,33
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	4.038.890,33
3.1.1 - Corrente	4.038.890,33
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	33.291.272,70

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	29.252.382,37	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	33.291.272,70	0,00	0,00	4.832.760,03
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	33.291.272,70	0,00	0,00	4.832.760,03

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB**Valor****11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica**

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	19.920.958,87
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	29.252.382,37

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)	2.845.851,27
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	0,00

INDICADORES DO FUNDEB**PERCENTUAL**

15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) \times 100\%]$	102,79
16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**FUNDEB**

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10.363.408,96
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	28.458.512,67
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	27.509.270,87
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	11.312.650,76
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	11.312.650,76

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 4º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	36.769.624,97
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	36.701.300,66
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	68.324,31
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	68.324,31
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

**DESPESA LIQUIDADADA/
EMPENHADA**

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	39.555.140,57
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	39.555.140,57
2.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	5.360.762,14
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	5.360.762,14
3.1.1 - Corrente	5.360.762,14
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	44.915.902,71

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	<u>DESPESA LIQUIDADA/ EMPENHADA (a)</u>	<u>CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)</u>	<u>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)</u>	<u>DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)</u>
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	39.555.140,57	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	44.915.902,71	0,00	0,00	8.146.277,74
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	44.915.902,71	0,00	0,00	8.146.277,74

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB**Valor****11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica**

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	25.738.737,48
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	39.555.140,57

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)	3.676.962,50
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	0,00

INDICADORES DO FUNDEB**PERCENTUAL**

15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) \times 100\%]$	107,58
16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**FUNDEB**

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10.363.408,96
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	36.769.624,97
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	38.820.570,48
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	8.312.463,45
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	8.312.463,45

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 5º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	45.680.246,99
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	45.606.798,06
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	73.448,93
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	73.448,93
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESA LIQUIDADADA/
EMPENHADA

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	42.389.117,00
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	42.389.117,00
2.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	6.690.252,77
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	6.690.252,77
3.1.1 - Corrente	6.690.252,77
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital

3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)

3.2.2.1 - Corrente

3.2.2.2 - Capital

0,00

0,00

0,00

4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)

49.079.369,77

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	42.389.117,00	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	49.079.369,77	0,00	0,00	3.399.122,78
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	49.079.369,77	0,00	0,00	3.399.122,78

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	31.976.172,89
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	42.389.117,00

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)	4.568.024,70
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))] \times 100\%$	92,80
12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10.363.408,96
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	45.680.246,99
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	46.249.510,38
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	9.794.145,57
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	9.794.145,57

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 1º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	11.203.717,85
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	11.181.934,92
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	21.782,93
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	21.782,93
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

**DESPESA LIQUIDADADA/
EMPENHADA**

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.959.111,13
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	8.359.111,13
2.2 - 365 - Ensino Infantil	600.000,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	600.000,00
3 - Outras Despesas	1.394.275,46
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	1.394.275,46
3.1.1 - Corrente	1.394.275,46
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	10.353.386,59

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	8.959.111,13	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.353.386,59	0,00	0,00	0,00
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	10.353.386,59	0,00	0,00	0,00

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	7.842.602,50
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	8.959.111,13

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)	1.120.371,78
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	850.331,26

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))] \times 100\%$	79,97
16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$	7,59

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	0,00
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	11.203.717,85
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.139.922,65
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.063.795,20
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	6.063.795,20

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 2º Bimestre/2023

R\$ 1,00

<u>RECEITAS DO FUNDEB</u>	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	18.815.073,95
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	18.772.899,12
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	42.174,83
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	42.174,83
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00
<u>DESPESAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	18.987.478,34
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	18.287.478,34
2.2 - 365 - Ensino Infantil	700.000,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	700.000,00
3 - Outras Despesas	2.717.381,18
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	2.717.381,18
3.1.1 - Corrente	2.717.381,18
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital

0,00

3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)

0,00

3.2.2.1 - Corrente

0,00

3.2.2.2 - Capital

0,00

4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)

21.704.859,52

2243

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	<u>DESPESA LIQUIDADA/ EMPENHADA (a)</u>	<u>CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)</u>	<u>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)</u>	<u>DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)</u>
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	18.987.478,34	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.704.859,52	0,00	0,00	2.889.785,57
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	21.704.859,52	0,00	0,00	2.889.785,57

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))

13.170.551,76

11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]

18.987.478,34

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]

0,00

12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]

0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]

0,00

13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]

0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)

1.881.507,40

14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]

0,00

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica [(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) x 100%]

100,92

16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil [(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) X 100%]

0,00

17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital [(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3) X 100%]

0,00

18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício [(14.2 / 1) x 100%]

0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

10.363.408,96

20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)

18.815.073,95

21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)

16.082.622,97

22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE

13.095.859,94

23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)

0,00

24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)

0,00

25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)

13.095.859,94

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

 QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 3º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	28.458.512,67
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	28.401.051,43
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	57.461,24
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	57.461,24
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

 DESPESA LIQUIDADA/
EMPENHADA

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	29.252.382,37
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	29.252.382,37
2.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	4.038.890,33
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	4.038.890,33
3.1.1 - Corrente	4.038.890,33
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital

3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)

3.2.2.1 - Corrente

3.2.2.2 - Capital

0,00

0,00

0,00

4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)

33.291.272,70

246

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	29.252.382,37	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	33.291.272,70	0,00	0,00	4.832.760,03
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	33.291.272,70	0,00	0,00	4.832.760,03

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB**Valor****11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica**

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))

19.920.958,87

11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]

29.252.382,37

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]

0,00

12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]

0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]

0,00

13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]

0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)

2.845.851,27

14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]

0,00

INDICADORES DO FUNDEB**PERCENTUAL**15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) \times 100\%]$ **102,79**16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$ **0,00**17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$ **0,00**18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$ **0,00****CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA****FUNDEB**

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

10.363.408,96

20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)

28.458.512,67

21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)

27.509.270,87

22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE

11.312.650,76

23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)

0,00

24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)

0,00

25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)

11.312.650,76

Fonte: Balanço do Município.**Nota:** As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB._____
Contador/CRC_____
Prefeito Municipal**Nota de esclarecimento:** XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 4º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	36.769.624,97
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	36.701.300,66
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	68.324,31
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	68.324,31
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESA LIQUIDADADA/
EMPENHADA

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	39.555.140,57
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	39.555.140,57
2.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	5.360.762,14
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	5.360.762,14
3.1.1 - Corrente	5.360.762,14
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital

3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)

3.2.2.1 - Corrente

3.2.2.2 - Capital

0,00

0,00

0,00

4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)

44.915.902,71

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	39.555.140,57	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	44.915.902,71	0,00	0,00	8.146.277,74
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	44.915.902,71	0,00	0,00	8.146.277,74

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) 25.738.737,48

11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)] 39.555.140,57

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)] 0,00

12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)] 0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)] 0,00

13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)] 0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1) 3.676.962,50

14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0] 0,00

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica [(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) x 100%] 107,58

16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil [(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) X 100%] 0,00

17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital [(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3) X 100%] 0,00

18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício [(14.2 / 1) x 100%] 0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 10.363.408,96

20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário) 36.769.624,97

21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar) 38.820.570,48

22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE 8.312.463,45

23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS) 0,00

24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS) 0,00

25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário) 8.312.463,45

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA - SP

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 5º Bimestre/2023

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB

RECEITA REALIZADA

1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	45.680.246,99
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	45.606.798,06
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	73.448,93
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	73.448,93
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00

DESPESAS DO FUNDEB

**DESPESA LIQUIDADADA/
EMPENHADA**

2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	42.389.117,00
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	42.389.117,00
2.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
2.2.1 - Creche	0,00
2.2.2 - Pré-Escola	0,00
3 - Outras Despesas	6.690.252,77
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	6.690.252,77
3.1.1 - Corrente	6.690.252,77
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	0,00
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	0,00
3.2.1.1 - Corrente	0,00

3.2.1.2 - Capital

3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)

3.2.2.1 - Corrente

3.2.2.2 - Capital

0,00

0,00

0,00

4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)

49.079.369,77

<u>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB</u>	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	42.389.117,00	0,00	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	49.079.369,77	0,00	0,00	3.399.122,78
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	49.079.369,77	0,00	0,00	3.399.122,78

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB

Valor

11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))

31.976.172,89

11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]

42.389.117,00

12- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil

12.1 - Exigido [50% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]

0,00

12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]

0,00

13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital

13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]

0,00

13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]

0,00

14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício

14.1 - Exigido (10% de 1)

4.568.024,70

14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]

0,00

INDICADORES DO FUNDEB

PERCENTUAL

1- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica $[(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) \times 100\%]$

92,80

16- Proporção de 50% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Educação Infantil $[(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3))] \times 100\%$

0,00

17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital $[(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) \times 100\%]$

0,00

18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício $[(14.2 / 1) \times 100\%]$

0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

FUNDEB

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

10.363.408,96

20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)

45.680.246,99

21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)

46.249.510,38

22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE

9.794.145,57

23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)

0,00

(-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)

0,00

25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)

9.794.145,57

Fonte: Balanço do Município.

Nota: As despesas com aposentadorias e pensões (inativos) não foram computados no cálculo do Demonstrativo do FUNDEB.

Contador/CRC_____
Prefeito Municipal

Nota de esclarecimento: XX

1. The first part of the paper is devoted to a discussion of the

main results of the paper.



258

[Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

11/12/2023

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

08:38:20

IBIUNA - SP

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
03.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 39.498,89 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 31.484,71 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 472.437,97 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 157.321,82 C
	TOTAL:	R\$ 700.743,39 C
10.01.2023	ORIGEM ITR	R\$ 2.986,14 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 365.247,14 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 3.649,83 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 11.822,12 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 303.052,93 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 101.004,40 C
	ORIGEM FPE	R\$ 12.916,41 C
	ORIGEM FPM	R\$ 181.305,78 C
	TOTAL:	R\$ 981.984,75 C
17.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 803.906,76 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 5.944,96 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 389.555,76 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 129.679,56 C
	TOTAL:	R\$ 1.329.087,04 C
20.01.2023	ORIGEM ITR	R\$ 155,46 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 5.875,69 C
	ORIGEM FPE	R\$ 4.963,74 C
	ORIGEM FPM	R\$ 70.088,41 C
	TOTAL:	R\$ 81.083,30 C
24.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 694.585,00 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 8.121,06 C

	ORIGEM ICMS EST	R\$ 462.770,23 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 211.905,28 C
	TOTAL:	R\$ 1.377.381,57 C
30.01.2023	ORIGEM ITR	R\$ 167,18 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.204,94 C
	ORIGEM FPE	R\$ 11.525,29 C
	ORIGEM FPM	R\$ 163.637,70 C
	TOTAL:	R\$ 178.535,11 C
31.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 260.941,28 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 9.835,88 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.223.641,13 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 402.518,83 C
	TOTAL:	R\$ 1.896.937,12 C
07.02.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 93.590,26 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 19.158,20 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 273.247,70 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 90.846,60 C
	TOTAL:	R\$ 476.842,76 C
08.02.2023	ORIGEM ICMS EST	R\$ 177.299,69 C
10.02.2023	ORIGEM ITR	R\$ 1.950,05 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 11.333,04 C
	ORIGEM FPE	R\$ 29.097,78 C
	ORIGEM FPM	R\$ 418.600,27 C
	TOTAL:	R\$ 460.981,14 C
14.02.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 145.963,84 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 10.030,63 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 401.478,92 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 133.777,51 C
	TOTAL:	R\$ 691.250,90 C
17.02.2023	ORIGEM ITR	R\$ 189,85 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 2.059,60 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.795,23 C
	ORIGEM FPM	R\$ 40.296,68 C
	TOTAL:	R\$ 45.341,36 C
22.02.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 281.073,23 C

256

	ORIGEM ITCMD	R\$ 15.665,48 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 631.803,93 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 210.567,35 C
	TOTAL:	R\$ 1.139.109,99 C

Est

28.02.2023	ORIGEM ITR	R\$ 103,43 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 233.460,34 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 11.149,34 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 1.513,52 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 972.529,99 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 319.571,78 C
	ORIGEM FPE	R\$ 7.107,79 C
	ORIGEM FPM	R\$ 99.920,61 C
	TOTAL:	R\$ 1.645.356,80 C

TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 5.552,11 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 2.918.266,74 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 115.040,09 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 35.808,91 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 5.307.818,25 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 1.757.193,13 C
	ORIGEM FPE	R\$ 68.406,24 C
	ORIGEM FPM	R\$ 973.849,45 C

DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
CREDITO FUNDO	R\$ 11.181.934,92 C

TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO

DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
CREDITO BENEF.	R\$ 11.181.934,92 C



(<http://www.bb.com.br>)

258

[Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

11/12/2023

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

08:38:58

IBIUNA - SP

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
07.03.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 107.373,22 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 23.002,16 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 472.316,96 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 157.299,87 C
	TOTAL:	R\$ 759.992,21 C
10.03.2023	ORIGEM ITR	R\$ 847,05 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 12.782,75 C
	ORIGEM FPE	R\$ 12.319,55 C
	ORIGEM FPM	R\$ 175.178,61 C
	TOTAL:	R\$ 201.127,96 C
14.03.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 112.311,39 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 11.875,77 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 441.745,87 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 147.225,56 C
	TOTAL:	R\$ 713.158,59 C
20.03.2023	ORIGEM ITR	R\$ 173,67 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 2.569,42 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.718,28 C
	ORIGEM FPM	R\$ 38.615,85 C
	TOTAL:	R\$ 44.077,22 C
21.03.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 191.742,98 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 11.340,41 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 511.204,75 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 170.362,73 C
	TOTAL:	R\$ 884.650,87 C

28.03.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 207.736,92 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 15.404,74 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 999.979,32 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 328.903,06 C
	TOTAL:	R\$ 1.552.024,04 C
30.03.2023	ORIGEM ITR	R\$ 144,67 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.121,24 C
	ORIGEM FPE	R\$ 9.018,74 C
	ORIGEM FPM	R\$ 127.926,04 C
	TOTAL:	R\$ 140.210,69 C
04.04.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 70.882,18 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 20.821,39 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 390.301,60 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 130.077,49 C
	TOTAL:	R\$ 612.082,66 C
10.04.2023	ORIGEM ITR	R\$ 770,89 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 14.539,67 C
	ORIGEM FPE	R\$ 13.289,87 C
	ORIGEM FPM	R\$ 188.952,09 C
	TOTAL:	R\$ 217.552,52 C
11.04.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 68.177,56 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 13.864,04 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 464.190,35 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 154.614,12 C
	TOTAL:	R\$ 700.846,07 C
18.04.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 170.850,85 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 12.528,36 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 390.321,35 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 130.063,66 C
	TOTAL:	R\$ 703.764,22 C
20.04.2023	ORIGEM ITR	R\$ 123,91 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 2.292,10 C
	ORIGEM FPE	R\$ 3.423,44 C
	ORIGEM FPM	R\$ 48.511,75 C
	TOTAL:	R\$ 54.351,20 C
24.04.2023	ORIGEM ICMS EST	R\$ 132.701,74 C

259

	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 44.233,91 C
	TOTAL:	R\$ 176.935,65 C
25.04.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 158.173,68 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 11.252,83 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 370.385,12 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 123.416,80 C
	TOTAL:	R\$ 663.228,43 C
28.04.2023	ORIGEM ITR	R\$ 168,33 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 2.862,21 C
	ORIGEM FPE	R\$ 10.702,00 C
	ORIGEM FPM	R\$ 153.229,33 C
	TOTAL:	R\$ 166.961,87 C
TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 2.228,52 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 1.087.248,78 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 120.089,70 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 38.167,39 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 4.173.147,06 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 1.386.197,20 C
	ORIGEM FPE	R\$ 51.471,88 C
	ORIGEM FPM	R\$ 732.413,67 C
	DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
	CREDITO FUNDO	R\$ 7.590.964,20 C
TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO		
	DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
	CREDITO BENEF.	R\$ 7.590.964,20 C

260



(http://www.bb.com.br)

261

[Clique aqui para acessar o demonstrativo da execução financeira](#)

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

11/12/2023

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

08:39:28

IBIUNA - SP

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
03.05.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 121.613,63 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 20.248,64 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.289.590,95 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 425.010,67 C
	TOTAL:	R\$ 1.856.463,89 C
09.05.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 60.673,02 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 15.128,23 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 439.416,53 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 146.333,71 C
	TOTAL:	R\$ 661.551,49 C
10.05.2023	ORIGEM ITR	R\$ 775,74 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 12.122,67 C
	ORIGEM FPE	R\$ 18.103,26 C
	ORIGEM FPM	R\$ 255.801,00 C
	TOTAL:	R\$ 286.802,67 C
16.05.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 119.345,60 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 11.160,43 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 359.413,73 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 119.715,52 C
	TOTAL:	R\$ 609.635,28 C
19.05.2023	ORIGEM ITR	R\$ 175,27 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.429,20 C
	ORIGEM FPE	R\$ 3.480,39 C
	ORIGEM FPM	R\$ 50.538,83 C
	TOTAL:	R\$ 57.623,69 C

23.05.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 169.534,06 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 29.723,45 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 316.609,60 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 105.520,11 C
	TOTAL:	R\$ 621.387,22 C

30.05.2023	ORIGEM ITR	R\$ 396,19 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 136.235,83 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 14.397,36 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 2.158,11 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.192.118,98 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 392.770,75 C
	ORIGEM FPE	R\$ 9.049,64 C
	ORIGEM FPM	R\$ 127.928,95 C
	TOTAL:	R\$ 1.875.055,81 C

06.06.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 46.660,44 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 22.424,88 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 232.884,88 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 77.524,24 C
	TOTAL:	R\$ 379.494,44 C

09.06.2023	ORIGEM ITR	R\$ 914,90 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 14.956,50 C
	ORIGEM FPE	R\$ 12.536,74 C
	ORIGEM FPM	R\$ 178.059,40 C
	TOTAL:	R\$ 206.467,54 C

13.06.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 37.556,69 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 13.042,10 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 357.385,12 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 119.056,21 C
	TOTAL:	R\$ 527.040,12 C

20.06.2023	ORIGEM ITR	R\$ 613,76 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 40.372,44 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 10.052,32 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.756,32 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 543.397,91 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 181.118,26 C
	ORIGEM FPE	R\$ 7.250,79 C
	ORIGEM FPM	R\$ 102.852,97 C
	TOTAL:	R\$ 889.414,77 C

27.06.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 37.929,51 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 15.918,65 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.103.493,03 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 362.987,13 C
	TOTAL:	R\$ 1.520.328,32 C

30.06.2023	ORIGEM ITR	R\$ 224,09 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.371,07 C
	ORIGEM FPE	R\$ 8.710,96 C
	ORIGEM FPM	R\$ 124.580,95 C
	TOTAL:	R\$ 136.887,07 C

TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 3.099,95 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 769.921,22 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 152.096,06 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 39.793,87 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 5.834.310,73 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 1.930.036,60 C
	ORIGEM FPE	R\$ 59.131,78 C
	ORIGEM FPM	R\$ 839.762,10 C
	DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
	CREDITO FUNDO	R\$ 9.628.152,31 C

TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO

	DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
	CREDITO BENEF.	R\$ 9.628.152,31 C



(http://www.bb.com.br)

264

[Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

11/12/2023

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

08:39:55

IBIUNA - SP

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
04.07.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 40.947,35 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 21.511,92 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 468.441,72 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 156.114,93 C
	TOTAL:	R\$ 687.015,92 C
10.07.2023	ORIGEM ITR	R\$ 672,57 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 14.345,16 C
	ORIGEM FPE	R\$ 9.174,40 C
	ORIGEM FPM	R\$ 129.855,76 C
	TOTAL:	R\$ 154.047,89 C
11.07.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 47.191,33 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 15.411,35 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 579.197,30 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 192.883,96 C
	TOTAL:	R\$ 834.683,94 C
18.07.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 44.290,27 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 11.767,01 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 293.665,65 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 97.807,35 C
	TOTAL:	R\$ 447.530,28 C
20.07.2023	ORIGEM ITR	R\$ 88,96 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.811,37 C
	ORIGEM FPE	R\$ 3.220,45 C
	ORIGEM FPM	R\$ 46.061,32 C
	TOTAL:	R\$ 53.182,10 C

25.07.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 56.078,22 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 17.603,08 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.161.642,53 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 382.723,28 C
	TOTAL:	R\$ 1.618.047,11 C

2265

28.07.2023	ORIGEM ITR	R\$ 262,59 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 1.907,40 C
	ORIGEM FPE	R\$ 8.833,72 C
	ORIGEM FPM	R\$ 125.963,15 C
	TOTAL:	R\$ 136.966,86 C

01.08.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 39.310,54 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 18.223,97 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 445.192,09 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 148.365,92 C
	TOTAL:	R\$ 651.092,52 C

08.08.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 53.476,97 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 23.187,55 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 624.887,91 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 208.144,14 C
	TOTAL:	R\$ 909.696,57 C

10.08.2023	ORIGEM ITR	R\$ 750,72 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 12.938,83 C
	ORIGEM FPE	R\$ 13.878,92 C
	ORIGEM FPM	R\$ 197.382,20 C
	TOTAL:	R\$ 224.950,67 C

15.08.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 42.217,03 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 13.609,69 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 276.782,44 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 92.162,41 C
	TOTAL:	R\$ 424.771,57 C

18.08.2023	ORIGEM ITR	R\$ 242,79 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 3.112,01 C
	ORIGEM FPE	R\$ 3.127,43 C
	ORIGEM FPM	R\$ 45.028,77 C
	TOTAL:	R\$ 51.511,00 C

22.08.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 39.903,07 C
------------	-------------	-----------------

	ORIGEM ITCMD	R\$ 16.384,25 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 321.296,02 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 107.062,79 C
	TOTAL:	R\$ 484.646,13 C

266

29.08.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 56.117,89 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 26.044,15 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.072.771,27 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 353.488,59 C
	TOTAL:	R\$ 1.508.421,90 C

30.08.2023	ORIGEM ITR	R\$ 263,16 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 1.808,04 C
	ORIGEM FPE	R\$ 7.392,49 C
	ORIGEM FPM	R\$ 104.221,08 C
	TOTAL:	R\$ 113.684,77 C

TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 2.280,79 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 419.532,67 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 163.742,97 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 37.922,81 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 5.243.876,93 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 1.738.753,37 C
	ORIGEM FPE	R\$ 45.627,41 C
	ORIGEM FPM	R\$ 648.512,28 C
	DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
	CREDITO FUNDO	R\$ 8.300.249,23 C

TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO

DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
CREDITO BENEF.	R\$ 8.300.249,23 C



(http://www.bb.com.br)

Net

Clique aqui para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

11/12/2023

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

08:40:59

IBIUNA - SP

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.09.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 52.960,23 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 29.023,82 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 467.639,10 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 155.619,52 C
	TOTAL:	R\$ 705.242,67 C
08.09.2023	ORIGEM ITR	R\$ 1.944,05 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 14.921,10 C
	ORIGEM FPE	R\$ 8.963,14 C
	ORIGEM FPM	R\$ 127.221,32 C
	TOTAL:	R\$ 153.049,61 C
12.09.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 38.921,91 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 20.539,65 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 580.706,81 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 193.556,46 C
	TOTAL:	R\$ 833.724,83 C
19.09.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 41.986,55 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 13.908,42 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 237.828,60 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 79.179,33 C
	TOTAL:	R\$ 372.902,90 C
20.09.2023	ORIGEM ITR	R\$ 815,15 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 2.347,83 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.339,59 C
	ORIGEM FPM	R\$ 32.614,89 C
	TOTAL:	R\$ 38.117,46 C

26.09.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 50.938,55 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 21.071,17 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.380.380,74 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 454.857,71 C
	TOTAL:	R\$ 1.907.248,17 C

266

29.09.2023	ORIGEM ITR	R\$ 8.892,33 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 5.822,70 C
	ORIGEM FPE	R\$ 9.830,77 C
	ORIGEM FPM	R\$ 141.179,10 C
	IPI-EXP AJ	R\$ 350,73 D
	ITR AJUSTE	R\$ 28,02 D
	IPVA AJUSTE	R\$ 11.919,54 D
	ITCMD AJUSTE	R\$ 1.201,06 D
	ICMS AJUSTE	R\$ 46.440,81 D
	ICMS TRIB 19 AJ	R\$ 15.251,46 D
	FPE AJUSTE	R\$ 519,34 D
	FPM AJUSTE	R\$ 7.385,76 D
	TOTAL:	R\$ 82.628,18 C

03.10.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 42.032,54 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 25.224,84 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 419.755,23 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 139.886,76 C
	TOTAL:	R\$ 626.899,37 C

10.10.2023	ORIGEM ITR	R\$ 56.208,07 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 50.298,86 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 19.741,36 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 14.906,46 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 649.070,45 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 216.203,53 C
	ORIGEM FPE	R\$ 10.117,36 C
	ORIGEM FPM	R\$ 142.701,05 C
	TOTAL:	R\$ 1.159.247,14 C

17.10.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 33.729,91 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 17.556,78 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 271.322,18 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 90.406,62 C
	TOTAL:	R\$ 413.015,49 C

20.10.2023	ORIGEM ITR	R\$ 915,35 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 6.806,50 C

	ORIGEM FPE	R\$ 3.874,89 C
	ORIGEM FPM	R\$ 55.269,33 C
	TOTAL:	R\$ 66.866,07 C
24.10.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 34.050,76 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 13.243,32 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 421.133,36 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 140.347,69 C
	TOTAL:	R\$ 608.775,13 C
30.10.2023	ORIGEM ITR	R\$ 641,21 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 4.083,45 C
	ORIGEM FPE	R\$ 9.052,48 C
	ORIGEM FPM	R\$ 129.368,29 C
	TOTAL:	R\$ 143.145,43 C
31.10.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 36.667,93 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 20.490,52 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.307.057,04 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 430.419,46 C
	TOTAL:	R\$ 1.794.634,95 C
TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 69.416,16 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 381.587,24 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 180.799,88 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 48.888,04 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 5.734.893,51 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 1.900.477,08 C
	ORIGEM FPE	R\$ 44.178,23 C
	ORIGEM FPM	R\$ 628.353,98 C
	IPI-EXP AJ	R\$ 350,73 D
	ITR AJUSTE	R\$ 28,02 D
	IPVA AJUSTE	R\$ 11.919,54 D
	ITCMD AJUSTE	R\$ 1.201,06 D
	ICMS AJUSTE	R\$ 46.440,81 D
	ICMS TRIB 19 AJ	R\$ 15.251,46 D
	FPE AJUSTE	R\$ 519,34 D
	FPM AJUSTE	R\$ 7.385,76 D
	DEBITO FUNDO	R\$ 83.096,72 D
	CREDITO FUNDO	R\$ 8.988.594,12 C

TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO

DEBITO BENEF.

R\$ 83.096,72 D

CREDITO BENEF.

R\$ 8.988.594,12 C





(http://www.bb.com.br)

RFH

Clique aqui para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

11/12/2023

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

08:42:22

IBIUNA - SP

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
07.11.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 46.404,05 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 22.835,00 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 240.585,92 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 80.002,44 C
	TOTAL:	R\$ 389.827,41 C
10.11.2023	ORIGEM ITR	R\$ 5.723,91 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 12.472,58 C
	ORIGEM FPE	R\$ 17.683,23 C
	ORIGEM FPM	R\$ 252.993,95 C
	TOTAL:	R\$ 288.873,67 C
14.11.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 38.664,76 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 17.849,23 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 670.301,87 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 223.302,25 C
	TOTAL:	R\$ 950.118,11 C
20.11.2023	ORIGEM ITR	R\$ 409,49 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 4.401,98 C
	ORIGEM FPE	R\$ 3.791,66 C
	ORIGEM FPM	R\$ 54.882,54 C
	TOTAL:	R\$ 63.485,67 C
21.11.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 28.775,61 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 17.414,70 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 315.514,64 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 105.142,98 C
	TOTAL:	R\$ 466.847,93 C

28.11.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 30.810,52 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 18.372,05 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.168.514,23 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 383.960,72 C
	TOTAL:	R\$ 1.601.657,52 C

30.11.2023	ORIGEM ITR	R\$ 396,13 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 4.262,38 C
	ORIGEM FPE	R\$ 8.221,33 C
	ORIGEM FPM	R\$ 116.833,80 C
	TOTAL:	R\$ 129.713,64 C

05.12.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 47.386,70 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 60.659,91 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 486.230,69 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 161.773,20 C
	TOTAL:	R\$ 756.050,50 C

08.12.2023	ORIGEM ITR	R\$ 4.743,02 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 12.197,98 C
	ORIGEM FPE	R\$ 12.734,22 C
	ORIGEM FPM	R\$ 182.645,31 C
	TOTAL:	R\$ 212.320,53 C

TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 11.272,55 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 192.041,64 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 137.130,89 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 33.334,92 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 2.881.147,35 C
	ORIGEM ICMS-EST	R\$ 954.181,59 C
	ORIGEM FPE	R\$ 42.430,44 C
	ORIGEM FPM	R\$ 607.355,60 C

DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
CREDITO FUNDO	R\$ 4.858.894,98 C

TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO

DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
CREDITO BENEF.	R\$ 4.858.894,98 C



Mp Advocacia <mariopires.advocacia@gmail.com>

Ministério Público do Estado de São Paulo – Atendimento ao Cidadão e à Cidadã

1 mensagem

naoresponda@mpsp.mp.br <naoresponda@mpsp.mp.br>
Para: mariopires.advocacia@gmail.com

9 de dezembro de 2023 às 09:31

Atendimento ao Cidadão e à Cidadã

Olá mario pires de oliveira filho,

Agradecemos o seu contato. Informamos que sua manifestação foi recebida com sucesso.

Número do atendimento

0281.0000368/2023

Manifestação realizada em 09/12/2023 09:31

Dados de sua manifestação:

Quando ocorreu:

--

--

O que aconteceu?**Descrição da ocorrência:**

O CACS FUNDEB nao consegue obter respostas de ofícios e, portanto, nao consegue exercer adequadamente sua função.

O que espera da atuação da Promotoria do MPSP:

que as noticias no anexo sejam averiguadas .

Promotoria de Justiça:

Interesse cível coletivo / Promotoria de Justiça de Ibiúna

Endereço do ocorrido**Endereço**

av cap manoel de oliveira carvalho, 151, prefeitura. Ibiúna/SP.

CEP: 18150-000



Dados do Interessado

Nome

mario pires de oliveira filho

Como você gostaria de ser chamado?

Não informado

Data de nascimento

08/06/1977

Sexo / Gênero

Masculino

CPF

197.422.898-32

RG

289115280 - SP

Profissão

advogado

Endereço do Interessado

Endereço

av maria la farina milani, 671, sala 01 - centro. Ibiúna/SP. CEP:
18150-000

Contato do Interessado

Telefone

Celular (15) 99688-2429

E-mail

mariopires.advocacia@gmail.com

Anexos

representacao ministerio publico 0912.pdf (Documento 1 da
Manifestação.pdf)

10 ALUGUEL PREDIO SME COM RECIBO.pdf (Documento 2 da
Manifestação.pdf)

11 NOTA DE EMPENHO PARCIAL MURO ESCOLA CLELIA.pdf
(Documento 3 da Manifestação.pdf)

12 NOTAS DE EMPENHO WINTER GARDEM E ENGEZ.pdf
(Documento 4 da Manifestação.pdf)

13 ATAS DE 2023 DO CACS FUNDEB.pdf (Documento 5 da Manifestação.pdf)

14 PARECERES FUNDEB 2023.pdf (Documento 6 da Manifestação.pdf)

Despesas com Educação (1).pdf (Documento 7 da Manifestação.pdf)

siope 5 bim.pdf (Documento 8 da Manifestação.pdf)

R275



Promotorias de Justiça
Ministério Público do Estado de São Paulo
www.mpsp.mp.br

Não responda a esta mensagem. Este e-mail foi enviado a partir de uma caixa de correio eletrônico não monitorada.

- PÁGINA INICIAL
- FALE CONOSCO
- OUVIDORIA

1276

Protocolo #OVD0000030462

 **Editar**

Status: Aberto
Departamento: Ouvidoria
Data de Criação: 09/12/2023 09:13

Nome: Mario Filho
E-mail: marinhopires77@gmail.com
CPF/CNPJ: 19742289832

Identificação: Cidadão
Telefone: (15) 3248-3913
Município: ibiuna
Órgão/Entidade: CACS-FUNDEB

Assunto: REPRESENTACAO GESTAO FUNDEB
09/12/2023 09:13 mario filho

RAZOES EDOCUMENTOS NO ANEXO

MODELO DE REPRESENTACAO TCE.pdf(1,2 mb) 10 ALUGUEL PREDIO SME COM RECIBO.pdf(1,5 mb) 11 NOTA DE EMPENHO PARCIAL MURO ESCOLA CLELIA.pdf(296,9 kb) 12 NOTAS DE EMPENHO WINTER GARDEM E ENGEZ.pdf(4,3 mb) 13 ATAS DE 2023 DO CACS FUNDEB.pdf(5,1 mb) 14 PARECERES FUNDEB 2023.pdf(2,6 mb) OFICIO 13-2023.pdf(79,6 kb) OFICIO 14-2023.pdf(298 kb) DESPESAS FUNDEB.pdf(241,6 kb) Movimentação Financeira Fundeb.pdf(209,4 kb) APLICACAO RECURSOS.pdf(209,1 kb) siope 1 bim.pdf(81,4 kb) siope 2 bim.pdf(81,4 kb) siope 3 bim.pdf(81,3 kb) siope 4 bim.pdf(81,3 kb) siope 5 bim.pdf(81,3 kb) RelatorioGeral.pdf(22,1 kb)

09/12/2023 09:15 mario filho

O CACS FUNDEB nao vem conseguindo exercer seu papel de acompanhamento por atitudes omissas do poder executivo local

Por favor, aguarde!

Por favor aguarde... vai levar um segundo!



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000
Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266 - 3248-7228
www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

277


DESPACHO

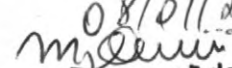
Foi protocolado nesta Câmara Municipal, na data de ontem (11/12/2023), uma representação de autoria do Sr. MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO, Presidente do CACS-FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação, na qual o mesmo pede **“instauração de procedimento para realizar a devida averiguação e penalização”** do Prefeito Municipal, **“podendo gerar a cassação de mandato”**.

Dessa forma, não resta claro se a **“averiguação”** pretendida deve dar ensejo à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração dos fatos relatados, nos termos do §6º do artigo 22, da Lei Orgânica Municipal e, cuja criação, se dá mediante o requerimento de 1/3 dos membros da Câmara Municipal, ou se deve ser desencadeado o processo de cassação do mandato conforme previsto no artigo 67 da Lei Orgânica Municipal.

Diante disso, solicito o encaminhamento da Representação ao Jurídico da Câmara Municipal para que opine acerca do procedimento a ser adotado.

Ibiúna, 12 de dezembro de 2023.


ANTÔNIO REGINALDO FIRMINO
PRESIDENTE

Ciente,
08/01/2024

Marcelo Ghissardi de Oliveira
Advogado
OAB/SP 240.159
Câmara Municipal de Ibiúna



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000

Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA – SP.

DENÚNCIA N.º 01/2023

AUTOR: MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO

REF.: Denúncia com pedido de cassação de mandato do Prefeito Municipal.

Trata-se de denúncia apresentada por munícipe, devidamente qualificado, na qual o mesmo, apresentando-se como presidente do CACS-FUNDEB (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) afirma que **“a atuação do referido conselho vem sendo prejudicada pela administração local que insiste em não fornecer as informações contábeis e suas justificativas de forma adequada”** (fls. 09), e que, **“O CASC-FUNDEB se sente impotente pois há ofícios e solicitações não respondidos, por isso, tudo nos leva a crer que há graves indícios de irregularidades na gestão do fundo.”** (fls. 12), passando a descrever 09 (nove) situações sobre as quais afirma haver **“indícios de irregularidades e ilegalidades”**.

Às fls. 27/28, o Autor da Denúncia tece considerações e afirma que representação seria encaminhada ao **“Poder Legislativo de Ibiúna para averiguar a possível infração POLÍTICO ADMINISTRATIVO do chefe do executivo**

Câmara Municipal da Estância
Turística de Ibiúna
Recebido em, 09/10/2024

Sec. Administrativa



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000

Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

capitulado no artigo 30, IV, 66 da Lei Orgânica do Município, podendo gerar a CASSAÇÃO DE MANDATO.”

O Autor da denúncia requer, ao final (fls. 28), a “instauração do procedimento para realizar a devida averiguação e penalização ao responsável na prática de infração POLÍTICO ADMINISTRATIVO do chefe do executivo capitulado no artigo 30, IV, 66 da Lei Orgânica do Município, com a consequente CASSAÇÃO DE MANDATO.”

A denúncia vem acompanhada de documentos (fls. 29/276).

Não há pedido de produção de provas formulado na denúncia.

Feito um breve resumo, passamos às considerações:

O processo de cassação de mandato do Prefeito, por infrações político-administrativas, tem seu rito estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, cujo conteúdo encontra-se reproduzido no art. 67 da Lei Orgânica Municipal e, em seu inciso I, assim dispõe:

Artigo 67 – [...]

I – a denúncia escrita da infração poderá se feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000

Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

processo, e só votará se necessário para complementar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante. (Grifo nosso)

Extrai-se da redação do dispositivo acima que o procedimento que visa a cassação do mandato de Prefeito deve obedecer a determinados requisitos relativos à peça acusatória, que deve, além de identificar condutas concretas e capitulá-las nos correspondentes tipos infracionais (infrações político-administrativas), indicar os meios pelos quais será provado o alegado, além de conter pedido determinado.

A denúncia ora em exame, foi formulada por eleitor, e contém pedido determinado de cassação de mandato, no entanto, conforme descrito pelo Denunciante, a crença na existência de possíveis irregularidades e ilegalidades, decorre da ausência de respostas à ofícios e solicitações encaminhados ao chefe do Executivo pelo CACS-FUNDEB, não havendo, salvo melhor juízo, indicação das respectivas provas, as quais, conforme se extrai da peça acusatória, dependeriam de um trabalho de averiguação a ser realizado pelo Poder Legislativo.

A autora Edilene Lôbo, em sua obra “Julgamento de Prefeitos e Vereadores” (Belo Horizonte, Del Rey, 2003) explica que “as denúncias serão consideradas ineptas, quando: não forem apresentadas por cidadão brasileiro; não descreverem fatos que tipifiquem infrações político-administrativas; **não apresentarem provas; e, na ausência delas, não justificarem a impossibilidade de exibi-las, nem indicarem o local onde possam ser encontradas**”.

Dessa forma, podemos concluir que a necessidade de averiguação prévia pelo Poder Legislativo, reiteradamente sugerida pelo Autor da



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000

Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Denúncia, acerca dos fatos sobre os quais recaem a crença sobre supostas irregularidades não são fundadas em provas existentes, mas decorrentes de suspeitas geradas com a ausência de respostas aos ofícios e solicitações encaminhados pelo CACS-FUNDEB ao Prefeito Municipal.

Não obstante o quanto acima apontado, a eventual inépcia da denúncia por ausência de provas deve decidida pelo Plenário da Câmara Municipal nos termos do inciso II do artigo 67 da LOM:

Artigo 67 – [...]

II – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

Dessa forma, tratando-se de denúncia escrita, assinada por eleitor, contendo pedido de cassação de mandato do Prefeito, deverá o Plenário da Câmara Municipal, na primeira Sessão Ordinária a ser realizada, ser consultado sobre o seu recebimento ou arquivamento sumário.

Cumpra esclarecer que a indicação das provas se faz necessária tendo em vista tratar-se o processo de cassação de um procedimento punitivo, ao passo que, reconhecendo-se a necessidade de investigações prévias para a obtenção das respectivas provas, os Vereadores possuem outros mecanismos tais



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000

Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

como, diligências, encaminhamento de Ofícios, Requerimentos, instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito, dentre outros.

Vale destacar que a questão envolvendo a eventual ausência de indicação das provas, que uma vez reconhecida levaria à conclusão pela inépcia da denúncia com seu possível arquivamento, não diminui a necessidade de apuração dos fatos narrados através dos competentes procedimentos investigatórios.

Por todo o exposto, opino no sentido de que, nos termos do artigo 67, II, seja a denúncia lida e consultado o Plenário da Câmara Municipal sobre o seu recebimento.

Opino ainda pela retificação da capa do processo N.º 01/2023, para constar como autor da Denúncia o Sr. Dr. MARIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO.

É, s. m. j. o que tínhamos a manifestar.

Ibiúna, 09 de janeiro de 2024.

Marcelo Ghissardi de Oliveira

OAB/SP 240.159



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967.

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

DECRETA:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII - Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII - Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX - Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X - Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI - Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII - Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII - Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

XVI – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XVII – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XVIII – deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

XIX – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei 10.028, de 2000)

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

~~V - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara, a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral.~~

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral; (Redação dada pela Lei nº 11.966, de 2009).

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 6º Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral.

II - Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.

III - Incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

Parágrafo único. A extinção do mandato independe de deliberação do plenário e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo Presidente e sua inserção em ata.

Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

- I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
- II - Fixar residência fora do Município;
- III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

§ 1º O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 5º deste decreto-lei.

~~§ 2º O Presidente da Câmara poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do substituído. (Revogado pela Lei nº 9.504, de 1997).~~

Art. 8º Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

~~III - Deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas, ou a três sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para a apreciação de matéria urgente;~~

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; ou, ainda, deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos. (Redação dada pela Lei nº 6.793, de 13.06.1980)

IV - Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências no parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omissor nas custas do processo e honorários de advogado que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

§ 3º O disposto no item III não se aplicará às sessões extraordinárias que forem convocadas pelo Prefeito, durante os períodos de recesso das Câmaras Municipais. (Incluído pela Lei nº 5.659, de 8.6.1971)

Art. 9º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis números 211, de 7 de janeiro de 1948, e 3.528, de 3 de janeiro de 1959, e demais disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.2.1967 e retificado em 14.3.1967

*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Ofício GPC nº. 62/2024

Ibiúna, 07 de fevereiro de 2024.

CÓPIA

PREZADO SENHOR:

Através do presente, comunico que a Denúncia nº 01/2023 com pedido averiguação de infração político administrativa do Prefeito Municipal, protocolado por Vossa Senhoria em 11 de dezembro de 2023, foi lida na Sessão Ordinária do dia 06 de fevereiro de 2024, e, após sua leitura, consultada a Câmara teve seu recebimento rejeitado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

ARMELINO MOREIRA JÚNIOR
PRESIDENTE

AO ILMO. SENHOR
MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA FILHO
Av. Maria La Farina Milani, 671, sala 01
IBIÚNA – SP

Recebi em
09.02.24
Mário Pires



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP.

Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br

[e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br](mailto:fale@ibiuna.sp.leg.br)

CERTIDÃO:

Certifico que a “Denúncia nº. 01/2023” subscrita pelo Sr. Mário Pires de Oliveira filho foi protocolada no dia 11 de dezembro de 2023 na Secretaria Administrativa da Câmara, com “representação para averiguação de infração político administrativa do Prefeito Municipal que pode resultar na cassação do Mandato”.

Certifico mais, após consulta ao departamento Jurídico da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara determinou a leitura da Denúncia no Expediente da Sessão Ordinária do dia 06 de fevereiro de 2024, e informado que a Denúncia tramitaria nos termos do artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, que o Sr. Presidente nos termos do inciso II e III do artigo 27 do Regimento Interno somente votaria quando a matéria exigir para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta ou de dois terços dos membros da Câmara, ou quando houver empate em qualquer votação no plenário, e no mesmo expediente consultado a Câmara sobre o recebimento, colocado em votação a Denúncia nº. 01/2023 foi rejeitada por dez votos contrários, quatro votos favoráveis dos Vereadores Antônio Reginaldo Firmino, Volnei Galvão, Rozi Aparecida Domingues Soares Machado e Walmir Bortolotto Júnior.

Certifico finalmente, que em virtude da rejeição do recebimento da Denúncia nº. 01/2023 a mesma ficará arquivada nos Anais desta Casa de Leis, sendo comunicado ao autor Sr. Mário Pires de Oliveira Filho sobre o deliberado por meio do Ofício GPC nº. 63/2024 de 07 de fevereiro de 2024.

Ibiúna, 09 de fevereiro de 2024.

Marcos Pires de Camargo
Diretor Geral